UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA OGAWA

**HISTÓRIA, RETÓRICA, POÉTICA, PROVA:
a leitura de Carlo Ginzburg da Retórica de Aristóteles**

SÃO PAULO

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

HISTÓRIA, RETÓRICA, POÉTICA, PROVA:
a leitura de Carlo Ginzburg da Retórica de Aristóteles

Carlos Eduardo de Almeida Ogawa

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção
do título de Mestre em História Social.

Orientador: Francisco Murari Pires.

São Paulo

2010

AGRADECIMENTOS

O momento em que considereei seriamente fazer um mestrado já conta quase cinco anos. Em todo esse tempo é natural que haja muito a agradecer, pois foram muitas as pessoas que auxiliaram esta pesquisa e este autor a seguirem seu rumo.

Agradeço aos meus pais, pois o seu suor certamente está aqui. Meus sobrinhos fizeram a vida mais leve em momentos difíceis, e mal sabem eles o quanto sou grato por isso. Conheci Letícia no meio do projeto, mas não consigo imaginar a dissertação terminada sem sua dedicada ajuda e amor.

Francisco Murari Pires foi meu orientador, e creio que ele foi um dos grandes responsáveis pela minha formação nesses anos. Não apenas pelas sugestões, livros, seu vasto conhecimento de historiografia, que excedem as incumbências de um orientador, mas também por ter permitido com seu empenho que eu me beneficiasse da presença de inúmeros pesquisadores estrangeiros que participaram dos congressos e de cursos de pós-graduação na faculdade. Francisco ainda me pôs em contato com meus companheiros de orientação: Rafael, Bruno, Leonardo, Miguel, os quais mantive diálogo durante a todas as fases do projeto. A eles sou também grato.

Os professores Marcelo Rede e Sara Albieri fizeram parte da banca de qualificação e suas sugestões e críticas forma muito apreciadas e importantes para o término da dissertação.

A Faculdade de Filosofia também me permitiu ter um grande quantidade de bons colegas e amigos: Tatiana, Gilberto, Camila, Alexandre, Thiago, Pablo, Vitor, Francine, Roger, Carla, Raquel, todos da pós e aos quais agradeço não só pela amizade mas pelas instrutivas conversas que sempre tivemos. Há ainda os amigos acumulados em tantos anos de vida e universidade: Milene, Janaína, Michel, Luís Felipe, Thomas, Tereza, Ana Letícia, Gilmar, Êça, Meire, Priscila, Laura, Célio, Fábio, Francisco, André, Luana e Virgílio.

Agradeço a Thiago Nicodemo pelas valiosas informações sobre alguns textos, assim como pelos livros emprestados. Ana Letícia conseguiu a cópia de vários artigos de Ginzburg obtidos em sua estadia na Itália. Letícia revisou a dissertação e ainda

encontrou referências literárias escondidas. Rafael Benthien trouxe da França textos importantes, que eu não conseguiria de outro modo, e com inestimáveis conselhos e conversas. A dissertação de Bruno Hübscher sobre Arnaldo Momigliano me permitiu investigar com mais facilidade alguns aspectos relacionados à minha pesquisa. É de praxe lembrar ao leitor que a participação deles em meus erros é nula.

Agradeço em especial à Fapesp, pelo financiamento sem o qual parte considerável da dissertação não poderia ter sido executado. À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas por permitir minha formação profissional e dentro dela à biblioteca, na qual sempre fui bem atendido dentro de suas limitadas possibilidades. Este trabalho ainda não teria sido possível sem o auxílio das bases de dados eletrônicas, em especial o Jstor, assinado pela Universidade. Archive.org e Google Books permitiram a obtenção de livros importantes dos séculos XIX e anteriores, sem custo algum, e não posso deixar de agradecer.

RESUMO

O historiador italiano Carlo Ginzburg envolveu-se ao longo das décadas de 1980 e 90 nas discussões norte-americanas sobre o pós-modernismo, investindo contra o que ele chamava de tendências céticas dos defensores do pós-modernismo. Sua caracterização da tendência intelectual assimila o que ele chama de “tendência lingüística” ao uso da palavra retórica. Sua proposta para refutar as teses dessas tendências passa pela recuperação da *Retórica* de Aristóteles e do caráter judiciário da prova. O presente trabalho tem por objetivo expor e analisar sua proposta de uma retórica da prova, em contraposição a uma retórica literária e cética, conforme exposta no seu livro *Relações de força: história, retórica, prova*. Para isso, abordamos seus trabalhos anteriores; as possíveis motivações de sua análise da Retórica, assim como sua leitura do texto antigo; e, por fim, sua crítica ao pós-modernismo.

Palavras-chave: Ginzburg, Aristóteles, historiografia, retórica, pós-modernismo.

ABSTRACT

The historian Carlo Ginzburg was involved throughout the 1980s and 90 in the american discussion on postmodernism, arguing against the postmodern tendencies pointing to their “skeptical relativism”. Ginzburg associates the postmodern emphasis in linguistics to the use of the word “rhetoric”. His proposal intends to refute those skeptical tendencies by recovering the first book of Aristotle’s Rhetoric, where the greek philosopher defends a rhetorical proof based on argumentation and evidence instead of passion rousing. The present work tries to analyze the book where Ginzburg’s reading of Aristotle appears, History, rhetoric, proof, and his attempt to create an evidentiary rhetoric. Our work takes account not only of the reading itself of the ancient text but also to the possibles contexts in which the reading can be placed.

Keywords: Ginzburg, Aristotle, historiography, rhetoric, postmodernism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO 1	22
CAPÍTULO 2	51
CAPÍTULO 3	82
CONCLUSÃO	120
BIBLIOGRAFIA	128

INTRODUÇÃO

Em 7 de dezembro de 1993, Yosef Kaplan toma a palavra na Universidade Hebraica de Jerusalém. Relembra na sua breve fala o colega Menahem Stern, assassinado quando se dirigia à Biblioteca Nacional de Israel, logo após o início da Intifada palestina, assassinato ocorrido em 22 de julho de 1989¹. Em homenagem ao colega, foram instituídas as Menahem Stern Lectures, nas quais historiadores proeminentes exporiam ao público acadêmico seus trabalhos em um série de conferências. Carlo Ginzburg inaugurou a série das Menahem Lectures. Três foram as conferências: *Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez*; *Lorenzo Valla e a Doação de Constantino*; *As vozes do outro – uma revolta indígena nas ilhas Marianas*. Ao longo da década de 1990, as conferências foram publicadas separadamente: nos *Quaderni Istorici* (nº 85, abril de 1995); como prefácio à edição francesa da *Doação de Constantino*, de Valla, em 1993; e na revista grega *Ta Istoriká* em 1994. Em 1999, as conferências foram lançadas em livro, como o título *History, Rhetoric, Proof: the Menahem Stern Jerusalem Lectures*, acrescidas de uma longa *Introdução* e de um quarto capítulo, *Decifrar um espaço em branco*. No ano seguinte, a edição italiana foi lançada sob o nome de *Rapporti di Forza – Storia, Retorica, Prova*, sem apresentá-las mais como as Menahem Lectures, senão através dos agradecimentos, mantidos da edição de 1999. Houve também a supressão do agradecimento de Yosef Kaplan e a adição aos capítulos anteriores de um capítulo sobre Warburg e Picasso: *Além do exotismo: Warburg e Picasso*. O mote das três conferências era o de combater certa tendência presente na historiografia da época de adotar o que ele denomina de ceticismo pós-moderno, ou ao menos fazer homenagem a essa tendência retórica ou lingüística sem, contudo, alterar sua prática historiográfica. Uma situação em que a um desenvolvimento inapropriado de posições teóricas e uma prática historiográfica que se desenvolve apesar desse desenvolvimento.

A matéria do trabalho é a análise da recuperação de Aristóteles em *Relações de Força*, recuperação esta que sinaliza uma intervenção do autor do livro em um campo epistemológico: os debates em revistas acadêmicas, certos acontecimentos e processos exteriores à academia. Os ensaios de Jerusalém não eram as primeiras manifestações de

¹ Sobre isso, veja-se a nota publicada no jornal New York Times de 23 de junho de 1989, disponível em: [“http://www.nytimes.com/1989/06/23/world/an-american-relief-worker-is-abducted-in-the-gaza-strip.html?scp=1&sq=](http://www.nytimes.com/1989/06/23/world/an-american-relief-worker-is-abducted-in-the-gaza-strip.html?scp=1&sq=)”.

Ginzburg. Argumentaremos que essas conferências são representativas de um novo modo de proceder do historiador italiano, que a partir de seu último livro – *História Noturna* – abandonou o tema que o fez famoso, a bruxaria, para dar mais atenção a questões teóricas e filosóficas e a mobilizar-se a favor de sua identidade judaica e da prova historiográfica. A relação entre as duas se dá na medida em que há associação entre as tendências que Ginzburg denomina de céticas pós-modernas e o revisionismo do holocausto, relação esta que dá razão a essa mobilização identitária do historiador italiano e às conferências em questão. Veremos no capítulo apropriado que 1984 é o ano importante para essa mudança.

O texto que se desenvolve a partir daqui tem esse caráter quase parasitário da análise. De fato, é do trabalho do historiador italiano que ele se nutre. Não tentamos matar o hospedeiro, mas certamente nos alimentamos dele. O livro *Relações de Força*, em nenhum momento, escapa à escritura do nosso texto. Talvez tenhamos cometido uma indelicadeza com o leitor, por conta dessa proximidade, chegando a supor um leitor duplamente comprometido com a leitura, assim como estávamos duplamente comprometidos com a leitura do livro e a composição do trabalho. Se nosso foco de atenção está neste livro, podemos dizer que ele é o centro de nosso corpus documental.

Mas em que bases se justifica um trabalho como esse, pode-se perguntar. Trata-se, de fato, de uma pergunta importante. Os livros de Ginzburg são amplamente difundidos no Brasil, o que já justifica seu estudo; há grupos que se inspiram no trabalho do historiador italiano para conduzir suas pesquisas, como o Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias, na Universidade Federal do Espírito Santo. Interesse também pode ser manifestado pelos debates acalorados ocorridos fora do Brasil, sobretudo nos EUA, mas não apenas, a respeito do chamado pós-modernismo e pós-estruturalismo, da chegada dessas vertentes teóricas à historiografia. Ginzburg, através das conferências e de sua publicação, entre outros artigos, marcou posição nesse debate. Há trabalhos brasileiros que analisam tal conjuntura, como os de Carlos Berberti Jr. e José Vasconcelos. Julgamos, além disso, que o caso presente seja um entre as inúmeras leituras dos textos da Antigüidade e, embora incomum, deve ser levado em consideração. A presença de Aristóteles no debate não é gratuita, e cremos que seja essa uma das nossas contribuições. Por fim, trata-se também de uma investigação sobre os modos como o historiador italiano construiu uma interpretação, e nesse caso, devemos ver esse trabalho como a história de uma interpretação.

Dividimos o material de pesquisa em três capítulos. O primeiro começa por

constatar uma divisão na obra do autor; Ginzburg costumava escrever mais livros que ensaios, e, em certo momento de sua trajetória acadêmica sumiram os livros e restaram apenas os artigos. Os artigos, por sua vez, transformaram-se em ensaios com peculiaridades compositivas próprias, e que serviram como ferramenta de mobilização política através da historiografia. A partir do ponto de chegada, o primeiro capítulo de *Relações de Força*, tentamos detectar na obra anterior os problemas que foram mantidos, e a consolidação da mudança de sua produção historiográfica. O segundo capítulo analisa a interpretação da *Retórica* de Aristóteles, à luz da tese de Ginzburg de que a proposta de Aristóteles para a historiografia estaria na *Retórica* e não na menção a Heródoto e à história no livro IX da *Poética*. O capítulo, porém, não se restringe ao texto, levando em conta as possíveis motivações do historiador e o cotejamento com a obra do filósofo grego. O terceiro e último capítulo analisa a Introdução do livro, feita para a edição americana em 1999. Reparamos, logo no início, que apesar de criticar uma tendência que ele denomina pós-moderna ou cética (a de Barthes e Hayden White), Ginzburg se dedica a analisar e criticar outra (a de Derrida e dos seus intérpretes franceses e americanos). A hipótese de leitura é a de que o capítulo é uma resposta a certa conjuntura encontrada pelo historiador italiano quando este começou a lecionar e pesquisar em solo estadunidense, no final da década de 1980. Reconstruímos então os possíveis motivos para a mobilização política e historiográfica de Ginzburg. A parte final do segundo capítulo tem ainda uma tentativa de interpretação do texto de Derrida sobre a metáfora, texto esse ligado à tese de Ginzburg do capítulo, a metáfora em Nietzsche, que tem suas raízes na definição primeira de metáfora da *Poética*.

Deixamos, como de costume, algumas observações sobre as ferramentas que utilizaremos ao longo da dissertação para a introdução. Longe de ser algo sistemático, listamos apenas algumas referências que nos auxiliaram a compor o trabalho. Um dos problemas interpretativos que exigiu uma solução metodológica diz respeito à forma em que o diálogo com Aristóteles ocorre. Os ensaios de Ginzburg possuem destinatário, são, portanto, assemelhadas a uma carta nesse aspecto. Não se trata de um direcionamento pessoal ou a referência a um grupo, mas um destinatário fictício: o envolvido com certo ofício – o de historiador – que se vê ou sob influência ou em contato com as tendências (pós-modernas, céticas) que ele critica. Assim, uma das principais ferramentas metodológicas de que nos servimos é a de contexto, pois apenas ela nos ajuda a ver quais são os possíveis destinatários, isto é, quem estava sob influência ou em contato com tais tendências. É através da noção de contexto que delimitaremos as formas de

memorização e intriga dos conceitos, a maneira como os conceitos são colocados em jogo. Porém, a palavra contexto possui tantos significados que sua utilização sem ter antes traçado os limites de sua aplicação prejudicaria a análise em vez de torná-la possível. A dificuldade ao empregar o conceito é o de dar justa medida ao contexto no estabelecimento de nossa estratégia de leitura dos textos historiográficos, seja de Ginzburg, seja de outros. Não podemos tomar o contexto apenas por “algo que está fora do texto”, seja outro texto, seja a realidade. Nosso estudo trata da *leitura* de Aristóteles por Ginzburg e como este formula uma *teoria da prova* a partir da retórica respondendo a uma certa *configuração epistemológica*. Leituras e teorias são, no âmbito da historiografia, tratados nos domínios da história intelectual. Nas últimas décadas, consolidou-se como uma das principais vertentes teóricas da história intelectual a corrente inglesa de Cambridge, bem representada por Quentin Skinner e J. Pocock. O sentido em que empregaremos a palavra não será exatamente o mesmo dos historiadores de Cambridge, mas eles nos ajudarão tornar o emprego do vocábulo mais preciso.

O problema metodológico seria então o de considerar o texto de Ginzburg em dois níveis: o primeiro como um texto historiográfico, o segundo como uma intervenção no campo das discussões epistemológicas e acadêmicas. Este último seria, a princípio, o tal do contexto. Skinner, em *Razão e retórica em Hobbes*, publicado originalmente em 1996, já havia percebido a necessidade de distinguir esses dois níveis:

A essência de meu método consiste em tentar situar esses textos em contextos que nos permitam, por sua vez, identificar o que seus autores estavam *fazendo* ao escrevê-los. Como isso deixa implícito, estabeleço uma clara distinção entre o que considero serem duas dimensões discerníveis da linguagem. Uma delas tem sido convencionalmente descrita como a dimensão do sentido, o estudo do significado e do referente supostamente ligado às palavras e frases. A outra encontra sua melhor descrição como a dimensão do ato lingüístico, o estudo da gama de coisas que os falantes são capazes de fazer em (por meio de) seu uso das palavras e frases. A hermenêutica tradicional tem-se encontrado, de modo geral e amiúde exclusivo, na primeira dessas dimensões; quanto a mim, concentro-me muito na segunda. (SKINNER, 1999: 22-23).

Por “identificar o que seus autores estavam *fazendo*”, Skinner tem em mente um uso específico da linguagem, que é o da linguagem como performance. John Pocock afirma que esta é uma das condições sem as quais não é possível restabelecer aos atores a historicidade de seus atos:

Mas para poder dar a eles [os atores de nossa história] ou aos seus pensamentos uma história, precisamos apresentar uma atividade ou uma continuidade de ação, constituída por coisas sendo feitas e acontecendo, por ações e performances, bem como as condições sob as quais essas ações e performances foram representadas e realizadas. (POCOCK, 2003: 64)

Ao considerar o uso estratégico da linguagem, coloca-se em evidência o uso atualizado das significações tendo em vista a interação com outros atores discursivos. É esse sentido preciso que a linguagem assume quando considerada como ação. O significado efetivo (isto é, o que obtém sucesso ou, na linguagem de Austin, uma proposição “feliz”) se dá na interação entre os atores discursivos e não tanto no enunciado ele próprio (um enunciado pode assumir diversos significados performativos possíveis para um leitor que o considere isoladamente).

A compreensão das obras de pensamento político só ocorrem em contexto ou, nas palavras do historiador britânico “in recognizing instead that our ideas constitute 'a response to more immediate circumstances,'” e que por isso “we should in consequence study not the texts in themselves, but rather “the context of other happenings [entendidos aqui como atos de discurso equivalentes e não meramente ações] which explains them”. (SKINNER, 1969: 39). O contexto é, portanto, a discussão específica em que cada obra de pensamento político surgiu e apenas nessa dimensão particular que ocorre a compreensão. Skinner ainda argumenta que observando o contexto lingüístico, nós podemos mensurar as intenções do autor ao desempenhar um ato de fala, pois as expressões de intenção são sempre convencionais e, na medida em que podem ser identificadas essas convenções, podem ser identificadas as intenções (SKINNER, 1969: 133). Desse modo, o ideário (em inglês ideology) político é determinante para a compreensão das idéias políticas.

No que nos diz respeito, não podemos aderir a essa metodologia, senão parcialmente. Cabe notar que ela foi criada para o estudo do pensamento político moderno, centrado em autores como Hobbes e Maquiavel, o que já de saída coloca um problema de foco. Além do mais, a formulação de Skinner soa um tanto radical. A diferença entre compreensão e significado – que permaneceu entre seu artigo de 1969 e *Razão e Retórica em Hobbes*, de 1997 – supõe que o significado é obtido em qualquer leitura e é mutável; a compreensão, por sua vez, só se dá na apreensão dos atos de fala aos quais o autor *tinha por intenção* responder. Não acreditamos em uma diferença tão

grande entre esses dois níveis. John Pocock respondeu a este tipo de crítica, matizando um pouco a sua posição:

Não estamos dizendo que o contexto lingüístico seja o único contexto que confere ao ato de fala um sentido e uma história – embora fatalmente venhamos a ser acusados disto. Dizemos apenas que esse é um contexto promissor para se começar. (POCOCK, 2003: 64).

Skinner também se defende das críticas feitas a respeito de seu método:

Mas não é meu objetivo promover sua morte como autor, afogando-o num oceano de discurso. É verdade que encaro sua visão da filosofia civil como largamente formada pela linguagem das discussões renascentistas sobre a natureza das ciências morais. Além disso, não vejo nenhuma perspectiva de podermos compreender seu pesamento, a menos que tratemos desse discurso mais amplo como o objeto primário de nossa pesquisa. Meu objetivo último, entretanto, é voltar aos textos de Hobbes, armado com o tipo de informação histórica que considero indispensável para lhes dar sentido” (SKINNER, 1999: 28).

Ao contrário de Skinner, não preferiremos a contextualidade lingüística como método privilegiado. É certo que a noção de contexto não está descartada, mas uma abordagem como a de Skinner traz alguns obstáculos que, caso fossem considerados de forma estrita, impediriam a realização do trabalho. Um deles é a própria idéia de contexto da forma como os historiadores de Cambridge a concebem:

Pois agora se vê que, quando recuperamos os termos do vocabulário normativo de que qualquer agente dispõe para descrever seu comportamento político, estamos indicando, ao mesmo tempo, uma das limitações aplicáveis a esse mesmo comportamento. Isso sugere que, a fim de explicarmos por que tal agente faz o que faz, será preciso referir-nos a seu vocabulário, já que este com toda a evidência se delineia como um dos fatores a determinar sua ação. E isso, por sua vez, sugere que, se concentrarmos nossas histórias no estudo desses vocabulários, teremos condições de entender exatamente por que meios a explicação do comportamento político depende do estudo do comportamento político. (SKINNER, 1996: 12-13).

Como já foi dito, o significado da linguagem empregada é obtida pelo historiador na medida em que seu uso pode ser determinado, e segundo esses historiadores isso só se

daria em contexto, uma vez que determinado livro, discurso ou qualquer outra manifestação através da linguagem teria como fator predominante os debates nos quais estariam envolvidos. Os atores sociais, por sua vez, dispõem de repertórios de linguagem ou de idiomas, especializados ou não, dos quais se servem para compor suas estratégias, o que muitas vezes implica em alterar o próprio repertório de que se serviu (considerando que o repertório nunca é individual). Em termos práticos, significa uma base documental muito ampla, apta a permitir ao historiador a identificação dos diversos idiomas que um texto ou conjunto de textos podem conter. Nossa abordagem, centrada em um único historiador e sem a possibilidade de amplas bases documentais, não é adequada para uma metodologia estritamente contextualista. Isso se dá por razões diversas: seja porque os atores sociais ainda estão vivos, o que impede o acesso a uma série de documentos pessoais; seja porque os debates de que tratamos ainda estão em andamento, o que é um grande obstáculo à identificação dos idiomas; ou, como dissemos, porque nosso foco está em um historiador apenas e por isso as inovações lingüísticas nos escapariam. Da noção de contexto de Skinner nos resta, portanto, um uso parcial.

Além da noção de contexto, utilizaremos a de *performance*, novamente com modificações. A ideia de performance de Skinner é contrastiva, isto é, o foco está nas afirmações envolvidas em um debate e a partir delas se define determinada performance. Nosso uso se distancia um pouco ao uso de Skinner, pois dá mais ênfase à própria composição formal. Por performance entendemos os traços formais que permitam identificar o texto como um ato de fala. Por conseguinte, algumas figuras retóricas, como a veemência, surgirão ao longo da dissertação. A adoção de teorias também pode ser vista como um ato performativo. Portanto, a divisão entre as dimensões do ato lingüístico (a da compreensão, segundo Skinner) e do significado (ou sentido, os dois termos são empregados) não é suficiente para nossos fins.

Uma solução mais conveniente parece ser a de Claude Lefort. Provavelmente alheio à teoria do *speech-act*, ao seu uso como princípio interpretativo e falando sobre filosofia política (embora o assunto principal dos contextualistas seja filosofia política e da mesma época que Lefort privilegia), ele distingue nos *Discorsi* (*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*) de Maquiavel vários níveis: o que se pode chamar de contextual num sentido próximo dos cambridgeanos, isto é, o das discussões em Florença nas quais Maquiavel era interlocutor; o figurativo, nome que damos à atividade de escolher traços para compor uma imagem, no caso do texto de Lefort, a comparação entre Roma e Veneza feita por Maquiavel; o da História ou da filosofia política como tais; e, por fim, do

próprio pensamento de Maquiavel como estrutura objetiva fenomenológica. Mais que apenas distinguir os níveis, Lefort afirma que é impossível dissociá-los ou ainda privilegiar um aspecto ou outro:

Não basta, com efeito, dizer que os *Discorsi* se desdobram em vários registros ao mesmo tempo, que sua virtude é de nos constranger a passar de um a outro. O essencial é que nos tornam impossível qualquer pausa em um lugar ou qualquer ancoragem em uma representação. É desta impossibilidade que convém tomar medida – pois é graças à sua provação que a presença da obra se nomeia (LEFORT, 1979: 162).

A posição de Lefort defende a unidade da obra como essa mescla indissociável de registros. A condição de obra (de pensamento), por seu lado, tem no leitor seu condicionante, pois apenas ele – o intérprete – é interpelado pelos vários níveis registrados na obra. Temos que ter em mente que Lefort lida com apenas uma obra de Maquiavel, os *Discorsi*. Desnecessário dizer que não podemos tratar os ensaios de Ginzburg como uma só obra de pensamento (em parte pelo próprio gênero de escritura, como veremos adiante). Porém, achamos útil a divisão dos registros e nos reservamos a opção de não abordá-los como uma obra de pensamento única, o que poderia acarretar em uma exigência de coerência de pensamento que, acreditamos, Ginzburg não propõe a si e ao leitor. Muito pelo contrário, ele preferiu expor suas posições de forma indireta e esparsa. A discussão do ensaio como gênero tentará deixar essa posição melhor delineada.

Outra forma de se ver as divisões internas e externas ao texto é a sugerida por Roland Barthes, no terceiro tópico das *disposições operatórias* (expressão que ele prefere à palavra método), chamada *Coordenação*, presente em sua *Análise Estrutural da Narrativa*. Por coordenação, ele entende “estabelecer as correlações das unidades, das funções ajustadas e que estão muitas vezes separadas, sobrepostas, misturadas ou ainda entrançadas, pois que um texto, como a própria etimologia da palavra o diz, é um tecido, uma trança de correlatos [...]” (BARTHES, 1975: 166). Dessa forma, pretendemos não apenas considerar a nossa documentação da maneira como prioriza o contextualismo inglês, mas também as inúmeras camadas presentes no texto.

Pouco falamos até agora da opção pela leitura de Aristóteles. Podemos em parte dizer que a presença do estagirita (Aristóteles nasceu em Estagira, no antigo reino macedônico) se justifica na própria opção de Ginzburg em eleger a retórica de Aristóteles

como a retórica recomendável. Embora Aristóteles não se faça presente em boa parte da dissertação, ele é uma dos eixos ordenadores da pesquisa, na medida em que ele nos auxilia a demarcar os limites da narrativa. Trata-se, na verdade, de uma ocorrência estranha, essa linha narrativa que parece ser atraída para enredamentos Antigos, seja de nossa parte, seja por parte dos autores que serão analisados.

Há grande bibliografia sobre Aristóteles, e seria necessário mais de uma existência para dar conta dela. A valia de Aristóteles seria pouca para nosso trabalho, pois resultaria em uma comparação entre a leitura dos autores e suas versões do filósofo grego em que um está necessariamente certo e o outro errado. Esse tipo de aferição não nos interessa, pois nos exime de investigar o motivo de tal leitura, que é o nosso interesse. Por isso, quando usarmos atribuímos algo ao filósofo grego, não se tratará tanto de uma referência de autoridade ao filósofo real, mas ao que foi dito dele, isto é, o que restou de suas obras e foi incontavelmente re-elaborado ao longo dos séculos. Embora pareça uma obviedade, é necessário assim fazer pois Aristóteles se diz de várias formas. Assim, a expressão “as obras de Aristóteles” significa não apenas o *corpus*, mas também a prática interpretativa acerca dos textos atribuídos a Aristóteles. Não podemos deixar de esquecer que o nome pode significar a figura histórica de Aristóteles, da qual temos alguns testemunhos. Ou ainda, o nome de Aristóteles pode significar, por metonímia, toda a tradição filosófica da Antigüidade ou mesmo todo o conjunto de textos herdados. Evidentemente, essas significações podem estar presentes quando o leitor se depara com essa expressão ou simplesmente o nome e este é um problema semântico que não pode ser resolvido. Nesse sentido, a leitura de Aristóteles implica em seleção de traços ligados ao nome, seja nos textos ou na tradição interpretativa, e no nosso caso trata-se mais de um Aristóteles figurado e intertextual². Mas é preciso deixar claro que se trata não de um Aristóteles real, mas de um Aristóteles que foi construído segundo os modos com que foi lembrado, um Aristóteles vivo que está no jogo de forças hodierno. Nos cabe, então, investigar como esse Aristóteles foi construído, quais são as condições de sua recuperação e mobilização.

Comum ao estudo da Antigüidade é o caráter mediado da maior parte da documentação escrita. Nesse sentido, a pergunta sobre a origem do documento não pode ser feita a seu aspecto material, mas apenas ao texto. Em termos práticos, isso significa

² Evitarei a longa discussão acerca da intertextualidade, existente desde sua introdução por Julia Kristeva. Adotaremos a versão de Roland Barthes, que em *Análise Estrutural da Narrativa*, define intertextualidade como “um traço do enunciado [que] remeta para um outro texto, no sentido quase infinito da palavra,[...]”. O ponto que mais nos interessa é, contudo, o da tradição implicada no conceito, pois “Naquilo a que se chama o intertextual, é preciso incluir os textos que vêm depois: as fontes de um texto não estão só antes dele, estão também depois dele (BARHTES, 1970: 167).

que muitas vezes um texto é reconstituído a partir de inúmeros manuscritos com o mesmo texto ou, o que é pior, poucos manuscritos. Nos casos mais dramáticos, como os da filosofia helenística, temos apenas relatos de compiladores, como Diógenes Laércio e Sexto Empírico, que além de mediados são testemunhos indiretos, normalmente relatos sobre determinado autor ou assunto ou ainda anedotas. Longe de ser apenas uma característica particular ou ainda obstáculo para a perfeita compreensão da Antigüidade, o caráter mediado da documentação é o principal conformador da área, sobretudo porque em muitos casos tudo o que temos são já interpretações reiteradas sobre um determinado autor, acontecimento, instituição ou costume já nos próprios compiladores antigos.

Aristóteles é um desses casos em que isso se deve levar mais em conta. Ao contrário dos diálogos platônicos, as obras de Aristóteles passaram por um processo dramático de reformulação e transmissão. A edição considerada normativa para a citação das obras de Aristóteles, a edição de Immanuel Bekker de 1831, conta com mais de cem manuscritos para a obra de Aristóteles e seus comentadores. Grande parte desses códices são dos séculos X dC a XVI dC. Há, além desses, uma obra descoberta no final do século XIX no Egito, um códice contendo a Constituição de Atenas (MURARI PIRES, 1998: 389-391). Os textos de que dispomos atualmente são resultado do trabalho intenso de edição e crítica a partir desses manuscritos, e não o trabalho fixado pelo autor. Mesmo na Antigüidade as obras de Aristóteles passaram por inúmeras vicissitudes. Perdidas duas gerações após a morte do filósofo, elas voltaram a ser conhecidas amplamente apenas na época de Cícero. O que nos conta a tradição anedótica³ é de que as obras foram editadas por Andrônico de Rodes no século I dC, edição da qual, especula-se, temos a base das edições modernas. Que não se ache que temos um bom panorama das obras aristotélicas, mesmo as editadas. Da lista fornecida por Diógenes Laércio em sua *Vida de Aristóteles*, as obras que dispomos reduzem-se, grande parte, às chamadas teoréticas. Não temos as obras chamadas exotéricas, feitas para o público geral, assim como os diálogos aristotélicos, sob influência platônica, ou suas cartas. Ainda sobre a Retórica, há um manual anterior listado por Diógenes Laércio, chamado de Retórica ou Gryllus (nome do filho de Xenofonte, personagem do diálogo). As obras que temos, especula-se, eram notas dos cursos dados no Liceu. Livros como o da Metafísica existem por serem uma reunião de textos reunidos sobre o mesmo tema, e não raro sua unidade é disputada⁴.

³ As fontes são a *Vida de Sila*, de Plutarco (Vidas Paralelas, Vida de Sila, 26), além de um comentário presente no livro XIII da *Geografia* de Estrabão (Geografia, XIII, 1,54). Estrabão (de 63 e 64 aC a 24 dC) é contemporâneo à descoberta.

⁴ W. D. Ross, em seu Aristotle, já aponta o problema: "Many entries in Diogenes' Laertius' list with titles at first sight

Citamos todos esses percalços apenas para tornar evidente a especificidade dos estudos aristotélicos, compartilhadas em certo grau por todos que estudam as obras que têm sua origem na Antigüidade. No caso deste, a natureza do texto é o resultado da apreciação e aplicação de seus leitores, que, da forma mais literal possível, conformaram a estruturação de suas obras. Essa característica, embora exagerada no caso do filósofo grego, é comum a toda tradição manuscrita de transmissão de textos gregos e latinos.

A melhor ilustração de nosso argumento é o próprio texto da *Retórica* de que dispomos hoje. Os filólogos separaram as três fontes para o estabelecimento do texto. O primeiro, mais antigo e mais confiável é o Parisinus 1741, que contém a *Poética* e a *Retórica* de Aristóteles além de tratados de Retórica de outros autores. A segunda é o original grego que teria sido usado por Guilherme de Moerbeke para compor sua tradução, chamada de *Vetusta Translatio*; cabe notar que essa versão é hipotética, retraduzindo o texto latino para o grego⁵. A terceira fonte e menos confiável são as duas versões, uma compostas por diversos manuscritos parisienses (Parisinus 1869, 1818, 2038, 2116) por Thomas Gaiford em 1820, e outra por Bekker – provavelmente para sua edição de 1831 – que se vale de manuscritos do Vaticano e de Veneza (Vaticannus 23 e 1340, Marcianus 200) (DUFOUR, 1932: 19-23). Cabe notar que cada manuscrito tem seus percalços interpretativos, e mesmo o manuscrito considerado mais confiável passou por dificuldades de edição – uma das edições da Retórica consultada afirma que a versão de Bekker desse manuscrito ignora as correções feitas pelo próprio copista nas margens (idem, ibidem). A própria consistência interna da obra está sujeita a debates. Embora uma certa doutrina sobre a retórica seja reconhecida (RORTY, 1996: 1 ss.), supõe-se que exista uma revisão apressada da obra, que leva a inconsistências internas e imprecisões terminológicas, além da composição heterogênea pelo próprio filósofo ou editores (RORTY, 1996: 419). Essas são as conjecturas de George Kennedy, estudioso estadunidense de retórica responsável, entre outros trabalhos seus, por uma tradução da Retórica. Há ainda evidências internas e externas – como a lista de obras que há em

unfamilliar seem nevertheless to refer to parts of extant works. In this connexion it must be noted that the longer existing works are not unitary wholes but collections of essays on connected themes, and that the separate essays are the original units, which were connected together sometimes by Aristotle and sometimes (as in the case of the *Metaphysics*) by his editors.” (ROSS, 1996:8). Jonathan Barnes, no *Companion to Aristotle*, editado por ele, avalia a lista de Diógenes Laércio da seguinte forma: “The original source of this catalogue is disputed (did it come ultimately from the Lyceum, or did it derive from a catalogue from the great library at Alexandria?); and its general level of reliability is uncertain. It is not complete – it omits some of Aristotle's most celebrated surviving works. It contains some things which were surely not written by Aristotle – all ancient book-lists have their spurious items. It includes a number of “dublets” - that is to say, the same work may be included twice, under two different titles.” (BARNES, 1995: 7).

⁵ George Kennedy, por sua vez, chama de “Old Translation” a que foi feita por, talvez, por Bartholomew of Massina, e lista além desta a de Moerbeke como as traduções latinas da Retórica (RORTY, 1996: 423).

Diógenes Laércio – de que o tratado de Retórica possuísse originalmente dois livros, enquanto o terceiro seria o tratado “Sobre o estilo”, como indicado nessa listagem. Kennedy supõe, nesse caso, que a ligação entre as duas obras pode ter sido feita por Aristóteles mesmo ou pelos editores responsáveis pela publicação romana das obras em grego, o gramático Tyrannio e Andrônico de Rodes.

A tradição filosófica e filológica tem procurado encontrar indícios textuais que indiquem certa ordem de composição dos tratados e as linhas gerais dessa ordem até existem. Os expoentes desse tipo de interpretação é o filólogo alemão Werner Jaeger, além do filósofo britânico W. D. Ross (tanto o Aristóteles de Jaeger quanto o Aristóteles de Ross apareceram no mesmo ano, e este último endossa as teses de Jaeger no prefácio da primeira edição). Como aponta o filósofo italiano Enrico Berti, essas interpretações que levam em conta a dinâmica histórica da composição são reinterpretações que livraram o filósofo grego da fama de escolástico, (má-)fama obtida ao longo da Idade Média e da qual só se livrou no século XX. O livro de Berti tem por objetivo justamente mostrar a fecundidade filosófica do estudo dos textos aristotélicos ao longo do século XX, abrangendo aí boa parte das correntes filosóficas, de Heidegger, Austin à neo-retórica. O mote do livro é de que as melhores interpretações de Aristóteles são as que colocaram os textos do filósofo grego (o verdadeiro Aristóteles, segundo ele) em contato com os problemas contemporâneos⁶. Com proposta radicalmente diferente à de Jaeger e Ross, há uma abordagem que privilegia a interpretação do sistema filosófico de Aristóteles independentemente da ordem de sua composição, evitando problemas que poderiam ser chamados de históricos. No Brasil, temos o trabalho do professor Oswaldo Porchat Pereira *Ciência e dialética em Aristóteles*, no qual investiga noção de ciência nos Primeiros e Segundos Analíticos e nos Tópicos. Porchat estudou na França sob a orientação de Victor Goldschmidt, autor de *A religião de Platão* e com o mesmo direcionamento interpretativo⁷, direcionamento este defendido, sobretudo, por Martial Guérault em seu *Descartes e a ordem das razões*. As obras de Jaeger e a de Porchat são exemplos de direcionamentos interpretativos opostos, cada um fruto de padrões epistemológicos diversos, no caso de Jaeger não apenas histórico mas do *neo-humanismo* alemão fundado por ele, e no caso Porchat de uma tendência a

⁶ Idéia essa que ele expressa de forma geral no prefácio, ao se referir a Leibniz (BERTI, 1997: 8) e retoma com clareza na Conclusão, ao citar as contribuições à Física e Biologia proporcionadas pela releitura – sem preconceitos – das obras de Aristóteles.

⁷ Sobre os princípios hermenêuticos de Goldschmidt, veja-se um dos capítulos de *A religião de Platão, Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos*.

interpretações estruturais que ocorreu na França em meados do século XX⁸.

Nosso objetivo ao expor as condições em que os textos de Aristóteles se apresentam é a de justificar nosso modo de leitura. Os textos de Aristóteles são um testemunho de uma intensa e prolongada prática interpretativa, e é dessa forma que pretendemos mobilizá-lo. De que forma a interpretação de uma massa de textos até certo ponto maleável pode ter ajudado a criar divisões disciplinares e conceitos? Como a organização dos textos aristotélicos, ao privilegiar um texto em vez de outro, podem formar uma imagem aceitável ou inaceitável do filósofo ateniense? Embora gerais, são perguntas importantes para o direcionamento do estudo. O *Aristóteles grego* ou o *verdadeiro Aristóteles* – como afirma Berti em contraposição ao *Aristóteles escolástico* – só nos interessa na medida em que nos permite vislumbrar as opções interpretativas e como essas opções serviram para a constituição de outros saberes, atualizando a Antigüidade e colocando em operação as linhas de força de suas memorizações. Essas memorizações de Aristóteles podem ser escolhidas como um dos panos de fundo sobre o qual esta dissertação se apoia e veremos, nos capítulos dois e três, que as seleções e memorizações estão operantes na interpretação da *Poética* e da *Retórica*.

Outro problema que julgamos pertinente é o colocado pela historiadora e helenista francesa Nicole Loraux na conferência “*O elogio do anacronismo*”, publicada em 1993 no Brasil. No artigo, fortemente inspirada pela reflexão de Michel de Certeau, ela afirma que o anacronismo é o “pesadelo do historiador”, o qual deve evitar “importar noções que sua época de referência supostamente não conheceu, e evita mais ainda proceder a comparações – por princípio indevidas – entre duas conjunturas separadas por séculos” (LORAUX, 1993: 57). Ao citar exemplos de sua própria geração, contudo, ela mostra como a tentativa de restituir a voz aos gregos (sua área de atuação é a da democracia clássica ateniense), necessária em certa conjuntura política e acadêmica, impediu a reflexão sobre a própria profissão. O resultado de sua reflexão é o de que, ao tomar os gregos como portadores de uma historicidade ou alteridade absolutas, impede-se o conhecimento de suas categorias. Uma certa dose de (an)acronismo, então, é necessária, ou, em suas palavras, “de uma maneira ou de outra que partilhássemos algo de seus sentimentos e pensamentos” (LORAUX, 1993: 60). Importante para a nossa consideração também o comentário que vem a seguir no texto:

⁸ E que não se deve confundir com o estruturalismo lingüístico, embora as duas tendências tenham estabelecido laços de solidariedade no campo acadêmico francês da época. Sobre a assimilação da obra de Gueroult e Goldschmidt a essa tendência estrutural, há a obra de François Dosse sobre a história do estruturalismo (DOSSE, 2007: 125-129).

Mas isso supunha também que não se fizesse tábula rasa das leituras múltiplas que, deles a nós, haviam sido feitas na Grécia antiga; pois essas leituras, sobretudo se eram recentes, como as de Nietzsche ou de Freud, não se podia contentar em tratá-las pelo silêncio, porque são parte integrante de uma tradição sedimentada que nos informa sem que sequer nos apercebamos disso. (LORAUX, 1993: 60).

Para defender o que ela chama de regime de anacronismo, ela evoca a autoridade do exemplo de Marc Bloch, que defendia que o historiador deveria “compreender o presente pelo passado e o passado pelo presente” (idem, p. 61). A prática heurística do anacronismo consistiria, enfim, em assumir o risco de colocar questões do presente ao passado, de forma controlada. A aplicação de conceitos anacrônicos à documentação faz surgir a diferença entre passado e presente (idem, p. 62), o que permite ao historiador retornar do passado com questões pertinentes ao presente (idem, p. 64). Nicole Loraux termina seu texto defendendo uma história que não é contínua nem descontínua, mas uma história do repetitivo. Porém, uma implicação pode ser obtida da proposta da historiadora francesa. Ao considerar não apenas os textos da Antiguidade mas as suas sucessivas leituras, ela reconhece que a sua própria leitura participa desse encadeamento quase inumerável de atualizações desses textos. Como considerar o anacronismo nessa multiplicação das interpretações? A sugestão de Loraux, cremos, ia mais na direção de aplicar modelos os quais se sabe de antemão anacrônicos. Porém, nem todos os anacronismos são detectáveis ou inevitáveis e é isso o que torna possível identificar uma interpretação. Trata-se, sem dúvida, de um problema delicado, do qual nós poderemos ao longo do trabalho adotar uma solução provisória.

Um outro texto de Loraux mostra-se mais próximo do que almejamos para nosso estudo. Trata-se do ensaio escrito a quatro mãos com Pierre Vidal-Naquet, *La Formation de l'Athènes Bourgeoise: Essai d'Historiographie 1750-1850*, onde localiza-se uma certa imagem de Atenas. Loraux e Vidal-Naquet procuram responder o motivo pelo qual “Athènes est devenue pour les professeurs français et pour nombre de leurs élèves de la modèle de la société libérale et bourgeoise”; modelo criado por valores próprios e atuais do contexto de sua formulação moderna: “Liberté, commerce, propriété, famille: les éléments d'une Athènes bourgeoise sont rassemblés pour la joie des petits et des grands.” (LORAUX; VIDAL-NAQUET, 1990: 163). Os autores viram, ao longo de cem anos, a criação e dispersão de uma imagem de Atenas, imagem na qual as lacunas da documentação eram preenchidas segundo as necessidades da época, de natureza ética,

econômica ou epistemológica. As diferenças entre as leituras tornam evidentes tanto a historicidade quanto o anacronismo.

CAPÍTULO 1

Neste primeiro capítulo, achamos por bem melhor delinear tanto a obra de Ginzburg, através de suas obras e artigos precedentes, quanto mostrar a mudança significativa que houve em seu modo de produzir. Anteriormente conhecido por seus livros monográficos, seja os que tratam de temas relacionados à cultura popular, em especial os de bruxaria, seja os que tratam de cultura erudita, em especial história da arte, o historiador italiano passou a produzir somente artigos ou conferências que depois eram transformados em ensaios. Os ensaios de *Relações de Força* pertencem a essa segunda maneira de trabalhar desenvolvida ao longo dos anos, e tentaremos descrever aqui essa passagem das monografias aos ensaios. Entendemos que é, por si, tarefa ingrata fazer uma sistematização abrangente do pensamento de Carlo Ginzburg, algo semelhante a uma evolução. A expressão “evolução do pensamento” já é inadequada o suficiente. Ela supõe um movimento interno, uma espécie de lógica intrínseca, que direciona este conjunto indefinido que chamamos de pensamento. Contudo, não encontramos outro formato adequado, e não podemos nos esquivar da tarefa de encontrar pontos comuns na trajetória intelectual para compor um quadro de referência geral para suas interpretações. No caso do historiador italiano, os problemas historiográficos são retomados ao longo dos anos e reformulados para atingir novos objetivos. Esperamos conseguir expor ao menos os traços principais da reflexão feita por Ginzburg através de seus ensaios e livros nas últimas décadas. O objetivo aqui é mais traçar um parâmetro interpretativo que nos aprofundarmos no sujeito histórico Ginzburg, afinal nos faltam documentos para isso.

A mudança já apontada no modo de apresentação do seu trabalho não é gratuita, e vem acompanhada com outras mudanças igualmente importantes. Ginzburg não tem pesquisado mais sobre bruxaria, ou publicado sobre isso. Uma hipótese que explica essa interrupção – ou ao menos suspensão – é a de que seus livros sobre a bruxaria estão ligados a um contexto político e historiográfico pertencente às décadas de 1970 e 80. Outra característica é o tom autobiográfico que se tornou freqüente nas introduções de seus livros e que pode ser visto sem dificuldade como subtexto de alguns de seus ensaios; acompanhado a esse traço está sua mobilização judaica, que direcionou o seu interesse já existente por temas de teoria e método em história⁹. Não se deve ignorar,

⁹ Infelizmente, o tom autobiográfico não poderá ser tratado sistematicamente, a não ser como evidência no caso de sua mobilização judaica. Constatamos apenas que ele se tornou mais freqüente a partir da década de 1990, sobretudo

além disso, a permanência e aperfeiçoamento de práticas anteriores, e sua adaptação ao seu novo modo de fazer. Procederemos assim à revisão dos trabalhos anteriores também com esse fim.

Antes de iniciar a breve (porque um capítulo certamente não é o suficiente) análise da carreira acadêmica de Ginzburg, devemos citar a referência principal que nos ajudou a organizar o relato. A análise das obras de Ginzburg até *História Noturna*, enfatizando aí o micro-historiador que há nelas, foi empreendida pelo brasileiro Henrique Espada Lima. Em livro publicado em 2006, no qual analisa os principais autores da Micro-história italiana, com um capítulo sobre Carlo Ginzburg. Cotejaremos, portanto, nossa narrativa com a dele, a qual certamente se deve recorrer em temas não tratados aqui. Espada Lima mapeia algumas das opções intelectuais de Ginzburg, como a escolha de uma abordagem mais filológica de Pisa ao meio intelectual de Turim, o qual seu pai pertencera e onde certamente teria recepção calorosa de seus antigos colegas (de escola e de militância política no *Giustizia e Libertà*) como Norberto Bobbio e Giulio Einaudi (ESPADA LIMA, 2006: 281).

Ainda através da narrativa de Espada Lima, vemos o apreço pela abordagem filológica aos documentos. O peso dessa abordagem pode ser mensurado ao ler suas narrativas autobiográficas sobre seus anos de formação em Pisa, nos quais Ginzburg aponta Arsenio Frugoni e Delio Cantimori como os principais professores que o orientaram nessa direção. Tanto o trabalho de Cantimori quanto de Frugoni seriam decisivos para a que se formasse no jovem Carlo Ginzburg a opção pela história e que se consolidasse nele suas primeiras práticas historiográficas; os dois professores seriam ainda importantes por apresentarem a ele escolas de historiografia e história da arte que seriam objeto de reflexão de Ginzburg por anos. Frugoni incentivou Ginzburg a entrar ter contato mais prolongado e profundo com a historiografia do grupo dos *Annales*, em especial Marc Bloch; Cantimori¹⁰ o apresentou, em viagem de ambos a Roma, ao Instituto Warburg. Espada Lima faz um esboço geral do modo como Ginzburg faz história, através da mistura de inúmeras influências interpretativas aplicadas a objetos diferentes:

'Deslocamento' poderia ser chamado o seu método favorito - a transferência de questionamentos e ferramentas de um lugar para outro: a filologia textual aplicada a textos não literários, problemas de

nas introduções dos livros e nas entrevistas.

¹⁰ "É um pouco dessa qualidade [de fazer sentir as vozes humanas] que Cantimori via em Warburg - e a partir dele a tradição de estudos que fundara - que acaba por confluir nos interesses filológicos que Ginzburg alimentara em seus trabalhos" (ESPADA LIMA, 2006: 296).

história social aplicados à história da arte, interrogações próprias da análise iconológica recolocadas diante de mitos, morfologia empregada para a análise de materiais históricos (ESPADA LIMA, 2006: 281).

Ora, embora tenha desde o início interesses amplos, Ginzburg acabou conhecido por causa de seus trabalhos de “micro-história”. Porém, o rótulo não é satisfatório. Corrente a partir da segunda metade da década de 1970, a denominação se aplica a trabalhos de inúmeros historiadores italianos e entre eles Carlo Ginzburg. A referência mais apropriada não é tanto aos autores, mas ao conjunto de textos publicados na revista *Quaderni Storici* ao longo da década de 1970¹¹. A variedade de interesses e métodos, nota Espada Lima, não pode ser restringida ao rótulo: “o termo 'micro-história' não dá conta de abranger o conjunto de discussões que marcam o trabalho desse historiador” (ESPADA LIMA, 2006: 281). O mapeamento feito por Espada Lima torna evidente a importância dos estudos filológicos e literários para sua posterior formulação do paradigma indiciário. Torna evidente também a relação entre a análise dos detalhes e o ensaio como forma privilegiada de reflexão, o qual Ginzburg soube transportar para a historiografia.

Mesmo antes de saber dos precedentes intelectuais de Carlo Ginzburg, o contato freqüente com seus textos nos fez levantar a suspeita de que, caso se queira estudá-los de forma sistemática, seria necessário compreender sua forma de escrita para além do que é considerado como “estilo”. Acreditamos que há um entrelaçamento entre, por um lado, forma de escrita – o que inclui o gênero ensaio como forma privilegiada de reflexão – e os problemas conceituais encontrados em sua prática historiográfica, por outro.

Ao tratar do ensaio, argumentamos que existe alguma intencionalidade em diversos elementos textuais aos quais chamamos a atenção. Não que tudo seja premeditado desde o início, mas que o próprio autor costuma rever as próprias práticas e tentar alcançar níveis de formalização sobre elas. O mesmo ocorre com os propósitos políticos e suas declarações de subjetividade. Esses momentos de reflexão são os indícios que utilizamos para tentar elaborar um *esboço do historiador* a partir de suas obras.

Entre os inúmeros níveis que podemos isolar nos textos de Ginzburg (podemos focar apenas os aspectos metodológicos, a reconstrução historiográfica, a leitura das

¹¹ Novamente a referência principal é o trabalho de Espada Lima, desta vez o capítulo 1 que relata a história da revista e seu papel na renovação da historiografia italiana a partir da década de 1960 (ESPADA LIMA, 2006: 59-135, em especial 129-135).

fontes, a cadeia argumentativa, a relação entre os textos...), cremos que seria especialmente adequado levar em consideração a conformação escrita dos textos. Mais que textos, são ensaios. A qualificação de ensaio para seus textos aparece já na introdução de *Mitos, emblemas, sinais*, de 1986. A palavra ali é empregada em sentido amplo, como sinônimo de texto ou artigo; ele descreve, por exemplo, o seu direcionamento para os problemas especificamente morfológicos na documentação através do “encontro com os ensaios de Lévi-Strauss” (GINZBURG, 1989: 9). Não se trata, portanto, de uma referência estrita ao gênero ensaio. Ginzburg demonstra, contudo, inquietação com a forma com que as pesquisas históricas eram apresentadas, nas limitações de método implicadas nessas formas consolidadas de apresentar um texto histórico. Escrita e método estão aqui intimamente ligados:

A antítese [entre narrativa e morfologia] parecia-me então intransponível, visto que ligada a uma limitação intrínseca da disciplina. Mas eu não tinha certeza de que a escolha feita esgotasse as possibilidades oferecidas pela documentação sobre os andarilhos do bem. Por algum tempo, joguei com a possibilidade de apresentar as conclusões de minha pesquisa sob formas também literariamente diferentes: uma concreta e narrativa, outra abstrata e diagramática. (GINZBURG, 1989: 9).

Outra introdução, escrita dezesseis anos após esta primeira, traz a rememoração acerca do uso dos métodos de crítica literária aplicada a textos históricos. Ao lembrar a introdução de *Mitos, emblemas, sinais*, em *Nenhuma ilha é uma ilha*, Ginzburg novamente demonstra certo receio acerca das práticas de apresentação da pesquisa:

Não sei se retroceder a partir do final, da solução, é um hábito corriqueiro no trabalho intelectual. Tenho a impressão de que, no meu caso, essa propensão se acentuou com o tempo, por motivos tanto objetivos quanto subjetivos. (GINZBURG, 2004: 12).

Não poderemos responder, mas cabe perguntar se o hábito da retrodicção não ocorre também pela necessidade de provar, de onde se parte de uma situação dada sobre a qual se formula uma hipótese. Porém, cremos que a diferença fundamental entre as duas reservas, é que a da década de 1980 diz respeito a considerações de método, onde há a possibilidade de apresentar de formas distintas o que foi pesquisado. Já a segunda faz parte de uma justificação retrospectiva da forma de escrever onde tal opção não se apresenta. Em seguida, refere-se agora ao ensaio como gênero textual, tanto que o próprio autor questiona sua fidelidade ao gênero:

Mas serão esses ensaios genuínos? Quem pensar na tradição majoritariamente inglesa, inaugurada por Addison e Lamb – uma conversa urbana e cosmopolita, elegantemente informal, sobre temas que muitas vezes são meros pretextos –, negará o atributo a estas páginas tão pouco ligeiras, carregadas de observações eruditas. Mas quem identificar a espinha dorsal do gênero ensaístico na linha que vai de Montaigne a Diderot e além não se assustará com a presença de notas de rodapé (GINZBURG, 2004: 12).

Nossa intenção ao expor o problema do gênero ensaístico na obra de Ginzburg é tentar demonstrar as implicações teóricas desse gênero. Segundo acreditamos, trata-se de uma forma de posicionamento do autor nos debates acerca da natureza da historiografia, polarizada entre literária e ficcional ou científica. Nesse sentido, nos cabe então conhecer a codificação que o autor dá a seus textos. O próprio Ginzburg reconhece que tem praticado quase exclusivamente o gênero ensaio na última década (a data final da composição do livro é de junho de 2002), englobando assim as coletâneas temáticas surgidas a partir de 1998 (isto é, a partir de *Olhos de Madeira*). O recorte é significativo, pois envolve o período após seu envolvimento na polêmica (que trataremos com mais vagar em outro momento da dissertação) com Hayden White já mencionada. Na introdução de seu livro mais recente, *O fio e os rastros*, ele afirma ter sido alertado para as implicações de trabalhos como os de White através de um texto de Arnaldo Momigliano que data de 1981 (GINZBURG, 2007:8). O resultado do engajamento na causa seria o posfácio ao livro de Nathalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*, de 1984. O posfácio, republicado (e provavelmente modificado pelo autor para a ocasião), possui um trecho onde há um posicionamento explícito:

Analisar historicamente essas relações [entre códigos estilísticos e as seleções de aspectos da realidade; entre as relações mutáveis entre narrativa historiográfica e outros tipos de narrativas] – feitas, pouco a pouco, de trocas, hibridações, contraposições, influências num só sentido – seria muito mais útil do que propor formulações teóricas abstratas (com frequência, implícita ou explicitamente normativas) (GINZBURG, 2007: 320; itálico adicionado).

A referência velada (ou não tão velada assim) a Hayden White e seu *Meta-história* (que trataremos em outro momento da dissertação) é, a nosso ver, um indício do que Ginzburg não pretende fazer, isto é, propor uma solução para o problema em um nível abstrato, que poderia ser aplicado também à teoria da história tradicional. Ele também

não pretende atribuir a um nível superior e prescritivo a validade do discurso historiográfico, daí a importância cognitiva do ensaio. “Analisar historicamente essas relações”, em nossa opinião, significa exatamente a prática ensaística.

A principal referência teórica para o gênero ensaio apresentada na (já mencionada) *Introdução de Nenhuma Ilha é uma ilha* é outro ensaio, este de Theodor Adorno, *O ensaio como forma*. Nele, um ensaio sobre o ensaio, Adorno nota o caráter não-sistemático dos conceitos tecidos na argumentação do gênero, afirmando que sua precisão depende, em grande parte, da argumentação tecida e não de uma fundamentação prévia:

O ensaio, em contrapartida, incorpora o impulso anti-sistemático em seu próprio modo de proceder, introduzindo sem cerimônias e “imediatamente” os conceitos, tal como eles se apresentam. Estes só se tornam mais precisos por meio de relações que engendram entre si. [...] A ciência necessita da concepção de conceito como uma tabula rasa para consolidar sua pretensão de autoridade, para mostrar-se como o único poder capaz de sentar-se à mesa. Na verdade, todos os conceitos já estão implicitamente concretizados pela linguagem em que se encontram. O ensaio parte dessas significações e, por ser ele próprio essencialmente linguagem, leva-as adiante; ele gostaria de auxiliar o relacionamento da linguagem com os conceitos, acolhendo-os na reflexão tal como já se encontram inconscientemente denominados na linguagem (ADORNO, 2003: p. 28-29).

Para um eventual leitor de Ginzburg, é difícil não associar a caracterização de Adorno do ensaio ao gênero praticado pelo historiador italiano. Não é raro que este comece enunciando um problema através de um caso concreto (o sentido dado a esse caso concreto só se sabe, contudo, ao final do texto) e retome o argumento através de leituras de autores, não raro retomando a tradição clássica e moderna. É no final do texto que se retoma o problema em sua contemporaneidade, como se brotasse das densas camadas sedimentadas de interpretações das gerações passadas.

A relação entre narrativa e a documentação não se dá em um espaço interpretativo sem fronteiras ou universal, mas muito bem delimitada pela historicidade dos eventos retomados através da própria documentação. O caráter provisório e fragmentado do ensaio é também descrito por Adorno como uma de suas características principais, estreitamente relacionadas à história:

Mesmo as criações da fantasia, supostamente liberadas do espaço e do tempo, remetem à existência individual, ainda que por derivação. É por isso que o ensaio não se deixa intimidar pelo depravado

pensamento profundo, que contrapõe verdade e história como opostos irreconciliáveis (ADORNO, 2003: 26).

Este trecho do ensaio de Adorno ilumina, a nosso ver, a afirmação de Ginzburg de que a investigação sobre trocas, hibridismos e influências “seria muito mais útil do que propor formulações teóricas abstratas” (GINZBURG, 2007: 320). A conformação dos textos em ensaios, portanto, revela uma atitude reticente do autor para propor respostas para os problemas da historiografia hodierna; talvez mais do que isso, uma tentativa de não distinguir (na escrita) os níveis de linguagem – linguagem objeto e metalinguagem – para não atribuir níveis de realidade desiguais entre os dois. Um trecho um tanto enigmático da Introdução de Relações de Força pode ser lido a partir dessa ambigüidade:

Raramente a distância entre reflexão metodológica e prática historiográfica efetiva foi tão grande quanto nos últimos decênios. Parece-me que o único modo de superá-la é tomar a sério o desafio céptico, procurando expressar o ponto de vista de quem trabalha com os documentos, no sentido mais amplo do termo. A solução que proponho transfere para o âmago da pesquisa as tensões entre narração e documentação (GINZBURG, 2002: 14).

O gênero ensaio, nesse sentido, parece ser a forma de escrita adequada para ultrapassar o “desafio céptico”. Diante do ensaio de Adorno, sua conveniência argumentativa se torna evidente: facilita a tradução dos termos da discussão para seu próprio campo; permite expressar a historicidade dos indícios; e remete, mesmo as criações da fantasia, à existência individual (e não a grandes divisões como “história” ou “literatura”). Não poderemos, ainda, nessa etapa da pesquisa, fornecer uma posição definida sobre as demais implicações, uma vez que partes importantes das concepções de Ginzburg sobre a prática e escrita da história ainda não foram investigadas (como a de fato histórico ou ainda a de narrativa). A afirmação de que “Estes [os conceitos] só se tornam mais precisos por meio de relações que engendram entre si.” nos parece adequada para explicar a atitude de Ginzburg, seu “lance”, ao recolocar os problemas em seus próprios termos.

Outras influências podem ser reivindicadas. O historiador britânico Peter Burke, ao resenhar *Mitos, emblemas, sinais*, nota as influências de Warburg e Auerbach, às quais nós poderíamos talvez adicionar Momigliano:

It is at once a compliment and a criticism to wish these three essays were longer. They are all written with the author's usual elegance and verve. They often start, like the essays of Warburg or Erich Auerbach (not to mention Freud and Morelli), from apparently trivial details which turn out to be significant¹².

Os pontos indicados por Burke não poderão ser seguidos aqui, mas sem dúvida são importantes. A influência de Auerbach sobre Ginzburg é reivindicada pelo próprio inúmeras vezes como uma de suas leituras marcantes durante sua juventude¹³. Montaigne é citado freqüentemente nos ensaios, e, como pôde ser visto, o historiador italiano (curiosamente) se coloca na tradição de ensaístas iniciada pelo moralista (cético) francês. Dentro da perspectiva da história da arte (na qual se inclui Morelli), veremos principalmente a adesão de Ginzburg aos preceitos interpretativos correntes no Instituto Warburg; o tópico sobre Freud ainda é um veio a ser explorado; Momigliano, por fim, nós veremos no momento oportuno.

Outra influência que julgamos importante para o florescimento da sua produção ensaística, desta vez não tão destacada na bibliografia, é a do Instituto Warburg. Originalmente fundado em Hamburgo na Alemanha por Aby Warburg, chamava-se originalmente Biblioteca Warburg. Das relações que Warburg tinha na universidade de Hamburgo, tendo lecionado lá a partir de sua fundação em 1919, saíram os principais membros da Biblioteca e depois Instituto Warburg: Fritz Saxl, Ernst Cassirer, Gertrud Bing. Saxl é o responsável em transformar a Biblioteca em instituição de pesquisa acadêmica (Kulturwissenschaftliche Bibliothek Warburg), em 1921, e era já o diretor quando Warburg morreu em 1929. Alguns anos mais tarde (1934) a Biblioteca foi transferida para Londres, em decorrência do regime nazista. Em Londres, ela foi vinculada à Universidade de Londres (1944)¹⁴. O Instituto agregou especialistas estrangeiros refugiados, como Arnaldo Momigliano a partir da década de 1940 e Ernst Gombrich, que acabou por se tornar diretor do instituto em 1959¹⁵.

Foi durante a gestão de Gombrich que o Instituto recebeu um jovem pesquisador italiano, professor assistente na universidade de Roma. Ginzburg permaneceu no Instituto por um ano, entre 1967 e 1968. Antes desse período mais longo de pesquisa, Ginzburg

¹² Review: [untitled] *The Journal of Modern History*, Vol. 62, No. 1 (Mar., 1990), pp. 108-110.

¹³ “[...] decidido a prestar concurso para entrar na concorrida Scuola Normale de Pisa, passei o verão lendo autores que ainda são cruciais para o meu trabalho, como Erich Auerbach, Leo Spitzer, Gianfranco Contini, ou seja, criticismo literário baseado em detalhes...” (PALLARES-BURKE, 2000: 274).

¹⁴ texto de Saxl na biografia de Warburg por Gombrich

¹⁵ A primeira publicação de Gombrich pelo Instituto é de 1944, a de Momigliano de 1942.

havia recebido uma bolsa de estudos pelo período de um mês; e subsequente a essa breve estada em Londres, ele publicou um longo artigo sobre o Instituto em 1966, republicado em *Mitos, emblemas, sinais*. A partir de então recebeu o convite para um período maior, de pouco mais de um ano, em que aprofundou o contato com a historiografia cultural do Instituto:

Uma ocasião, quando eu ainda estudava em Pisa, fui a Londres visitar minha mãe, que se havia casado novamente com um professor de literatura inglesa em Roma. Eles estavam em Londres, e fui encontrá-los. Cantimori também estava lá, e me levou para conhecer o Warburg Institute. Fiquei fascinado pelo instituto, pela história da arte, pela possibilidade de trabalhar com história da arte numa perspectiva mais ampla. Em 1964, quando estava preparando meu livro *Os andarilhos do bem*, ganhei uma bolsa de um mês e fui para Londres. Trabalhei como um louco, descobri a obra de Gombrich, sobretudo *Art and illusion*, comprei os livros de Saxl, voltei para a Itália com uma mala cheia de livros. Comecei a ler Gombrich, e foi uma experiência extraordinária, algo que me marcou muito. Escrevi então um artigo sobre a tradição da Biblioteca Warburg, que depois foi publicado na coletânea *Mitos, emblemas, sinais*. Enviei o artigo a Gombrich, e a seu convite voltei a Londres por um ano. E isso para mim foi muito importante (GINZBURG; ABREU; GOMES; OLIVEIRA, 1990: 258-9).

O resultado mais evidente de sua temporada britânica é, sem dúvida, seu *Indagações sobre Piero*, de 1981. Antes de chegar ao livro e aos artigos, é interessante diferenciar nossos interesses no grupo relacionado ao Instituto Warburg. Classificamos o interesse de Ginzburg em relação à metodologia de história da cultura aplicada à arte como uma primeira fase do interesse. O contato mais intenso com Arnaldo Momigliano no último período da vida deste seria a segunda fase, com a adoção das teses de sua história da historiografia.

No trecho da entrevista que selecionamos, Ginzburg menciona o artigo de 1966: “Escrevi então um artigo sobre a tradição da Biblioteca Warburg”. “Tradição da biblioteca Warburg”, uma expressão intrigante, porém não deslocada ou despropositada. O débito declarado de Ginzburg com o Instituto se dá também em relação a outro historiador italiano de renome, Arnaldo Momigliano. É outro aluno do Instituto Warburg, Anthony Grafton no periódico *American Scholar*, quem relata a história da adaptação de Momigliano ao ambiente inglês. Momigliano com muita relutância participou de um número da revista do Instituto dedicada apenas a pesquisadores italianos, remetendo sua

participação apenas após a solicitação de Fritz Saxl. Saxl, contudo, entendeu que a forma com que Momigliano havia escrito o artigo não favorecia o leitor leigo, e sugeriu alterações. O resultado foi que Momigliano acatou o conjunto de alterações sugeridas como estilo pessoal, que foi aprimorado com o tempo:

Momigliano immediately obliged. In fact, he not only transformed the Creuzer article but also made the form of exposition that Saxl suggested his standard one for decades, in *The New York Review of Books* as well in learned periodicals. Evidently Momigliano developed the appealing form of exposition in which he introduced a British and American public to Creuzer, Vico, Hardouin, and many other quaint and curious authors of forgotten lore¹⁶ in dialogue with editors and advisers whom he respected. The Warburg style was the creation not only of prolific celebrities like Gornbrich and Momigliano but also of Saxl and others (GRAFTON, 2004: 129 e ss.).

Assim como para Momigliano, a experiência acadêmica proporcionada pelo Instituto foi decisiva para a formação de Ginzburg. Tentaremos, em seguida, observar as influências dessa historiografia da arte e da cultura em alguns textos de Ginzburg, em especial os dedicados ao Instituto.

O artigo a que Ginzburg se refere no trecho de entrevista que citamos há pouco é *De A. Warburg a E. H. Gombrich – notas sobre um problema de método*. Logo no início do ensaio, declara-se que o principal problema metodológico é o da “utilização dos testemunhos figurativos como fontes históricas” (GINZBURG, 1989: 42). O ensaio é excepcionalmente longo e, contando as notas cobre cerca de setenta páginas em um livro de pouco menos de trezentas, escrito em razão da tradução de três obras relacionadas ao Instituto para o italiano, entre elas *Arte e Ilusão*, de Gombrich. A extensão do ensaio, assim como a gama de problemas abordados, não nos permite dar um relato pormenorizado, porém notamos dois problemas principais e entrelaçados, a saber, o da utilização do documento visual como documento – seu propósito declarado – e a relação entre fontes escritas, estilo e iconografia. Teremos que deixar o primeiro ponto em suspenso, pois ele só se resolverá em *Indagações sobre Piero*.

Para o Ginzburg de 1966, o mais notável nos trabalhos de Warburg era seu apelo à documentação para solucionar problemas tradicionais de história da arte, problemas os quais não encontravam solução satisfatória através da análise estilística:

¹⁶ Referência ao poema de Edgar Allan Poe, *The Raven*. "Once upon a midnight dreary, while I pondered, weak and weary, / Over many a quaint and curious volume of forgotten lore,"

Testamentos, cartas de mercadores, aventuras amorosas, tapeçarias, quadros famosos e obscuros – como escreve Bing, Warburg ensinou “que se pode fazer ouvir vozes humanas articuladas também a partir de documentos de pouca importância”, talvez catalogados entre as “curiosidades” capazes de interessar apenas aos historiadores dos costumes.” (GINZBURG, 1989: 46).

Ginzburg passa então à continuação dessa tradição warburguiana (com Saxl e Panofsky) que apesar das inúmeras qualidades reconhecidas ao longo do texto, ele não deixa de criticar. Saxl é usado para ilustrar os perigos do tal “método warburguiano”:

O fim dessas análises de Saxl é evidente: sair dos limites estreitos de uma “leitura” puramente formalista e considerar a obra de arte singular como uma reação complexa e ativa (*sui generis*, bem entendido) aos acontecimentos da história circundante. Correto – mas aqui também, à parte dos resultados obtidos, o método de Saxl não convence. Ler imediatamente nessas imagens, tumultuadas ou apaziguadas, as vicissitudes alternadas do itinerário religioso de Dürer é, mais do que evidentemente, arbitrário, e legitimado apenas pela presença, ou não, de outros tipos de documentos, introduzidos sub-repticiamente (idem, p. 63).

O ensaio prossegue com análises de Panofsky e Gombrich. Panofsky, que possui no ensaio poucas páginas, é tratado apenas na relação entre iconologia e iconografia (entre as páginas 65 e 70). Gombrich é abordado do ponto de vista da história dos estilos, como ele procurou recuperar e conciliar a história do estilo com as pesquisas do Instituto. Sobre o sentido geral do texto podemos afirmar que há nele um roteiro (tortuoso) que leva do papel da documentação escrita como apoio para a interpretação da obra de arte para, em seguida, considerar a interpretação de uma obra de arte segundo esses critérios como forma confiável de se conhecer o passado. Este seria, assim acreditamos, o seu problema de método, relatado no título do ensaio. Ao propor determinado método de leituras de obras arte – na qual a síntese de Gombrich entre história do estilo e iconografia lhe parece a forma mais bem acabada, embora este não se caracterize por relacionar arte às demais esferas da sociedade (idem, p. 88) – Ginzburg acaba propondo a iconografia como método de leitura de fontes.

À diferença dos fatos estilísticos [por natureza equívocos, isto é, passíveis de múltiplas interpretações], os dados iconográficos constituem um elemento de mediação inequívoco entre um determinado ambiente cultural, religioso e político, e a obra de arte – inequívoco, isto é, objetivamente controlável (idem, p. 79).

Podemos então sintetizar o interesse de Ginzburg em Warburg nesse fio que traçamos: do papel do apoio documental à interpretação dos símbolos, o seu método iconográfico, como a interpretação desses símbolos testemunha traços da sociedade de interesse histórico geral e não apenas de história da arte.

Como justamente observou C. G. Heise, o objetivo da pesquisa de Warburg era duplo: por um lado, era preciso considerar as obras de arte à luz de testemunhos históricos de qualquer tipo e nível, em condições de esclarecer a gênese e o seu significado; por outro, a própria obra de arte e as figurações de modo geral deveriam ser interpretadas como uma fonte *sui generis* para a reconstrução histórica (idem, p. 56).

O mesmo problema de método reaparece na introdução de *Indagações sobre Piero*, publicado originalmente em 1981. Ao comentar as mudanças na cronologia dos quadros de Piero efetuadas ao longo dos anos – em especial de Reberto Longui – Ginzburg tece a respeito deste comentário, semelhante ao direcionado a Saxl: “Em realidade, na datação a corda da leitura estilística está sempre presa, com resultados mais ou menos convincentes, aos pontos de apoio da documentação disponível” (GINZBURG, 1989: 22). A censura a Panofsky (muito mais aos seus seguidores americanos) surge novamente: “Como sucede em muitas pesquisas iconológicas, a obra acaba por se tornar um pretexto para uma série de livres associações, baseadas geralmente sobre uma pretendida decifração simbólica” (idem, p. 23). Segundo Burucúa (2003: 127), *Indagações sobre Piero* é o livro mais warburguiano de Ginzburg e, de fato, desde o início Ginzburg se filia a essa tradição de historiografia da arte:

Seus ensaios [de Warburg] testemunham uma amplitude de visão e uma riqueza de instrumentos analíticos só em parte relacionados à decifração dos símbolos, com que é identificado o “método warburguiano”. É preciso notar a este propósito que, ao contrário, a atenção ao contexto social e cultural específico salvou Warburg dos

excessos interpretativos em que incorreu por vezes mesmo um grande estudioso como Panofsky (para não falar de seus seguidores) (GINZBURG, 1989: 24-25).

A argumentação de Ginzburg ressalta a fidelidade ao fundador da tradição, corrigindo desvios, os quais lhe parecem pouco produtivos quando comparados às formulações originais de Warburg. O apelo aos documentos é inevitável mesmo para as datações estilísticas, e assim Ginzburg reafirma o que ele considera a essência do método e da tradição de história da arte e da cultura de Aby Warburg. Esta avaliação acerca de seu método (que já aparece no primeiro ensaio) é compartilhada por Gombrich, na sua biografia de Warburg:

Having learned in the years of work among the Florentine records to see such situations concretely, moreover, he also learned to understand the work of art as the outcome of a situation which involved the patron no less than the artist. [...] It is in focusing on a given comission, and on the solution that emerges from the conflicting possibilities which the historical situation presented, that Warburg's approach achieved its greatest triumph (GOMBRICH, 1970: 315).

O livro, em si, pelas críticas tecidas sobre a interpretação de outros e por causa da adoção de hipóteses controversas¹⁷ não foi bem recebido; talvez pela ousadia das reconstruções, algumas comparações morfológicas que possam ser estranhas à história da arte, e por preferir a documentação escrita à análise estilística. Os argumentos de Ginzburg versam sobre a natureza dos programas através da reconstrução hipotética dos comitentes das pinturas de Piero. Desse modo, Ginzburg chega a Giovanni Bacci, humanista que entre outros serviços trabalhou na Cúria, e que provavelmente pertencia ao círculo do Cardeal Bessarion. O caso sobre o qual Ginzburg mais se estende é o da Flagelação de Cristo, onde Ginzburg identifica Bacci e Bessarion entre os personagens da cena principal, enquanto o imperador bizantino João Filólogo torna-se Pilatos na segunda cena da pintura. A cena remeteria ao fracasso da reunião das igrejas católica e ortodoxa, na qual Bessarion tomou parte como partidário da reunificação. Ao fracasso da renegociação seguiu-se o fim do Império Bizantino.

¹⁷ ver a esse respeito a resenha de Robert Black, em especial as páginas 68 e 69: BLACK, Robert. Review: The Uses and Abuses of Iconology: Piero della Francesca and Carlo Ginzburg. Oxford Art Journal, Vol. 9, No. 2 (1986), pp. 67-71.

Indagações sobre Piero é importante, pois permite balizar o quanto suas obras posteriores se aproveitam desse contato que Ginzburg teve com os historiadores da arte e cultura do Instituto Warburg. Cabe notar que já na Introdução de *Indagações*, já existe uma referência do retorno de Ginzburg aos problemas historiográficos de *Os andarilhos do bem* e *O queijo e os vermes*: “Outras pesquisas – por exemplo, sobre a cultura camponesa, preponderantemente oral, das sociedades pré-industriais – estão às voltas com problemas análogos.” (GINZBURG, 1989: 23). Não podemos também descartar a proximidade cronológica entre a primeira publicação de *Sinais*, em 1979 e *Indagações*, de 1981. O historiador argentino José Emilio Burucúa lista o paradigma indiciário como diretamente dependente do “método warburguiano”:

[...] la presentación del paradigma indiciário que él mismo propuso para la ciencia histórica em 1979 como alternativa a cualquier adaptación del modelo galileano, no sólo fue colocada bajo la advocación de Aby Warburg desde el epígrafe (“Dios está en lo particular”), sino que tal paradigma es *per se* uma forma generalizada y sistemática del método warburguiano, cuya simultaneidad com outros ensayos de regulación de las ciencias del hombre em el fin del 1900 también aquel ensayo Spie [Senhales] contribuye a poner de manifiesto (BURUCÚA, 2003: 127).

Burucúa caracteriza *Sinais* como um desenvolvimento do método warburguiano, mas esta é apenas uma das perspectivas possíveis. Considerar apenas dessa forma seria ignorar o conjunto de problemas e diálogos estabelecidos por Ginzburg ao longo das primeiras décadas de sua produção. Da mesma forma como a mudança de gênero foi importante para a sua reflexão posterior, algumas características foram mantidas de seus trabalhos prévios e com elas as marcas dos diálogos estabelecidos e problemas historiográficos abordados em sua fase anterior. Nas páginas seguintes, tentaremos demonstrar o aparecimento desse modo peculiar de praticar a escrita da história, e nossa tentativa será, menos a de reduzir a princípios que a de esclarecer e tornar evidente as referências principais e os principais problemas que direcionaram o historiador italiano até o ponto que nos interessa, os ensaios de *Relações de Força*. A tentativa de tornar visível a gênese de uma prática ao mesmo tempo tão particular e tão ampla nos obriga a acompanhar a trajetória de Ginzburg em seus termos, sob pena de deixar escapar o fio de Ariadne.

Um dos elementos desse modo singular de escrever nós podemos chamar, por falta de melhor nome, de uma abordagem *radiciária*, associada ao seu conhecido

“paradigma indiciário”. A metáfora das raízes de determinado assunto aparece em alguns nos textos do historiador italiano sem, contudo, que seu procedimento fosse explicitado enquanto tal. No caso da retórica aristotélica, esta é a raiz de uma retórica centrada na prova; Nietzsche, por outro lado, é a raiz de outra retórica, a não-referencial. Outro exemplo está na noção ciceroniana de estilo a qual é a raiz da incomensurabilidade das teorias em *Contra o Método*, de Paul Feyerabend, conforme argumentado em *Estilo: inclusão e exclusão*. Uma passagem das *Meditações* de Marco Aurélio é a fonte da reflexão de Tolstói sobre as relações sociais que, por sua vez, levaram Chklóvski a formular seu princípio do estranhamento, uma das bases de sua *Arte como procedimento*. As trajetórias tortuosas que remontam ao passado assumem a imagem de uma raiz; a metáfora, por sua vez, está embasada na sua capacidade de perseguir os fundamentos inusitados de muitos conceitos. Ginzburg percorre sem receio séculos e séculos através da documentação, seja em uma trilha composta de tijolos sólidos de informação histórica, focada nos documentos e formando um contexto, seja em comparações morfológicas entre fenômenos distantes no tempo e/ou espaço, muitas vezes em hipóteses ousadas¹⁸. Os dois procedimentos possuem sua matriz própria, e o autor passou algum tempo tentando conciliá-las. Dessa tensão entre dois tipos de leitura de documentos – não apenas, é evidente – que seu modo de exercer o ofício se consolidou. A forma ensaística, por sua vez, é a que melhor se adequa a esse tipo de tensão metodológica impingida pelo historiador italiano em seus trabalhos.

A leitura atenta, a sensibilidade, o faro, o detalhe revelador; todas essas características parecem enfatizadas no seu ensaio *Sinais*, onde a descoberta de detalhes muda completamente a interpretação corrente sobre determinada obra ou acontecimento. O trabalho de Espada Lima nos mostra o quanto isso pode atribuído a sua formação acadêmica em Pisa. *Indagações sobre Piero* nos mostra o quanto isso também é devido à historiografia da arte do Instituto Warburg. Os detalhes, contudo, não valem por si, mas supõem a reintegração (problemática, como veremos) do detalhe a unidades maiores que os explicam. Essa segunda parte, tão importante quanto a primeira, constitui uma forma de explicar tão comum em seus textos quanto parece idiossincrática em relação aos demais historiadores. Não fosse sua habilidade, pareceria um contra-senso a atitude de Ginzburg, que encontra pequenos detalhes e os reintegra a grandes unidades explicativas, e ainda assim foi muitas vezes questionado por isso, pois não se encaixam

¹⁸ Podemos ver, por exemplo, sua hipótese de leitura das obras de Piero della Francesca, ou ainda a grande hipótese que norteia a parte final de *História Noturna*, ou ainda o capítulo sobre Picasso e Warburg em *Relações de Força*, entre dezenas de outros exemplos.

necessariamente os primeiros nas segundas, existindo aí, por vezes, diferenças irreduzíveis. *Os Andarilhos do Bem*, *O queijo e os vermes*, *Mitos, emblemas, sinais e História noturna* – além dos artigos – serão nossas fontes para compreender como se deu o desenvolvimento dessa forma de proceder em relação a problemas historiográficos que acabou por se tornar a forma predominante de escrita do historiador italiano hoje. Temos o testemunho do próprio Ginzburg sobre a unidade temática que há entre *Andarilhos do Bem* e *História Noturna*:

No início dos anos 60, comecei a estudar os processos da Inquisição, procurando reconstruir, além das atitudes dos juizes, as dos homens e das mulheres acusados de feitiçaria. Logo percebi que essa perspectiva não etnocêntrica implicava um cotejo com as pesquisas dos antropólogos (primeiro de todos, Claude Lévi-Strauss). Mas as implicações historiográficas, conceituais e narrativas de uma opção assim só me ficaram claras muito lentamente, ao longo dos anos que separaram *Os Andarilhos do Bem* (1966) e *História Noturna* (1989) (GINZBURG, 2007: 263).

O Ginzburg ensaísta, que publica parte substantiva de seu trabalho na forma de ensaios direcionados a resolução de problemas, serve-se das ferramentas criadas ao longo de seus trabalhos historiográficos e de fôlego mais longo. Esperamos poder iluminar a relação entre essa primeira fase e a segunda fase da produção de Ginzburg nessa reflexão preliminar, antes de partirmos propriamente para os textos de *Relações de Força*. Nessa fase, podemos dizer que há uma polaridade que se torna evidente de vários modos: alto-baixo, individual-coletivo, quantitativo-qualitativo.

Andarilhos do bem (*I Benandanti: stregoneria e culti agrari tra Cinquecento e Seicento*, 1966) é o começo de uma trajetória marcada por problemas comuns que só se encerraria em *História Noturna*, que pode ser considerado uma continuação ou mesmo reelaboração deste primeiro livro. O livro de 1966 trata de uma seita italiana que praticava batalhas noturnas pela fertilidade dos campos e rebanhos em transes extáticos, e serviu-se de cerca de 800 processos inquisitoriais datados do último quarto do século XVI até meados do XVII, localizados na região do Friul, na Itália. No prefácio, Ginzburg mostrava-se preocupado com a possibilidade de recuperar as atitudes religiosas de indivíduos da sociedade camponesa friulana (GINZBURG, 1988: 7). No pós-escrito de 1972, Ginzburg reconhece a exagerada oposição entre atitudes e crenças individuais e o conceito generalizante de mentalidade, mas ainda assim mostrava-se insatisfeito com este conceito, conforme utilizados pelos historiadores do grupo dos Annales, pois convidava a

“negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa “mentalidade coletiva” indiferenciada e interclassista” (idem, p. 16). O problema principal do livro era a assimilação da crença popular à feitiçaria e a profunda clivagem entre os entendimentos dos inquisidores e inquiridos, uma vez que os primeiros conformavam os relatos populares à classificação de heresias formuladas segundo preceitos teológicos¹⁹. A perspectiva do trabalho, segundo o historiador italiano, era a de recuperar as crenças e não a perseguição a elas. Até então, Ginzburg afirmava que as fontes friulanas permitiam acesso imediato às vozes:

Mas a característica mais importante dessa documentação é a sua imediatidade. Se se excetua a tradução do friulano efetuada pelos notários do Santo Ofício, é lícito dizer que as vozes desses camponeses chegam diretamente até nós, sem véus, não confiadas – como muitas vezes ocorre – a testemunhos fragmentários e indiretos, filtrados por uma mentalidade diversa e inevitavelmente deformante (GINZBURG, 1988: 7).

Os problemas do acesso às fontes; assim como da relação entre, por um lado, cultura popular e cultura erudita, e também entre atitudes individuais e grandes conceitos explicativos, por outro, serão recorrentes nos trabalhos seguintes. Antes de prosseguir, é necessário notar que ao descrever a ocorrência de crenças semelhantes às batalhas noturnas pela fertilidade, Ginzburg não deixa de relatar o curioso caso de um idoso que alegava ser um lobisomem em Jürgenburg, 1692. Tanto no caso do lobisomem lituano quanto no dos benandanti italianos, os inquisidores e juízes acabam por integrar a crença popular nas classificações dos desvios da fé.

O livro seguinte, *O queijo e os vermes (Il formaggio e i vermi: Il cosmo di un mugnaio del '500*, 1976) tem seu foco principal em uma abordagem historiográfica que permita a reconstituição da cultura das classes baixas sem ater-se à contemplação muda e estética – falha que ele aponta em Foucault –, ou assumir a passividade da cultura popular diante da chamada alta cultura – como critica em Mandrou –, ou ainda a expressão autônoma das classes populares e por isso autêntica – ingenuidade que indica em Bollème. Como ocorreu em *Andarilhos do bem*, Ginzburg aponta que a versão das

¹⁹ “A riqueza excepcional da documentação friulana permite reconstruir com precisão e clareza muito maiores, mostrando como um culto de características nitidamente populares, como o que tinha o seu centro nos *benandanti*, foi pouco a pouco se modificando sob a pressão dos inquisidores, para finalmente assumir os lineamentos da feitiçaria tradicional. Mas essa discrepância, essa defasagem existente entre a imagem proposta pelos juízes nos interrogatórios e aquela oferecida pelos acusados permite alcançar um estrato de crenças genuinamente populares, depois deformado, anulado pela superposição do esquema culto.” (GINZBURG, 1988: 8).

crenças dos inquiridos torna-se, paulatinamente, a opinião sugerida pelo inquisidor, de modo que o historiador, quando se debruça sob a documentação, vê uma batalha simbólica que é lentamente vencida pelo inquisidor. A versão “popular” das crenças é então traduzida para a linguagem da Igreja. Ginzburg recorre então à noção de polifonia presente nos estudos de Bakhtin e também aos trabalhos do historiador marxista inglês E. Thompson para reconstituir as crenças e discernir, sob inúmeros filtros, os traços pertinentes das crenças populares. Entre as diferenças importantes, vê-se já que Ginzburg não enxerga na documentação inquisitorial a presença imediata das vozes dos representantes das camadas populares. Persiste, porém, a preocupação com as atitudes individuais, não levadas em conta por conceitos abrangentes:

Porém, se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como as personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas. Não é um objetivo de pouca importância estender às classes mais baixas o conceito histórico de “indivíduo” (GINZBURG, 1987: 26).

Ao estender às classes baixas (ou populares) a dignidade do conceito de indivíduo, Ginzburg se via com dois problemas metodológicos. Como ler na documentação a chamada “cultura popular” quando os produtores dessa documentação não pertencem a essa classe? Como recuperar a individualidade da ação quando os conceitos disponíveis tendem a generalizar as crenças, dissolvendo o significado da ação particular? A segunda pergunta só foi respondida no final de *História Noturna*. A primeira pergunta deriva do gênero documental escolhido, inquéritos inquisitoriais, nos quais os relatos dos réus aparecem cifrados ou parcialmente cifrados pelo idioma imposto pelo inquisidor ao longo do inquérito. A resposta teria, necessariamente, que evitar as respostas dadas ao problema por Foucault, Mandrou e Bollème. Nessa *Introdução* já vemos frases que se tornaram freqüentes nos textos de Ginzburg, como “o fato de uma fonte não ser objetiva (...) não quer dizer que seja inutilizável” (idem, p.21), formuladas justamente para justificar sua abordagem que tenta localizar os filtros conformadores dos relatos dos representantes da “cultura popular” impostos pelos representantes da “alta cultura”. Vinte anos após a publicação de *O Queijo e os vermes*, Ginzburg caracteriza o procedimento do “inquisidor como antropólogo” – analogia sugerida pelo seu trabalho de micro-história – da seguinte forma: “Escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas: por exemplo, as das mulheres ou dos homens que, nos processos de bruxaria, de fato escapavam aos estereótipos

sugeridos pelos juízes” (GINZBURG, 2007: 11).

Os problemas apontados por Ginzburg na *Introdução*, de como tornar o conceito de cultura popular operante na pesquisa historiográfica, sobretudo por se tratar de um conhecimento de caráter mediado pela alta cultura, torna evidente que *cultura popular* pode ser também abrangente e impreciso, como o de mentalidades já criticado por ele. Como já dissemos, uma das principais referências é a de Mikhail Bakhtin e a explicitação de sua tese para o livro *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. O livro de Bakhtin – e a forma como Ginzburg alega tê-lo utilizado – podem nos ajudar a entender como o historiador italiano passou da história em pequenos pedaços aos grandes conjuntos simbólicos. Com efeito, a tese principal de Bakhtin é a de que Rabelais mantém em sua escrita a linguagem carnavalesca das festas medievais, que se materializa nas figuras grotescas – em parte incompreensíveis para o leitor de hoje: “O objetivo essencial de nosso estudo é tornar compreensível essa linguagem semi-olvidada, da qual alguns matizes já nos parecem obscuros” (BAKHTIN, 1999: 10). A idéia de Bakhtin de que através da leitura de Rabelais é possível encontrar ecos de um sistema simbólico festivo que remonta a práticas milenares torna, por um lado, a referência a uma cultura popular possível, como no caso de *O queijo e os vermes*. O tema da circulação de culturas se dá no livro do crítico russo na medida em que afirma que o Rabelais apela para fontes eruditas, Aristóteles, Luciano e (pseudo) Hipócrates para compor figuras que expressam uma prática popular dos festejos que remonta a pelo menos um milênio (idem, p. 63). Se por um lado, há a analogia de valor invertido entre Rabelais e Menocchio, por outro, Bakhtin pode ter contribuído para mostrar a limitação da sua abordagem: a de recorrer a um conceito não delimitado e abrangente – cultura popular ou, como escreve Bakhtin, cultura cômica popular – para explicar um pequeno episódio, o do moleiro Menocchio²⁰. Ressaltamos esse caráter impreciso do conceito por causa da especificidade do caso de Menocchio. Há aí uma diferença irreduzível entre o caso do moleiro e o conceito que se usa para explicá-lo:

Há uma descontinuidade entre o micro e o macro que torna possível falar de Menocchio em termos ao mesmo tempo singulares e gerais. A singularidade da sua própria trajetória era irreduzível à média, seu comportamento não poderia ser considerado nem mesmo modal; por outro lado, o aspecto “limítrofe” do seu caso lançava luz sobre as

²⁰ Ginzburg reconhece a provisoriedade da solução analítica empregada no próprio livro: “Em todo caso, a essa altura já deve estar claro por que à expressão “mentalidade coletiva” seja preferível a também pouco satisfatória expressão “cultura popular”” (GINZBURG, 1987: 32).

possibilidades de ação e pensamento em certo tempo e lugar (ESPADA LIMA, 2006: 326).

O caso de Menocchio possibilita a compreensão de um caso específico sem a indução de um geral, pois é atípico; mas auxilia ainda assim a compreender o século em que viveu, da opressão cultural durante a Contra-Reforma. Ginzburg mostrou-se estupefato com a descontinuidade, e ainda mais com as explicações possíveis para as origens das idéias do moleiro. Em certo momento de *O queijo e os vermes*, Ginzburg, descrente, nota a semelhança da teologia lática de Menocchio com um mito indiano mencionado nos *Veda* (GINZBURG, 1987: 126). Afirma o historiador italiano:

É uma coincidência espantosa – digamos até mesmo inquietante – para quem não possui explicações prontas e inaceitáveis, como a existência de um inconsciente coletivo, ou simples demais, como o acaso. [...] Apesar da diversidade, que não deve ser subestimada, a coincidência permanece. Não se pode excluir o fato de que ela constitua uma das provas, fragmentária e em parte extinta, da existência de uma tradição cosmológica que, ultrapassando as diferenças de linguagem, combina mito e ciência (idem, p.126-7).

Já podemos ver pesquisas futuras já esboçadas. Ginzburg vê na semelhança entre o que havia dito o moleiro aos inquisidores e o mito nos *Veda* como o afloramento de um estrato cultural profundo:

Nos discursos de Menocchio, portanto, vemos emergir, como que por uma fenda no terreno, um estrato cultural profundo, tão pouco comum que se torna quase incompreensível (idem, p. 127).

Do trecho citado, temos duas expressões reveladoras: uma é “fenda no terreno”, metáfora que se aplica perfeitamente ao que se tentou fazer em *Sinais*; a outra é estrato cultural profundo, que será o tema da última parte de *História Noturna*.

Em seu livro de ensaios *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* de 1986, Ginzburg afirma que o principal ensaio da coletânea – *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* – é uma mistura de antologia teórica pessoal e tentativa de resolução de problemas encontrados ao longo das pesquisas anteriores e atuais. Na *Introdução* e nos ensaios, podemos encontrar indicações dos trabalhos futuros, como a polêmica sobre o revisionismo e pós-modernismo e a relação entre morfologia e história. *Mitologia*

germânica e nazismo: sobre um velho livro de Georges Dumézil traz já a preocupação com o revisionismo, e a leitura dos artigos de Arnaldo Momigliano sobre o tema já aparecem entre as notas bibliográficas. O ensaio foi escrito e publicado originalmente em 1984, ano em que Ginzburg afirma (na *Introdução* de *O Fio e os Rastros*) ter se preocupado com o tema. Outro texto do mesmo ano (1984), *Provas e Possibilidades*, é mais incisivo. *Sinais* possui dentre os inúmeros elementos curiosos o seu título: *Sinais – raízes de um paradigma indiciário*. Muita atenção foi dada à palavra *sinais*, porém pouca à palavra *raízes*. Elas provavelmente remetem ao livro de Wladimir Propp, *Raízes históricas do conto maravilhoso*. Associada à referência a Propp na *Introdução* de *Mitos, Emblemas, Sinais*, temos a do ensaio de Wittgenstein sobre o *Ramo de Ouro* (*The golden bough*, do antropólogo inglês James Frazer).

Infelizmente, não poderemos retomar toda a argumentação, mas podemos apenas iluminar alguns pontos reveladores. Um deles é a utilização da palavra *semiótico* para caracterizar o seu paradigma indiciário. O caso de Morelli, assim como o de Freud, do homem primitivo, da Métis grega, assim como o caso do cavalo desaparecido, dos caçadores do neolítico, do médico renascentista, do historiador, de Conan Doyle, todos fazem referência aos traços não perceptíveis ao olho comum. Esses traços são identificados essencialmente como morfológicos e não como informações históricas. Procedimentos semelhantes temos nas análises de Lévi-Strauss, Wladimir Propp e Wittgenstein. Os traços não deixam, contudo, de fazer referência a um quadro mais abrangente. O caso de Holmes – *A caixa de papelão* – tem por objetivo a reconstituição de uma cadeia de acontecimentos dentro dos quais as pistas fazem sentido. O mesmo pode ser dito de Morelli – considerando o estilo do pintor como um conjunto coerente de traços a que o crítico de arte se refere – e Freud – tomando a personalidade como quadro amplo a que os detalhes nos relatos dizem respeito. Por trás dos sinais, há sempre um quadro de referência que dá sentido ao que é percebido, e talvez seja por isso que o paradigma é chamado de semiótico:

No final do século XIX – mais precisamente na década de 1870-80, começou a se afirmar nas ciências humanas um paradigma indiciário baseado justamente na semiótica. Mas as suas raízes eram muito antigas (GINZBURG, 1989: 151).

O quadro de referência para o paradigma indiciário seria uma atitude voltada para o

concreto, operante desde sempre e latente enquanto teoria formulada até o século XIX. Ao aparecimento do paradigma indiciário está relacionada a decadência do “pensamento sistemático” na filosofia (idem, p. 178), do qual o expoente seria Galileu. Os parágrafos finais do ensaio indicam, por um lado, como o ensaio *Sinais* se liga às pesquisas futuras de Ginzburg, e, por outro, como os problemas anteriores são traduzidos para atender as novas exigências de pesquisa. Sobre este último ponto, os indícios são o resultado de sua aplicação na leitura de fontes que têm por principal característica traduzir as crenças populares para o *idioma* dos inquisidores, do que resulta um paradoxo: o fato dos indícios estarem escondidos é que provam sua validade:

“...[a] existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. (idem, p. 177)

O aparente paradoxo se explica quando retomada a perspectiva da oposição entre individual e o coletivo, e das formas respectivas em que se estuda cada um desses pólos. O ensaio defende que pequenas irregularidades superficiais podem remontar a um conjunto mais amplo e *não evidente*. No parágrafo inicial do ensaio, temos a menção a um *modelo epistemológico*, que equivale a um *paradigma*, ainda não teorizado. A teorização desse paradigma *operante de fato* poderia ajudar a “sair dos incômodos da contraposição entre “racionalismo e irracionalismo”²¹ (GINZBURG, 1989: 143). O detalhamento dessa oposição mostra que se trata de uma oposição mais entre os paradigmas indiciário e galileano que entre irracionalismo e racionalismo. Se seguirmos a tendência já esboçada nos trabalhos anteriores, podemos ver Ginzburg a tentar uma solução que inclua o conhecimento individual entre as aceitáveis cientificamente. Para compreender melhor essa tentativa, devemos olhar para um outro artigo escrito a quatro mãos com Carlo Poni e publicado no mesmo ano de *Sinais* nos *Quaderni Storici*, *O nome e o como*²².

Nesse artigo, há associação clara entre o estudo quantitativo – um exemplar do paradigma galileano – e o estudo do individual, e por isso esse artigo deve ser lido como

²¹ Expressão que se refere, provavelmente, ao livro *Contra o método* de 1975, de Paul Feyerabend, citado quando menciona Galileu.

²² *Il nome e il come: scambio ineguale e mercato storiografico. Quaderni Storici*, 40: 1979. Originalmente uma conferência dada em Roma, e janeiro de 1979 e publicada em português em *Micro-história e outros ensaios*.

um sub-texto de Sinais.

Há alguns anos, traçando um balanço das investigações prosopográficas, Lawrence Stone distinguiu duas correntes: uma, qualitativa, centrada sobre o estudo das *élites* (políticas, culturais, etc.); a outra, quantitativa, virada para a inquirição de agregados sociais mais amplos. A nossa proposta pretende combinar a óptica não elitista da segunda corrente com a análise particularizada da primeira – uma prosopografia a partir de baixo (análoga à proposta por E. Thompson), que deveria portanto desembocar numa série de *case studies*, embora sem excluir, como já se disse, investigações do tipo serial (GINZBURG; PONI: 1989: 176).

O quadro geral, portanto, não está acessível. Ginzburg começa a propor a solução indiciária às classes baixas e termina por adotar – mais adiante, em *História Noturna* – um quadro de referência amplo o suficiente para abarcar a humanidade inteira. Retomando, contudo, a oposição de *Sinais* e *O nome e o como* Ginzburg faz uma separação por escalas tripartite, do particular ao geral: a primeira dos indícios, uma segunda da pesquisa quantitativa e uma terceira de um aspecto ao qual aponta o indício, mas que não é contemplado pela pesquisa quantitativa:

Mas o “excepcional/normal”²³ pode ter ainda um outro significado. Se as fontes silenciam e/ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, estatisticamente não freqüente) pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados. Os casos marginais, como notou Kuhn, põem em causa o velho paradigma, e por isso mesmo ajudam a fundar um novo, mais articulado e mais rico. Quer dizer, funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer (GINZBURG, PONI, 1989: 177).

Diante dessa divisão proposta, deve-se notar que Ginzburg não sugere que ela valha para todo trabalho histórico, mas apenas como forma de argumentação sobre a validade de sua teorização do paradigma indiciário. Como pôde ser notado, em ambos artigos a noção de paradigma de Kuhn está presente, mas abordá-la seria extrapolar as ambições deste trabalho. Nos importa aqui mostrar a integração entre o detalhe significativo e o quadro amplo em que ele se encaixa como tentativa de solucionar as dualidades presentes nos trabalhos anteriores. Para a detecção das irregularidades, a

²³ O “excepcional/normal” definido no artigo é o caso que não está compreendido no critério quantitativo, mas a sua irregularidade estatística não se traduz em diferença transformadora, mas sim numa transgressão esperada à norma.

ideia de morfologia assumiu grande importância.

No *Prefácio de A morfologia do conto maravilhoso*, Propp admite que se inspirou principalmente na maneira em que o significado de morfologia (estudo das formas) está ligado à botânica. Mais do que se servir da metáfora, ele ambiciona para seu estudo das funções das personagens o rigor das classificações biológicas (PROPP, 2006: 1). Na conclusão, todavia, o folclorista russo reconhece que não procedeu da mesma forma, afirmando, em vez disso, que sua inspiração principal era a Planta Primal (Urpflanze) imaginada por Goethe nos seus estudos sobre botânica. A referência a Goethe é a de sua viagem à Itália, país no qual procurava a planta morfologicamente perfeita, que possui todos os traços morfológicos possíveis de todas as plantas²⁴. Talvez valha a pena retomar brevemente o método de Propp. O folclorista russo, tendo separado certa quantidade de contos maravilhosos ou mágicos – serve-se de uma coletânea organizada por outro especialista – classifica as funções (ou ações) existentes nas inúmeras narrativas classificando-as e, se possível, rotulando-as com um nome apenas (PROPP, 2006: 26). Com isso, Propp afirma ter encontrado um eixo único sob o qual todos os contos maravilhosos ou mágicos se organizam²⁵.

Ginzburg, por sua vez, não evita listar referências diversas que não possuem ligações históricas entre si para recompor um conjunto. Os procedimentos não são semelhantes na medida em que o folclorista russo parte de um conjunto delimitado, tanto antes quanto após a pesquisa. Mas o princípio de localização de identidades morfológicas nos parece semelhante. A análise de Ginzburg possui por princípio a possibilidade de incluir mais elementos, os quais passam por crivos morfológicos ou históricos (isto é, que possuem ligação documentada). O herbário de Propp, apesar das diferenças, não pode ser descartado, uma vez que ensina a reconhecer as semelhanças entre elementos diversos das narrativas. Em vez de ter por objeto um conto, há em Ginzburg, uma capacidade humana transformada em modelo epistemológico, que seria a de comparar

²⁴ Afirma Goethe em carta endereçada a Herder escrita durante sua estada em Nápoles datada de 17 de maio 1787: “The Primal Plant (Urpflanze) is going to be the strangest creature in the world, which Nature herself shall envy me. With this model and the key to it, it will be possible to go on for ever inventing plants and know that their existence is logical; that is to say, if the do not actually exist, they could, for they are not phantoms of a vain imagination, but possess an inner truth and necessity. (GOETHE, 1992: 310-11).

²⁵ “Que conclusões permite tirar este esquema? Em primeiro lugar, confirma nossa tese geral sobre a uniformidade absoluta da construção dos contos de magia. Variações de detalhes isolados ou afastamentos não quebram a constância dessa lei.” Curiosamente, Propp sugere no próximo parágrafo: “Mas apesar de tudo, desejaríamos formular uma pergunta: se todos os contos de magia são tão semelhantes quanto à forma – isso significa, por acaso, que todos eles provêm da mesma fonte?” O folclorista russo evita responder a pergunta em termos estritamente geográficos, mas também psicológicos: “A fonte única pode ser também psicológica, no aspecto histórico-social” (PROPP, 2006: 105).

traços significantes e reconhecer semelhanças gerais, daí o nome semiótico. O traço de capacidade humana do paradigma indiciário está expresso na conclusão do ensaio, onde ele chama a capacidade de perceber detalhes concretos como “intuição baixa”. Essa intuição baixa é uma referência clara ao primeiro capítulo de *O Pensamento Selvagem*, de Lévi-Strauss²⁶.

Outras referências à pesquisa que acabou por tomar a forma do livro *História Noturna* podem ser encontradas na *Introdução* do livro de ensaios acima mencionado onde há: “A pesquisa de que estou falando, dedicada ao sabá, ainda está em andamento.” (GINZBURG, 1989: 11); pesquisa a qual ele se diz “atolado” (idem, p. 12). A principal tensão metodológica do livro de 1989 já está presente: “A documentação que eu vinha acumulando parecia me obrigar a uma escolha entre uma conexão histórica que não conseguia provar e uma conexão puramente formal a que me opunha.” (idem, ibidem). O texto sobre Freud, *Freud, o homem dos lobos e os lobisomens*, pode ser visto como uma prévia da tese defendida na parte III, capítulo 2 de *História noturna*. Ao analisar um caso publicado por Freud em 1914 sobre um jovem burguês russo, Ginzburg encontra semelhanças entre a análise dos processos inquisitoriais e a psicanálise – notada pelo próprio Freud – e como a semelhança de traços formais ou morfológicos do relato psicanalítico e dos mitos sugere uma área de dispersão de temas míticos que vai da Europa à Ásia:

Mas não podemos ignorar que no sonho do homem dos lobos irrompe um conteúdo mítico mais antigo, reencontrável nos sonhos (êxtases, desfalecimentos, visões) dos andarilhos do bem, dos *táltos*, dos lobisomens, das feiticeiras (GINZBURG, 1989 : 217).

Este texto recupera o comentário sobre lobisomem lituano, um dos casos semelhantes ao dos *benandanti*, e ao qual Ginzburg evitou se demorar e 1966. Já no primeiro livro, o tema do xamanismo aparecia associado ao do lobisomem lituano: “De

²⁶ “O homem do neolítico ou da proto-história foi, portanto, o herdeiro de uma longa tradição científica; contudo, se o espírito que o inspirava, assim como a todos os seus antepassados, fosse exatamente o mesmo que o dos modernos, como poderíamos entender que tenha parado e que muitos milênios de estagnação se intercalem, como um patamar, entre a revolução neolítica e a ciência contemporânea?”

O paradoxo admite apenas uma solução: é que existem dois modos diferentes de pensamento científico, um e outro funções, não certamente estádios desiguais do desenvolvimento do espírito humano, mas dois níveis estratégicos em que a natureza se deixa abordar pelo conhecimento científico – um aproximadamente ajustado ao da percepção e ao da imaginação, e outro deslocado; como se as relações necessárias, objeto de toda ciência, neolítica ou moderna, pudessem ser obtidos por dois caminhos diferentes: um muito próximo da intuição sensível e outro mais distanciado” (LÉVI-STRAUSS, 1962: 30).

qualquer forma, com base nesse surpreendente paralelo lituano, é possível afirmar-se a existência de uma conexão não analógica mas real entre *benandanti* e xamãs.”; no seu primeiro livro, porém, Ginzburg não estava disposto a afastar-se muito do problema, de modo que acabou por deixar o problema pendente: “Mas encontrar os vínculos que ligam essas crenças ao mundo báltico ou eslavo ultrapassa, evidentemente os limites desta pesquisa” (GINZBURG, 1988: 53-54).

Ossos e Peles, segundo capítulo da última parte de *História Noturna* começa – talvez por coincidência – onde parou o texto sobre Freud e o homem dos lobos. A pergunta final do texto de 1986 é sobre uma frase famosa de Lévi-Strauss, sobre os mitos e os homens e sua escolha dos primeiros aos segundos (LÉVI-STRAUSS, 2004: 31), presente no primeiro volume das *Mitológicas*. Ginzburg mantém parte da preocupação com o significado da ação religiosa individual, já expressa nos livros anteriores, e por isso *Ossos e Peles* começa com o segundo volume das *Mitológicas*, onde Lévi-Strauss nota um detalhe importante que havia passado despercebido no volume anterior; detalhe este (considerado importante pelo historiador italiano) sobre a relação entre coxeadura e a mudança das estações. A tentativa de explicação passa por uma hipótese inadequada do ponto de vista do método empregado para a análise dos mitos, no ponto de vista do antropólogo francês, e esse é o ponto que Ginzburg salienta. A análise da coxeadura é um dos temas principais deste último capítulo de *História Noturna*, onde Ginzburg procura analisar morfologicamente mitos de regiões que vão do Mediterrâneo à Sibéria e China, recolhendo traços comuns e reintegrando-os a grandes conjuntos míticos:

A documentação que acumulamos prova, superando qualquer dúvida razoável, a existência de uma subterrânea unidade mitológica eurasiática, fruto de relações culturais sedimentares durante milênios (GINZBURG, 1991: 248).

A abrangência da argumentação não nos permite, como ocorre freqüentemente, acompanhar os passos do historiador italiano; importa mais para nossos propósitos recompor sua concepção de morfologia desenvolvida que dar um relato de sua ampla e complexa base documental. Ginzburg aproxima traços de mitos de diversas populações, com especial atenção para os mitos gregos. Entre os traços morfológicos analisados, podemos destacar os mitos de deambulação, onde o herói é coxo ou anda com apenas uma sandália.

A busca de isomorfismos profundos levou-nos a alargar o quadro, associando fenômenos aparentemente diversos ligados pela referência, real ou simbólica, ao desequilíbrio deambulatório: mancar, arrastar uma perna ferida, ter um calcanhar vulnerável, caminhar com um pé descalço, tropeçar, saltar num único pé. (idem, p. 216)

Os mitos sobre a deambulação (como os de Édipo) levaram a mitos sobre parricídio, por um lado, e o nascimento do herói, por outro. O conjunto, por sua vez, foi relacionado aos ritos de iniciação, sobretudo a iniciação como prática morte simbólica (idem, p. 211). O procedimento morfológico de Ginzburg vai na mesma direção já apontada em *Freud, o homem dos lobos e os lobisomens*, isto é, aponta para uma interpretação arquetípica da coxeadura. No final deste último texto, aponta-se a possibilidade da explicação da neurose pelos mitos, como fez Jung, e o contrário do que acabou por fazer Freud. Jung, embora com tenha uma hipótese fecunda em mãos, não soube aproveitá-la por falta de rigor e uma intuição antropocêntrica – na opinião do historiador italiano (GINZBURG, 1989: 216). A explicação arquetípica retorna em *História Noturna*, mas sem a referência explícita a Jung. O arquétipo na versão de Ginzburg seria a explicação possível para as inúmeras reincidências de traços simbólicos em contextos históricos amplos e sem comprovação histórica de contato:

A difusão transcultural dos mitos e ritos centrados na assimetria deambulatoria talvez tenha sua raiz psicológica nessa percepção elementar, mínima, que a espécie humana tem de si mesma – da própria imagem corpórea. (GINZBURG, 1991: 219)

Por percepção, Ginzburg entende o corpo “em sua auto-representação”, o que não significa que o historiador italiano tenha dado concretude ao símbolo (embora os símbolos sejam recorrentes), mas sim à “atividade categorial que, como veremos, reelabora de forma simbólica as experiências concretas (corpóreas)” (idem, p. 219). O resultado da análise empreendida, segundo Ginzburg, não permite que uma convergência morfológica seja comprovada historicamente no caso de culturas “historicamente não conectadas” (idem, p. 248), de modo que a tensão entre procedimentos morfológicos e históricos se mantém. Mas reúne, sob os traços, uma grande unidade estrutural que é, em última instância, humana, apesar de suas manifestações culturais diversas. Apenas para concluir, cabe notar que a abordagem morfológica de Ginzburg pode ser encarada como uma tentativa de resposta histórica à afirmação de Lévi-Strauss, uma demonstração de

como os homens pensam os mitos – uma crítica a ausência nas teorias estruturais da ação humana. O questionamento sobre o significado da ação e da prática religiosa já aparecia, como vimos, em seu primeiro livro através da crítica ao conceito de mentalidade; em *História Noturna* é possível ver Ginzburg retomar a crítica agora com o conceito de estrutura.

A tentativa de recuperar as práticas religiosas das camadas populares em *Os andarilhos do bem* e *O queijo e os vermes* o levou a postular que, além dos filtros impostos pelos inquisidores, é possível chegar a conjuntos simbólicos coerentes. Essa tentativa de identificação, além da reconstrução do funcionamento dessa cultura o levou a criar uma hipótese sobre o funcionamento dos símbolos no ser humano, ou melhor, de como o ser humano cria símbolos, em vez de ser exclusivamente criado por eles. A tese já é esboçada em *Sinais* e foi levada a efeito em *História Noturna*. O diálogo com a antropologia e a crítica literária russa levou Ginzburg a reforçar sua tendência já existente de desenvolver um método de leitura de documentos focado nas semelhanças formais, ao que se procede, na medida do possível, à reintegração dessas características morfológicas a um determinado contexto, conforme já esboçado em *Indagações sobre Piero*: “Só resta conduzir simultaneamente a pesquisa em duas frentes: a da clientela e a da iconografia, integrando os dados em duas séries” (GINZBURG, 1989: 23).

A história quantitativa francesa acabou por perder espaço ao longo da década de 1970, e já era artigo ultrapassado no “mercado historiográfico” quando dela se ocupou Ginzburg. O próprio artigo evidencia a inadequação metodológica da história quantitativa. O tema da bruxaria – da perseguição – aos poucos foi se estabelecendo como objeto de investigação por outros pesquisadores e as motivações políticas²⁷, pessoais e epistemológicas que moviam Ginzburg nessa direção perderam importância. *Sinais*, contudo, sobreviveu ao naufrágio da oposição entre quantitativo e individual. Em nossa opinião, isso se deu pela ênfase que a noção de morfologia recebeu e pelo intenso debate com a antropologia que acabou por se tornar um dos eixos do trabalho de Ginzburg posteriormente. A maneira de produzir historiografia, contudo, já estava em vias de consolidação. A grande herança de *Sinais* aos trabalhos posteriores pode ser vista, por exemplo, na opção concreta de análise dos fenômenos intelectuais. Podemos especular que sua opção se dá na esperança de encontrar um paradigma melhor, escondido, e não através de grandes teorias que foram formuladas as quais, por sua vez, deformariam o

²⁷ Não podemos integrar aqui uma reflexão sobre os Anos de chumbo na Itália, mas não devemos excluir a perseguição às correntes da gama de preocupações de Ginzburg.

trabalho efetivo dos historiadores. Essa opção pelo concreto e pelo caso individual – não muito pelo micro – nos parece ser o motivo principal da opção pelo ensaio; opção a qual condiz com a tradição de filológica de Pisa, local onde hoje Ginzburg dá aula. Podemos nos perguntar se a mudança também se dá por causa da dificuldade que há hoje em estabelecer grandes teorias explicativas; nesse caso, a opção pelo ensaio não deixa de ter matizes cétricas.

CAPÍTULO 2

O texto ao qual daremos mais atenção neste capítulo será *Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez*, analisando o apelo feito pelo historiador italiano à teoria retórica do filósofo grego Aristóteles para rechaçar certa teoria retórica da historiografia, a qual julga ética e epistemologicamente reprovável (GINZBURG, 2002: 38). Por certo, ao se referir “leitura”, empregamos a palavra em sentido figurado, pois tratamos de uma série de procedimentos cognitivos e compositivos encapsulados no termo. O presente texto contará entre seus argumentos a exposição de algumas condições que se fazem presentes entre a leitura – ou mesmo antes – e a composição do texto. Afortunadamente, podemos considerar sua teoria da prova através da *Retórica* de Aristóteles como um gênero diferente de leitura, somando este sentido aos dois já mencionados: trata-se da leitura em voz alta, em público, naquilo que hoje chamamos de conferência, ou palestra.

Ao organizar a disposição do texto, imaginamos um duplo caminho: em primeiro lugar, quais os condicionamentos de sua leitura? Qual, enfim, sua trama composta a partir de um elemento incomum como o filósofo estagirita? Este será nosso expediente argumentativo, percorrendo esse duplo caminho, e procurando acompanhar o texto em seus movimentos, suas sinuosidades e – mais importante – trazendo à luz alguns elementos que estão presentes no texto mas não explorados pelo autor.

O texto sobre Aristóteles tem forte componente circunstancial expresso logo em seu início: trata-se de uma resposta – veemente – a teses a respeito da natureza da historiografia veiculadas nas últimas décadas. Soma-se a isso atribuir a Aristóteles um método historiográfico quando há o famoso trecho da *Poética* (o livro IX pela divisão tradicional) em que o filósofo deprecia história e Heródoto em favor da poesia e da filosofia. Consciente dessa dificuldade, o historiador italiano afirma que a obra mais

adequada para se tratar de historiografia, dentre as do *corpus* aristotélico, é a *Retórica* e não a *Poética* (GINZBURG, 2002: 47). Conforme veremos com mais vagar em outro momento, Ginzburg se vale da afirmação de que a prova é o núcleo da retórica, e de que também a retórica, como a história, trata de eventos passados. Dessa forma, o núcleo da retórica seria, igualmente, o da história, desde que considerada como faz Aristóteles, a partir da prova (GINZBURG, 2002: 49).

Como dissemos, nos parece significativo que Ginzburg coloque o artigo sob uma divisão muito conhecida e discutida, que ocorre ao menos desde a recuperação da *Poética* ainda no Renascimento. O mote que dá início ao texto é a divisão aristotélica entre história e poesia, que aparece apenas como introdução ao tema do texto, a saber: as relações entre história e retórica do ponto de vista da prova. Afirma o historiador italiano: “*Procurarei demonstrar (...) que a obra na qual Aristóteles tratou mais amplamente da historiografia (ou, pelo menos, do seu núcleo fundamental), no sentido que nos é familiar, não é Poética mas sim a Retórica.*” (GINZBURG, 2002: 47). As intenções expressas para a demonstração subsequente pressupõe, em primeiro lugar, que a prova – núcleo fundamental da retórica aristotélica e da historiografia moderna segundo Ginzburg – não é o núcleo central da história tal qual feita pelos historiadores até certo momento anterior ao nosso. É o que podemos entender pela ressalva, “o sentido que nos é familiar”. O sentido da prova não era familiar aos historiadores de outras épocas, incluindo aí os antigos, e assim já temos, logo de início, uma descontinuidade fundamental entre historiadores gregos e suas contra-partes modernas. Outra descontinuidade está suposta no outro extremo, da renúncia por alguns teóricos da prova. O ritmo rápido do texto já propõe um outro desvio, um de muitos, os quais acompanharemos por ora.

O tema seguinte introduz um sentido a mais para a palavra retórica, a qual o autor

procura diferenciar. Na sua caracterização, é a retórica que reduz a historiografia a uma de suas partes, corrente que para ele data de três décadas atrás e que ele atribui a Hayden White e Roland Barthes:

[...] a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são auto-referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica (Ginzburg, 2002: 48).

O período em que se descreve é longo, mas a caracterização é incrivelmente breve. Breve por causa da dimensão do debate que houve²⁸, breve sobretudo porque sua caracterização reúne traços de diversos autores, em um retrato que reúne o que ele julga ser o essencial da questão. A brevidade nos dá também um outro indício. Pela atualidade da questão, o autor não julga necessário suprir o leitor com os detalhes de uma questão tão delicada. Delicada ao ponto de merecer uma resposta, e por isso cremos que Ginzburg supõe um leitor ou ouvinte especializado quando menos minimamente informado. A obscuridade de Ginzburg nesse ponto nos parece um expediente argumentativo. Ele procura trazer a discussão para o seu terreno, caracterizando com suas palavras as posições teóricas do debate corrente na época. Uma de nossas tarefas aqui será desdobrar algumas dessas caracterizações, trazê-las à luz, para assim tornar mais evidente o quadro de interesses políticos e epistemológicos tecidos na argumentação de Ginzburg sobre a retórica aristotélica.

Ao se questionar que tipo de retórica se trata, Ginzburg encaminha-se para o primeiro livro da *Retórica* de Aristóteles. Porém, cabe ver aqui uma resposta curiosa. Em primeiro lugar uma nova inflexão, desta vez retornando ao caminho proposto

²⁸ Referenciamos aqui VASCOCELOS, José. Quem tem medo de teoria? São Paulo: Annablume. 2005.

anteriormente. Mas ao se perguntar qual retórica é a de Barthes e White, Ginzburg não responde à pergunta, tendo preferido dar uma resposta negativa à questão: não é a de Aristóteles. Nova descontinuidade aí, entre uma retórica contemporânea e a de Aristóteles, esta centrada na prova. Como qualificar essa distância, esses inúmeros desvios, o historiador evita detalhar, assim como os eventuais precedentes desse tipo de retórica. Ginzburg, enfim, parte para explicitação de seus argumentos através da citação do trecho da Retórica 1354a. Nesta, por uma lado, Ginzburg certifica sua afirmação sobre Aristóteles, mas pode, possivelmente, ter associado a retórica pós-moderna aos “predecessores” de Aristóteles. Assim pode ser entendido por causa da citação:

Eles [os predecessores], pelo contrário, não dizem nada acerca dos entimemas, que são o núcleo da prova, enquanto dedicam a maior parte dos seus tratados a questões estranhas ao argumento; com efeito, a calúnia, a piedade, a cólera e semelhantes paixões da alma *não dizem muito respeito ao objeto mas são dirigidas ao juiz*²⁹.

“Dirigidas ao juiz”, isto é, para convencê-lo. Cabe aí perfeitamente a caracterização dada anteriormente, de uma retórica da eficácia. Aparentemente, o historiador italiano propõe uma memorização sofisticada da retórica assumida pelos modernos, à qual ele contraporia sua retórica filosófica. Tentaremos explicar o significado dessa retórica da eficácia, uma chave importante para a concepção de retórica pós-moderna de Ginzburg.

O próximo passo na argumentação é examinar o que Aristóteles entende por prova. É explanada então a divisão dos três tipos de oratória, que se tornaria normativa a partir de então, presente em Cícero, no anônimo autor do *Ad Herenium*, e em Quintiliano³⁰, ainda que não da mesma forma que a proposta por Aristóteles. São elas: a deliberativa, a demonstrativa e a judiciária; e a cada uma delas associa uma dimensão temporal: futuro,

²⁹ Aristóteles, Rhet. 1354a, apud, GINZBURG, 2002: 48. Devido ao interesse analítico, usaremos a tradução que há no livro de Ginzburg na medida do possível (itálico adicionado).

³⁰ Cícero (atribuído), *Ad Herenium*, I, 2; e Quintiliano, *Intitutio Oratoriae*, 3, 3, 14.

presente e passado. Passa então às provas técnicas e não-técnicas, explicando a natureza desta última, o que nós chamaríamos hoje de testemunhos e documentos. Por fim, o historiador italiano expõe o que Aristóteles entende por provas técnicas, as duas formas de raciocínio: o exemplo (em grego *paradeigma*, comum aos discursos deliberativos e equivalente à indução dialética) e o entimema (comum aos discursos judiciais e o equivalente ao silogismo dialético). À oratória epidítica, o encômio é a forma apropriada de proceder, ainda que não se associe raciocínio específico algum a ele (GINZBURG, 2002: 49). Como é de se esperar, foca-se a partir de então no entimema, próprio ao raciocínio sobre acontecimentos passados, a retórica jurídica.

O ponto ao qual chegamos é o de que o entimema é o raciocínio característico das disputas judiciais; que nos lembremos agora das intenções enunciadas no início do texto, a de que “a obra na qual Aristóteles tratou mais amplamente da historiografia (ou, pelo menos, do seu núcleo fundamental), no sentido que nos é familiar, não é *Poética* mas sim a *Retórica*” (Idem, p. 47). Podemos depreender que o raciocínio judicial, por tratar de acontecimentos passados, é o mais próximo do que nós poderíamos chamar de prova histórica “no sentido que nos é familiar”. Ginzburg certamente concebeu o retor, através de raciocínios, a recompor acontecimentos passados diante dos dicastas, e por isso ele seria semelhante ao historiador, na medida em que investiga eventos já ocorridos e sob avaliação. É necessário ainda ver como o argumento é sustentado adiante. O principal ponto da argumentação de Ginzburg sobre o entimema centra-se no exemplo de Dorieu, citado por Aristóteles em 1357a:

Para dizer que Dorieu ganhou uma coroa de louros como prêmio, na competição, é suficiente dizer que venceu os jogos olímpicos; o fato de que, tendo-os vencido, recebeu uma coroa, não é preciso acrescentar. Todos já o sabem (Aristóteles, *Rhet.* 1357a, apud GINZBURG, 2002: 50).

O trecho é utilizado em primeiro lugar para provar que o entimema é, de fato, um silogismo abreviado. Por ser abreviado, processo no qual o ouvinte supre a premissa, infere-se que o entimema diz respeito a situações concretas e correntes, julgadas comuns ou de conhecimento comum. Parte-se então para uma avaliação de natureza quase antropológica: “O prêmio dos jogos olímpicos era só uma das inúmeras regras escritas com tinta invisível no tecido da vida cotidiana da sociedade grega” (Idem, p. 53). Essa argumentação opera uma mudança no modo como o filósofo ateniense é figurado, além de aproximar Aristóteles dos trabalhos antropológicos do próprio Ginzburg. Após notar que Dorieu ganhou as competições cerca de cem anos antes, Ginzburg afirma que a menção a eventos distantes é mais apropriada a outras formas de investigação, como a história, para em seguida localizar, na raiz da historiografia, a cronologia dos vencedores olímpicos. Menciona-se então a lista de vencedores dos jogos, lista criada por Hípias e que Aristóteles havia revisado na mesma época da publicação da Retórica. A forma de construção desse argumento nos lembra a utilizada em seu livro sobre Piero Della Francesca, onde, tanto naquele quanto neste, dispunha Ginzburg de poucas evidências. Prosseguindo, associa-se então o trabalho de Aristóteles na Retórica à sua atividade de arqueólogo ou, como ele prefere, antiquário:

O Aristóteles antiquário, continuador de Hípias, nos ajuda a entender o Aristóteles filósofo que submete a terminologia da prova a uma cerrada crítica conceitual e identifica, na prova, o núcleo racional da retórica (Idem, p. 54).

Ao contrário das interpretações filosóficas de Aristóteles, que procuram a coerência a partir do texto, Ginzburg coloca-se na condição de observador da confecção de um texto que está ainda inacabado, localizando evidências que permitem supor como ele foi feito e compreender qual seria seu real significado. Prosseguindo, temos agora Aristóteles

debruçado sobre registros de eventos passados, apelando para o vocabulário de indícios usado por Tucídides³¹. É por essa via que se encaminha a análise da Retórica, onde há a associação das fontes do entimema ao vocabulário de Tucídides para expressar sua relação com o passado: eikos, paradeigma, semeion, tekmerion (Ginzburg, 2002: 55). Ao explorar o significado da palavra tekmerion, Ginzburg mostra que ela pode ter, por um lado, o sentido equivalente a “raciocinar a partir de indícios” (tekmairomai, o verbo formado a partir do substantivo na voz média), assim como indício propriamente. A partir deste ponto o argumento já pode ser observado em seus traços essenciais. Para o historiador italiano, há base comum – isto é, de natureza indiciária – para a construção do vocabulário da prova judiciária na Retórica de Aristóteles. O Aristóteles da *Retórica*, assim como Tucídides, estão próximos do seu paradigma indiciário (Idem, p. 60) e, para construir sua teoria da prova historiográfica, Aristóteles é colocado em incomum companhia, entre Hípias e Tucídides. Aristóteles, conhecedor dos métodos do arqueólogo/antiquário, teria composto sua retórica judiciária calcada nesse tipo de conhecimento. Por ora, nos parece estranho – embora seja possível – construir noção de prova indiciária sobre o vocabulário da prova de Tucídides, uma vez que segundo o próprio Ginzburg dá a entender (através da ressalva que apontamos), o sentido de prova não lhe era familiar.

Cremos ser oportuno evocar a base do argumento de Ginzburg, a história do antiquarismo como método historiográfico, relacionado à análise das fontes. A tese foi originalmente proposta por Arnaldo Momigliano em suas conferências e artigos entre 1949 e 1950, e tem sua forma mais difundida em *Ancient History and the Antiquarian*, publicado no *Jornal do Instituto Warburg*³² em 1950 e em seu *Contributo alla storia degli studi*

³¹ No ensaio “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, Ginzburg utiliza a argumentação sobre semeion (sinais) e tekmerion, tekmairesthai (evidências), atribuídas à Hipócrates e ao vocabulário associado à deusa Métis, respectivamente. A ausência de Tucídides foi notada por François Hartog em “L’œil de Thucydide et l’histoire véritable”. *Poétique*, 49 (1982): 22-30 e desenvolvida recentemente em MURARI PIRES, 2007: 220.

³² *Journal of Warburg and Courtauld Institutes*, 13, 1950, pp. 285-315.

classici em 1955. Uma versão semelhante apareceu em *O surgimento da pesquisa antiquária* (*The rise of antiquary research*), uma conferência de uma série proferida em 1962, as *Sather Lectures*, publicadas apenas após sua morte.

A referência à atividade de Hípias como antiquário mostra a mobilização da tese de Momigliano por Ginzburg. Momigliano defende que o tratamento sistemático de fontes, sejam elas escritas ou não, é herança dos antigos antiquários, atividade que já existia entre os gregos sob o nome de *archaiologia* e sob os romanos como *antiquitates*. Os historiadores modernos da Antigüidade não tinham nas fontes seu objeto de análise, mas apenas coletavam o que diziam os historiadores como Tucídides, Políbio e Tácito. Os antiquários, por sua vez, davam tratamento sistemático para assuntos os quais historiadores – por convenção – não se dedicavam, como os hábitos cotidianos e as instituições. Os antiquários possuíam, portanto, traços próprios que contrastavam com aqueles que definiam um historiador, colocados, por Momigliano, em forma de oposição:

I assume that to many of us the word “antiquary” suggest the notion of a student of the past who is not quite a historian because: 1) historians write in a chronological order; antiquaries in a systematic order; 2) historians produce those facts which serve to explain or illustrate a certain situation; antiquaries collect all the items that are connected to a certain subject, whether they help to solve a problem or not (MOMIGLIANO, 1955: 69).

Os artigos de Momigliano, seja *The ancient history and the Antiquarian*, seja *O surgimento da pesquisa antiquaria*, possuem divisão semelhante: 1) A pesquisa antiquária na Antigüidade – a partir de Hípias, historiógrafos locais, Varrão, Plínio, Suetônio – e na era moderna; 2) seu envolvimento com o pirronismo no século XVII e a controvérsia entre pirronismo a história no final do XVII e começo do XVIII; 3) por fim, as relações de conflito entre historiadores e antiquários até a assimilação por completo dos métodos do antiquarismo na historiografia baseada na crítica documental, não apenas de autoridades

literárias mas também de monumentos.

Importante notar a divisão que propõe Momigliano, na qual Tucídides tem papel destacado, além dos papéis diferentes que Ginzburg e Momigliano dão ao historiador ateniense. Ao longo do artigo da década de 1950, Momigliano afirma que Tucídides é o responsável por uma divisão importante e fundante de toda uma tradição, pois este preocupava-se mais com os fatos recentes que com as tradições muito distantes no tempo ou espaço. Hípias, Helânico, entre outros, por sua vez, tinham prazer na erudição apenas, abraçando esse conhecimento desprezado pelo historiador ateniense (MOMIGLIANO, 1955: 71). Essa tradição historiográfica, que perdurou até o XIX, segundo Momigliano, tem em seus genes a marca tucidideana. No parágrafo seguinte, ao atribuir a palavra *archaiologia* ao vocabulário dos antiquários como um possível nome da atividade, Momigliano não discute a presença do nome na abertura da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, tendo mencionado ao invés Dioniso de Halicarnasso e Flávio Josefo. O fim da divisão significa também a morte da herança tucidideana, pois afirma-se ao cabo do artigo que o antiquarismo morreu sobretudo porque “*the corresponding idea of political history founded upon literary evidence is dead* (Idem, p. 102)”. A mesma omissão ocorre na conferência da década de 1960. Portanto, na visão do historiador Piemontês, Tucídides criou o gênero historiográfico nos moldes que permaneceram até Gibbon: a história ocupar-se-ia dos fatos de um passado recente, os quais os quais só são dignos de atenção caso sejam políticos, visão muito mais reforçada na conferência de 1962³³, mas já esboçada em 1950. A mudança que referimos se dá no papel que Ginzburg dá a Tucídides. O historiador ateniense agora se mostra mais antiquário que político, apoiado na evidência do primeiro livro da *História da Guerra do Peloponeso*. Ao citar Hípias como antiquário, Ginzburg adota e desenvolve a tese de Momigliano, propondo como gênese do raciocínio retórico o ofício antiquário comum a

³³ Referenciamos aqui a edição brasileira: MOMIGLIANO, 2004: 92.

Tucídides, Hípias e Aristóteles. Ginzburg está consciente da diferença entre sua interpretação e a de Momigliano com relação a Tucídides, porém prefere caracterizá-la como uma questão de ênfase: “Momigliano aludiu à ‘arqueologia’ de Tucídides *apenas para sublinhar* as suas prováveis diferenças com respeito à arqueologia de Hípias” (p.59).

A associação é clara, mas cabe perguntar o significado da mobilização dos textos de Momigliano. Em primeiro lugar, temos algumas pistas da adoção tardia da tese de Momigliano por Ginzburg. De fato, as primeiras reivindicações vêm dos anos finais da vida de Momigliano, em 1984 (Momigliano morreu em 1987) em *Provas e Possibilidades e Mitologia Germânica e o Nazismo*³⁴. A associação com autores do Instituto Warburg centrava-se em Warburg, Saxl, Panofsky e Gombrich³⁵.

A adoção da tese (Ginzburg, 2002: 59) de Momigliano pode ser compreendida sob duas óticas distintas. A primeira como defesa de seus trabalhos anteriores; a segunda como portadora de significado político – uma espécie de mobilização judaica – a qual Momigliano se envolveu desde sempre e a que Ginzburg acabou por aderir³⁶.

Admitimos a falta de evidências para melhor qualificar a relação entre Ginzburg e Momigliano. Podemos dizer de forma humorada que é o principal inconveniente de ter um objeto de análise ainda vivo. Temos, porém, algumas pistas, embora nada conclusivas. Uma delas, já citada, é a ausência de citações aos artigos de Momigliano relacionados ao antiquarismo até 1984. Momigliano é sempre citado por seus trabalhos específicos de história antiga ou do judaísmo, ou por causa de sua vinculação com o Instituto Warburg, e até aquele momento eram apenas citações de importância accidental e não o núcleo do

³⁴ O primeiro foi publicado em duas oportunidades, em *Micro-história e outros ensaios*; e em *O Fio e os rastros*; o segundo em *Mitos, Emblemas, Sinais*. No caso de *Mitologia Germânica e Nazismo*, a tese de Momigliano não é expressa, porém já se mostra a preocupação com o nazismo, que teria papel importante futuramente, e Momigliano é citado nos agradecimentos do artigo como interlocutor. GINZBURG, 1989: 181. Cabe notar que Momigliano publicou um artigo sobre Dumézil – assunto principal de *Mitologia germânica e nazismo* – no mesmo ano (1984).

³⁵ Sobre a relação entre Ginzburg e os pesquisadores do Instituto Warburg, ver: “De A. Warburg a E. H. Gombrigh: notas sobre um problema de método”. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Cia das Letras. 1990. pp. 41-94; e o já citado *Indagações sobre Piero*.

³⁶ “Sou um judeu nascido e crescido num país católico; nunca tive educação religiosa; minha identidade judaica é em grande parte fruto da perseguição.” GINZBURG, 2001: 12.

argumento como aqui ocorre. A única evidência pessoal encontrada até o momento é a dedicatória do ensaio *Friedrich Creuzer and Greek Historiography* à memória do pai de Carlos Ginzburg, Leone Ginzburg³⁷.

A despeito dessa relação pessoal que nos escapa, há a filiação acadêmica comum ao Instituto Warburg, muito mais forte no caso de Momigliano. Há uma convergência de fundo entre as obras de ambos, a qual certamente foi notada ao menos por Ginzburg. Como dissemos há pouco, Momigliano defende que a historiografia, por um lado, absorveu o antiquarismo nos seus capítulos de história da civilização, e, por outro, modificou-se ao morrer a linha de história política herdada de Tucídides. É preciso notar que essa história da civilização apontada é essencialmente germânica, o que obviamente pode ser relacionado à tradição de história cultural herdada pelo Instituto Warburg. Burckhardt, historiador suíço ao qual Aby Warburg filiava seu próprio trabalho³⁸ deixou entre suas obras póstumas uma história da civilização grega, além da sua famosa história da Itália do Renascimento. O texto de 1962, *O surgimento da pesquisa antiquária*, associa claramente o antiquarismo à sociologia e antropologia, esta como herdeira e sucessora, talvez na mesma medida da historiografia³⁹ do estudo sistemático das civilizações. A relação entre história e antropologia é um dos eixos dos trabalhos de Ginzburg, sobretudo em suas obras monográficas que o tornaram conhecido, como *Os Andarilhos do Bem*, *O queijo e os vermes* e *História Noturna*. Temas como a magia e o pensamento mitológico estão presentes tanto no trabalho de Ginzburg quanto no de Warburg, e esta convergência não deve ter passado despercebida tanto a Momigliano quanto a Ginzburg (BURUCÚA, 2003: 132).

³⁷ “Alla cara memória di Leone Ginzburg morto nelle carceri di Roma Il S. II. 1944.” Curiosamente, este ensaio pode ser considerado a primeira sinalização da mudança de orientação de Momigliano de História Antiga para História da Historiografia, além de ser a primeira contribuição significativa deste para o Instituto Warburg em um número dedicado às contribuições de especialistas italianos.

³⁸ MILLER, P. Momigliano and antiquarism. Toronto: Toronto University Press. 2007. p. 24.

³⁹ Uma carta de Momigliano para Gertrud Bing de 24/07/56 trazida a luz por Anthony Grafton em MILLER, P. Op. Cit. p. 125, confirma a filiação.

O significado político (ou ao menos de política acadêmica) também é evidente no texto. Não custa lembrar, trata-se de uma conferência proferida em Jerusalém, relacionada à cadeira de história judaica. Momigliano também foi conferencista em Israel, cerca de 30 anos antes, em 1964. O historiador piemontês, além disso, possui longo envolvimento com a história judaica na antiguidade e, a partir da década de 60, com o sionismo⁴⁰.

Embora tenha se preocupado com questões de estilo em trabalhos passados, Momigliano passou a dar ênfase cada vez maior ao papel da evidência, sobretudo em seus artigos sobre a retórica direcionados a Hayden White a partir da década de 80. Os dois principais artigos que mencionamos são *History of Rhetoric and Rhetoric of History*, de 1981, e *History at the age of ideologies*, de 1982, ambos em seu “Settimo Contributo alla historia della historiografia”. No primeiro artigo, Momigliano defende que o fim último da historiografia é a verdade:

I fear the consequences of his approach to historiography because he has eliminated the research for truth as the main task of the historian. He treats historians, like any other narrators, as rhetoricians to be characterized by their modes of speech (MOMIGLIANO, 1984: 49).

Momigliano, dessa forma, retoma o que ele julga ser essencial na historiografia, a procura de documentos e o estabelecimento de fatos verdadeiros:

1) he [Ranke] went into archives because the archives told him the facts he did not know before, and we have no reason to believe that he was wrong on this point; 2) he went into archives because he found evidence he could trust, and we have no reason to believe that he was wrong on this point either (MOMIGLIANO, 1984:52).

⁴⁰ Sobre o judaísmo na família de Momigliano, em especial a relação de Arnaldo com seu tio-avô Amadio, IDEL, Moshe. Arnaldo Momigliano and Gerschom Scholem on jewish history and tradition. MILLER, P. Op. Cit. pp.312-14. Grafton aponta a evolução do judaísmo de Arnaldo, de um patriota italiano para um homem com horror a ideologia para, enfim, um irônico sionista. GRAFTON, A. Momigliano's method and the Warburg Intitute: studies in his middle period. in MILLER, P. Op. Cit. p. 107

Ora, essa defesa contundente da atividade tradicional dos historiadores feita por Momigliano, colocando-se em oposição (ainda que amigável) às teses de White ocorreu cerca de sete anos depois do lançamento de *Meta-história* e cerca de três anos depois de *Trópicos do Discurso*. Tanto Momigliano quanto White publicavam com freqüência no periódico estadunidense *History and Theory*, e certamente estavam familiarizados com os trabalhos um do outro⁴¹. Há a possibilidade de que a reação de Momigliano esteja mais relacionada ao revisionismo do Holocausto, que alcançou a grande mídia francesa em 1979 através de uma carta no *Le Monde*, que às próprias teses de White. Momigliano não havia até então se preocupado em comentá-las anteriormente. Assim, cremos que a adesão à tese de Momigliano por parte de Ginzburg pode ser vista como a defesa de uma tradição historiográfica comum e como signo de adesão a uma causa, a judaica, embora a defesa dos valores judaicos seja muito mais enfática em Momigliano que em Ginzburg; no caso deste, seu judaísmo é muito mais identitário que propriamente religioso. Sabendo desse elemento, só podemos imaginar Ginzburg a advertir sua platéia da seguinte maneira: “*Os acontecimentos que se seguiram no cenário intelectual provam que os temores de Momigliano eram justificados*” (GINZBURG, 2002: 61). Dessa afirmação, sabemos que ele não apenas fazia referência a certa conjuntura intelectual denominada de forma ampla como pós-modernismo, mas também a uma outra que se desenvolveu na França, Alemanha e EUA, a do revisionismo do Holocausto.

O jornal francês *Le Monde* publicou, em 29 de dezembro de 1978, uma carta de um professor universitário da cidade de Lyon, sul da França. Robert Faurisson, que obteve

⁴¹ Há na internet um weblog atribuído a Hayden White, no qual o autor escreve em sua própria defesa: “Momigliano knew what I had in mind – we discussed it a number of times in personal meetings at Chicago and London – and he knew that I was not recommending a return to the “rhetoric of persuasion” in which the “worse cause is made the better,” the rhetoric of Gorgias and Protagoras (although both of these have been unfairly maligned by the Platonist-Aristotelian party of later times) but was speaking of neo-rhetoric. He chose to set up the issue as a conflict between “fact” and “fiction” because he feared any kind of figurative usage in statements about “the real world.” <http://haydenwhite.blogspot.com/2009/02/wrath-of-conrad-h-roth.html> (acessado em 9 de setembro de 2009, às 11:00)

seu doutorado com uma tese sobre Lautréamont, afirmou na carta enviada ao jornal que “C'est l'existence des “chambre à gaz”, véritables abattoirs humains, qui est contestée.” (Le Monde, 28 de dezembro de 1978). À primeira carta seguiu-se uma segunda, publicada em 16 de janeiro que se estendia sobre os mesmos temas mas com argumentos amplificados.

O caso de Faurisson não era único, mas apenas a chegada à grande imprensa das opiniões defendidas por um grupo em crescente organização desde a década de 60. Nessa carta de final de 1978, Faurisson afirma que até o início da década de 60 ainda acreditava sem hesitar na existência da *Solução Final* e nas câmaras de gás. Porém, após entrar em contato com *La mesonge d'Ulysse* de Paul Rassinier, sua firme crença na política de eliminação dos judeus do regime nazista foi abalada. Afirma ainda que após 14 anos de pesquisa, suas conclusões eram de que o Holocausto não passava de um boato. Na segunda carta, de 1979, já aparece o bordão que seria repetido por anos a fio por vários negacionistas: “une preuve, une seule preuve”⁴².

Faurisson era apenas a expressão mais recente de um grupo que se mobiliza em torno de tais questões desde o fim da Segunda Guerra. O negacionismo francês, assim como sua contrapartes americana e alemã, é um fenômeno complexo, certamente um sub-produto das mudanças políticas ocorridas em meados do século XX, e sem dúvida herdeiro do anti-semitismo europeu do século XIX. O ponto mais notável nas interpretações negacionistas ou, como eles se chamam, “revisionistas”, é a divisão entre fatos históricos e políticos, e a crença na predominância dos fatos políticos sobre a determinação do sentido dos fatos históricos, estes instituídos – segundo suas teorias negacionistas – a partir de interesses políticos que se conformam ou remontam, não raro, em conspirações. Assim, os tais revisionistas afirmam fazer justiça aos fatos, contrariando

⁴² Carta ao jornal Le Monde, 29 de dezembro de 1978, apud FAURISSON, R. *Écrits Révisionnistes*, 1999. p. 175.
Disponível em: <http://www.vho.org/aaargh/fran/archFaur/archFaur.html>

os grandes interesses políticos que os suportam. O holocausto seria o mito que daria suporte ao Estado de Israel e às grandes injustiças causadas pelos Aliados ao longo da guerra, propagadas por uma imprensa sob domínio judeu.

Nosso objetivo ao tratar de tal tema é apenas ilustrar uma das mais fortes motivações de Ginzburg ao compor a defesa da prova histórica a partir de Aristóteles, pois ao se referir ao “ambiente intelectual”, não é apenas ao pós-modernismo, mas também ao negacionismo. Como veremos adiante, o historiador italiano foi muito claro ao associar esse tipo de interpretação ao pós-modernismo, e não poderíamos interpretar o texto sem uma de suas informações contextuais mais importantes.

A bibliografia que analisa o surgimento desse grupo (refiro-me aqui aos livros de Vidal-Naquet e Deborah Lipstadt) localiza igualmente o início do negacionismo francês na associação improvável ocorrida entre Maurice Bardèche e Paul Rassinier. O primeiro era declaradamente fascista, defensor do regime de Vichy, anti-semita; o segundo foi membro dos partidos Comunista e Socialista e chegou a ser deputado na Assembléia francesa, pacifista, ainda assim participou da Resistência e ao ser preso foi deportado para Buchenwald. Sua experiência como deportado serviu como base para seus livros, assim como para desqualificar outros testemunhos de vítimas do regime nazista. Bardèche foi o primeiro a negar a existência do Holocausto na França em 1948. No seu segundo livro, *Nuremberg ou a terra prometida*, ele já colocava em dúvida a veracidade dos documentos que comprovam a política de extermínio do Terceiro Reich e afirmava que as câmaras de gás eram na verdade de desinfecção (LIPSTADT, 1993: 50). O negacionismo francês é mais dúbio que sua contrapartes americana e alemã, com ligações entre esquerda e direita que, a princípio, pareciam improváveis, com um deportado a defender os deportadores, como no caso de Rassinier. O estadunidense se apresenta de forma mais clara, embora tenha começado também de forma ambígua. A maior diferença, contudo, é

a maior organização e maior quantidade de adeptos, os quais, contudo, se concentram na Califórnia, Estado o qual, aliás, Ginzburg leciona desde 1988. Para relatar como se deu o revisionismo estadunidense, seguimos o livro de Deborah Lipstadt em seus traços fundamentais, e consultamos também algumas fontes. Tendo em vista que não se trata de uma pesquisa dedicada ao tema, não nos sentimos compelidos a nos aprofundar, mas apenas desenhar os contornos principais e delinear o ponto que nos interessa.

No início do século XX, havia grande discussão nos EUA sobre as intervenções externas do país em países nos arredores, como no caso da interferência americana na independência cubana e da anexação das Filipinas, ambos ocorridos no final do século XIX. Movimentos civis se levantaram contra a interferência estadunidense em terras estrangeiras, como a Liga Anti-imperialista e o isolacionismo. Sob a bandeira desse último movimento, que consagrou como doutrina de política externa o Neutrality Act, surgiu o negacionismo americano. O personagem controverso estadunidense, equivalente a Rassinier, é Harry Elmer Barnes, historiador de renome nos EUA até a década de 1960 e antes isolacionista, que desenvolveu forte tendência pró-germânica em decorrência de sua posição política. Ainda no entre-guerras, Barnes entrou em contato com Sidney Fay, professor como ele no Smith College, e defensor da revisão das causas da Primeira Guerra, a que Barnes aderiu. De uma política contra a intervenção estadunidense no exterior, Barnes passou à defesa intransigente da Alemanha (Lipstadt, 1993: 33), argumentando que as potências aliadas distorceram fatos propositadamente para obter ganhos:

Using their powers to keep truth from emerging, the Allies engaged in a calculated refashioning of fact and forced the dregs of defeat down German throats even though the Germans did not deserve it (LIPSTADT, 1993: 33).

Quando da entrada – tardia – dos EUA na Segunda Guerra, Barnes argumentou que a Alemanha era forçada a entrar em uma guerra, e os EUA, impelidos pelo presidente Roosevelt. Tratava-se apenas da reedição dos argumentos apresentados para explicar a entrada americana na Primeira Guerra, sob novas vestes. Barnes continuou a ignorar as ofensivas bélicas do regime nazista e mesmo depois da guerra ainda acreditava na inocência do Terceiro Reich. Desta vez acusava os “historiadores cortesãos” de manterem a verdade em segredo: “The “court historians” were not just blind or unaware of the facts; they lied, ignored contradictory information, and created new truths” (LIPSTADT, 1993: 69).

Barnes foi um dos primeiros a darem acolhida às obras de Paul Rassinier em território americano. Deborah Lipstadt aponta esse fato como decisivo para que ao germanismo radical com matizes anti-semitas de Barnes se acrescentasse também o negacionismo (LIPSTADT, 1993: 74), que se espalharia largamente a partir de então na extrema-direita.

Como dissemos, não pretendemos explorar a fundo a questão, ou mesmo de forma abrangente, e por isso passamos aos dois casos de maior importância para nosso argumento, consecutivamente os de Arthur Butz e o do Institute for Historical Review.

Tanto Butz quanto os integrantes do IHR adotam a mesma estratégia, a de assumirem características formais da pesquisa acadêmica para veicular suas idéias políticas e suas falsificações de evidências. Butz é o caso individual mais representativo, em muitos traços análogo e apenas um pouco anterior ao de Faurisson na França. Respeitado professor de engenharia elétrica na Northwestern University em Evanston, Illinois, Butz lançou em 1976 um livro dedicado a um tema completamente fora do seu campo de pesquisa, *The hoax of the twentieth century*, e por causa disso recebeu atenção (negativa, mas atenção) em alguns jornais da grande mídia estadunidense (idem, p. 123).

O que o diferenciaria dos negacionistas anteriores é o amplo domínio da escrita acadêmica:

Tenured at Northwestern University since 1974, he is well versed in academic etiquette. His book's format indicated that he understood the structure and nuances of scholarly debate and would use them to his advantage. In contrast to many of the previous publications, particularly the poorly printed pamphlets that had typified much of denial writing, Butz's book contained the requisite myriad notes and large bibliography that were the hallmarks of scholarly works, quoting many of the prominent historians of the field and thanking a number of legitimates research centers and archives. (LIPSTADT, p. 124)

Embora possua o verniz acadêmico, Butz acaba por repisar as teorias conspiratórias, como a da relação entre Aliados e imprensa sionista (idem, p. 127).

Pouco tempo após o surgimento de *The hoax of the twentieth century*, em 1978, foi fundada uma instituição com a mesma estratégia de Butz, e para a qual ele colaboraria com frequência. O Institute for Historical Review, logo no ano de sua criação, fez logo sua primeira convenção e lançou seu periódico, o Journal of Historical Review, periódico este que se tornou o maior aglutinador do ideário dos negacionistas. O primeiro diretor do IHR foi David McCalden, um irlandês que mesmo antes de imigrar para os EUA em meados da década de 1970, já participava de movimentos extremistas de direita no Reino Unido. McCalden assinava frequentemente como Brandon Lewis, mas possuía também outras identidades falsas, inclusive assinando documentos com elas (idem, p. 138). Embora fosse McCalden o diretor, a figura mais importante era sem dúvida o tesoureiro, Willis Carto. Carto foi também o fundador e tesoureiro do Liberty Lobby, instituição a qual o IHR permaneceu vinculado por mais de quinze anos. O Liberty Lobby, até sua falência, foi a maior rede de propagação de ideais de extrema-direita, congregando outros institutos, como o IHR, jornais, como o *Spotlight*, revistas como o *American Mercury*, e uma editora, a Noontide Press (idem, p. 143-4). Ainda segundo Lipstadt, Carto segue o conjunto de

preceitos de William Yockey, exposto em seu livro *Imperium*, no qual louva a “revolução germânica de 1933” (idem, p. 147). Embora Carto tenha sido a eminência parda dentro do Instituto até o início da década de 1990, a partir desses primeiros anos a relação entre Instituto e o Liberty Lobby tornou-se problemática, sobretudo no que diz respeito à gestão do patrimônio. Em 1993, os diretores do IHR demitiram Carto da função de tesoureiro, sob a acusação de desvio de verbas do Instituto. Vários processos seguiram-se na justiça, o que resultou na condenação de Carto e do Liberty Lobby e consequentemente a falência do grupo em 2001⁴³.

Pessoas ligadas ao IHR têm tentado seguidamente, ao longo das últimas décadas, conseguir a chancela acadêmica para as atividades do instituto ou para publicações que defendem ideais semelhantes às do IHR. Um exemplo claro dessa estratégia se mostra na tentativa de sediar as convenções anuais em instalações de universidades, valendo-se do nome aparentemente sério do instituto para alugar suas instalações e vincular sua imagem a da universidade em questão. A primeira convenção se deu na *Los Angeles Airport*, uma universidade técnica privada, em 1979. A convenção de 1981, por pouco, não foi sediada em um auditório da UCLA (idem, p. 137). Um exemplo de atuação indireta foi o assédio a inúmeros jornais universitários ao longo dos primeiros anos da década de 1990, a partir de 1991. Os responsáveis pelo assédio são Bradley Smith e Mark Weber, fundadores do CODOH (Committee on Open Debate on the Holocaust – Comitê de debate aberto sobre o Holocausto). A atividade principal desse comitê era o de ocupar espaço nesses jornais universitários através de informes publicitários. Entre as primeiras universidades a aceitarem a publicação desse informe estão grandes universidades americanas como a universidade Northwestern, University of Michigan, Duke, Cornell, Ohio State e Washington University. A argumentação dos editores desses jornais é a de que a Constituição estadunidense garante liberdade de expressão mesmo nesses casos

⁴³ <http://www.adl.org/holocaust/carto.asp>

em que as opiniões são infundadas ou discordam frontalmente de nossas opiniões e crenças (idem, p. 190-191). Cabe notar que o CODOH reivindicava para si independência em relação a outras entidades revisionistas, embora fosse desde 1985 editor da newsletter do instituto, e mesmo após ter fundado o CODOH ainda desempenhava atividades dentro do IHR; Weber, por sua vez, é o atual diretor do instituto.

Não podemos perder de vista, portanto, que na mesma época em que Ginzburg se aclimatava em solo californiano, o IHR, residente na mesma cidade, publicava livros, periódicos, sediava conferências, todas de conteúdo anti-semita, e o CODOH procurava espalhar esse ideário nas universidades país afora buscando entre os alunos novos adeptos.

O gancho para essa interpretação nos é dado pelo próprio Ginzburg, ao expor sua lembrança de um simpósio na *Introdução de Relações de Força*: “*Há uns dez anos, num congresso reunido numa universidade americana, um conhecido pesquisador apresentou sua tese favorita segundo a qual é impossível traçar uma distinção rigorosa entre narrativas históricas e narrativas imaginárias (fictional)*” (GINZBURG, 2002: 38). O congresso em questão foi organizado por Saul Fridländer realizado nos dias 25 a 29 de 1990 na UCLA, chamado *The extermination of jews and the limits of representation*.

A conferência de Ginzburg chama-se “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade” e divide-se em duas partes principais, a primeira é um breve comentário acerca do revisionismo histórico; a segunda é uma análise ríspida da obra de Hayden White, em particular um artigo publicado no começo da década de 80, *The politics of historical interpretation* [As políticas de interpretação histórica]. Um dos pontos do texto do historiador italiano é o comentário de White ao texto *Un Eichmann de Papier*, escrito na ocasião do – e para contestar – *affaire Faurisson*. Vidal-Naquet, após ter analisado a argumentação revisionista, chega à conclusão convergente a de Momigliano a respeito

dos fatos históricos e seu papel na historiografia:

Aqui pisamos no terreno da história positiva, *wie es eigentlich gewesen*, como as coisas realmente aconteceram, segundo a fórmula do século passado de Ranke, um terreno em que o verdadeiro simplesmente opõe-se ao falso, independente de qualquer interpretação (VIDAL-NAQUET, 1990: 35).

Ora, as teses de White são amplamente contrárias ao tipo de história defendido por Vidal-Naquet no trecho. Basta lembrar a tese principal de Meta-história, onde White defende que os modos de confecção das narrativas são determinantes dos sentidos que os fatos possuem⁴⁴. O alvo principal da crítica do historiador italiano ao estadunidense foi uma passagem infeliz publicada por White nesse mesmo texto [The politics...], no qual afirma:

In the politics of contemporary discussions of historical interpretation, the kind of perspective on history that I have been implicitly praising is conventionally associated with the ideologies of fascist regimes. Something like Schiller's notion of the historical sublime or Nietzsche's version of it is certainly present in the thought of such philosophers like Heidegger and Gentile and in the intuitions of Hitler and Mussolini. But having granted as much, we must guard against a sentimentalism that would lead us to write off such a conception of history simply because it has been associated with fascist ideologies (WHITE, 1987: 74-75).

A tese do texto é a de que a disciplinarização da historiografia levou à supressão da idéia de sublime na escrita da história. Essa mudança seria efeito das políticas interpretativas, da autoridade que os intérpretes alegam ter para a pesquisa desinteressada da verdade (Idem, p. 58.) obtida quando houve a profissionalização do ofício de historiador. O conceito disciplinado de história, com sua procura pela verdade,

⁴⁴ Em *Trópicos do Discurso*, White afirma: Nosso discurso sempre tende a escapar dos nossos dados e voltar-se para as estruturas da consciência com que estamos tentando apreendê-los; ou, o que dá no mesmo, os dados sempre obstam a coerência da imagem que estamos tentando formar deles. (WHITE, 2001: 13). Empreendemos uma análise da Introdução de Meta-história em: OGAWA, Carlos Eduardo de Almeida. *Obra histórica e tropologia em Hayden White*. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

está relacionado – para White – com o declínio do pensamento político clássico⁴⁵ e com o valor político dessa nova historiografia “desinteressada” (Idem, p. 73.). Essa mudança teria rompido os antigos laços entre historiografia e retórica ou entre historiografia e literatura (Idem, p. 64). Nessa linha de defesa e recuperação do sublime historiográfico é que aparece o trecho, seguido no mesmo parágrafo da defesa de sua tese preferida:

One must face the fact that when it comes to apprehending the historical record, there are no grounds to be found in the historical record itself for preferring one way of construing its meaning over another (Idem, p. 75.).

Cabe mencionar que em uma nota desse texto, White afirma que “relativism is the moral equivalent of epistemological skepticism” (Idem, p. 227, n. 12), afirmação que será utilizada na contra-argumentação de Ginzburg. O prosseguimento da argumentação também resultou desastrosa para White, pois conclui que por não haver sentido nos fatos senão quando significados em narrativa e em história (no sentido de historiografia e de conjunto das narrativas históricas), a verdade de uma narrativa seria a eficácia (Idem, p. 80).

Ginzburg retoma os dois trechos na conferência de Los Angeles (assistida, provavelmente, pelo próprio White). O historiador italiano afirma que só se pode entender plenamente as idéias de White caso sejam retomadas as influências do neo-idealismo italiano presentes na obra deste, em particular a citação a Gentile que faz White nesse texto, assim como a influência de Croce assumida por White desde *Meta-história*. Ginzburg também cita o trecho de outro livro de White, *Trópicos do discurso*, onde o historiador estadunidense afirma a preeminência do discurso à arregimentação dos fatos na construção do sentido da narração, associando-o primeiro às posições filosóficas de Gentile e, em seguida, a sua atuação política na Itália fascista:

⁴⁵ Aqui ele comenta um trecho de “O moderno conceito de história”, de Hannah Arendt.

Ceticismo, relativismo, tolerância: à primeira vista, a distância entre essa auto-apresentação do pensamento de White e a perspectiva teórica de Gentile não poderia ser maior. A polêmica de Gentile contra os historiadores positivistas não tinha implicações céticas, enquanto a sua posição filosófica implicava um Espírito transcendental, e não uma multiplicidade de sujeitos empíricos. Gentile nunca foi um relativista. Ao contrário, ele acalentou um engajamento religioso, intransigente, tanto em âmbito filosófico como em âmbito político. E, naturalmente, nunca teorizou a tolerância, como atesta o apoio que deu ao fascismo, inclusive em seus aspectos mas violentos, como o “esquadrismo”. A famigerada definição do porrete como “força moral” comparável à pregação – afirmação feita por Gentile no decorrer de um comício durante a campanha eleitoral de 1924 – era em tudo e por tudo coerente com a sua teoria monística: numa realidade criada pelo Espírito não há lugar para uma verdadeira distinção entre fatos e valores (GINZBURG, 2007: 224).

A partir dessa chave de leitura, portanto, é que podemos compreender o sentido dessa retórica da eficácia, exposta em termos elípticos por Ginzburg. Sua contrapartida no debate é a retórica da prova, a qual, como vimos, está calcada – não sem problemas – sobre um raciocínio indiciário. Pode-se supor que essa retórica indiciária (cremos ser adequado chamá-la assim) teria consigo tanto o componente documental quanto o persuasivo (este último componente está melhor delineado no texto sobre a *Doação de Constantino*, o capítulo seguinte de *Relações de Força*), embora não tenhamos podido expor melhor sua construção na presente oportunidade. Devemos considerar também a posição de Momigliano e Vidal-Naquet, que diante das posições revisionistas refluíram para uma posição mais conservadora de historiografia. Nesse sentido, a posição de Ginzburg no debate pode ser considerada conciliadora, embora sua verve provoque no leitor impressão contrária.

Tendo explanado essa chave de leitura, podemos agora retornar aos argumentos montados a partir da Retórica de Aristóteles. Continuaremos a partir do trecho de 1354a, já citado, retomando a leitura de Ginzburg prestando atenção agora à construção da

retórica de Aristóteles proposta pelo historiador italiano.

O movimento da argumentação de Ginzburg parte da defesa do entimema como “núcleo da prova” (1354a) e em seguida passa para a definição dos tipos de retórica – deliberativa, epidítica, judiciária (1358b) – aos quais corresponderiam as três dimensões temporais – futuro, presente, passado. O historiador italiano prossegue citando as provas técnicas e não-técnicas (ou artísticas e inartísticas), citando as não artísticas como testemunhos, confissões sob tortura, documentos escritos, leis e juramentos (1355b); as provas técnicas seriam, por fim, o exemplo e o entimema. Há, contudo, um desvio neste ponto da leitura do historiador italiano. A descrição das provas técnicas (entechnoi písteis) e não-técnicas (átechnoi písteis) começa em 1355b e termina em 1356a, e envolve além das provas não-técnicas citadas, as provas técnicas que são o caráter (éthos), a emoção (páthos) e o raciocínio (lógos) (segundo a tradução portuguesa). Apenas em 1356b são citados o entimema e o exemplo (paradeigma), e a relação entre as provas anteriores e essas duas formas de raciocínio não é clara. A reorganização do esquema retórico de Aristóteles por Ginzburg, portanto, deixa fora estas três modalidades de provas técnicas, e as substituiu por modos de raciocínio que Aristóteles associa – tendo retomado o tópico da retórica como contraparte da dialética, frase inicial do tratado – à indução dialética o exemplo e o silogismo ao entimema (citando um terceiro que seria o entimema aparente, correspondente retórico ao silogismo aparente) em 1356b.

A evidente simplificação da obra de Aristóteles operada por Ginzburg traz obstáculos que não podem ser solucionados. Apenas hipóteses podem ser levantadas sobre o motivo da omissão dos três tipos de retórica. Uma delas seria que uma retórica tal como a aristotélica, com os três elementos ausentes, não resultaria eficaz na sua argumentação posterior sobre Tucídides. Ao reduzir o escopo da prova retórica, Ginzburg pôde enfatizar o caráter lógico e heurístico da descoberta das provas. Considerar o

caráter e a emoção certamente atrapalharia a oposição entre retórica dos afetos e retórica da prova construída a partir de 1354a, onde a oposição de fato aparece. Essa retórica da prova heurística não poderia ser associada a um saber indiciário e antiquário, pois o estatuto incerto dos raciocínios retóricos tiraria da demonstração o vínculo lógico necessário para a construção pretendida pelo historiador italiano. Dentre as hipóteses, há que se considerar o grau de incerteza causado no leitor pela imprecisão com que Aristóteles emprega alguns de seus conceitos capitais. Basta lembrar o caso da Poética, na qual sobre *mimesis* e *kathársis* há debate multi-centenário. Na *Retórica* há problema semelhante, pois a relação entre os dois tipos de raciocínio e as três provas é incerta. Para demonstrar o problema, é necessário retomar o trecho de 1354a ao qual Ginzburg faz referência, com o texto em grego na parte que julgamos relevante:

Eles [os predecessores], pelo contrário, não dizem nada acerca dos entimemas, que são o núcleo da prova [σῶμα τῆς πιστέως], enquanto dedicam a maior parte dos seus tratados a questões estranhas ao argumento; com efeito, a calúnia, a piedade, a cólera e semelhantes paixões da alma não dizem muito respeito ao objeto mas são dirigidas ao juiz (1354a).

O comentador mais recente da *Retórica* de Aristóteles, William Grimaldi, nota que os editores, tradutores e comentadores da *Retórica* costumam interpretar a expressão σῶμα τῆς πιστέως como núcleo da prova, mesmo quando se dá sua tradução literal - “corpo da prova” - como no comentário de Cope (COPE, 1877: 5-6). De fato, essa é tradução adotada por Ginzburg, a de que os entimemas são “o núcleo da prova”. Em ambos os casos, trata-se de uma interpretação metafórica do termo, onde corpo transforma-se em núcleo, centro, e as demais provas que serão apresentadas posteriormente tornam-se adereços. Dessa forma, a retórica de Aristóteles seria uma

prova racional, lógica, aparentada ao silogismo mas que não se pretende científica por ter entre seus materiais de elaboração o que é incerto como os sinais de vários tipos. O motivo de tal interpretação é a menção às questões estranhas ao assunto associadas às paixões da alma (διαβολὴ γὰρ καὶ ἔλεος καὶ ὀργὴ καὶ τὰ τοιαῦτα πάθη τῆς ψυχῆς), as quais acabam por ser tomadas umas pela outras. Essa interpretação, porém, traz problemas para a leitura do restante da obra. Com efeito, mais da metade do livro II da Retórica dedica-se à descrição sistemática das emoções, sem mencionar o livro III, que trata da composição, seja do ponto de vista da escolha das figuras e da propriedade da linguagem, a léxis, seja do ponto de vista do arranjo das partes do discurso, a táxis. A interpretação excessivamente lógica pode ter feito Ginzburg associar o trecho sobre as paixões da alma em 1354a às provas através do *éthos*, *páthos* e *lógos*, 1355b e considerando aí apenas o *lógos*. Nessa perspectiva, dizer que a prova lógica é composta de raciocínios é uma tautologia, e que por isso pode ter sido suprimida em sua interpretação.

A solução de Grimaldi para o impasse é delimitar o sentido da palavra *pístis* a três sentidos principais: 1) o estado de persuasão resultante da prova; 2) as três provas – *éthos*, *páthos*, *lógos* como meios de prova, que classificam e indicam ao orador os lugares próprios de cada tipo de oratória; 3) as duas formas de raciocínio como quadro geral em que a argumentação da prova deve se desenvolver, encadeando os materiais providos pelas fontes de argumentação (GRIMALDI, 1980: 8-9; 349-56). Esse argumento de Grimaldi pode ser apoiado também na descrição da aplicação de máximas e exemplos na argumentação, pois para Aristóteles, as máximas e os demais exemplos devem ser utilizados em grande número caso não haja um silogismo que o apoie, e caso haja, o exemplo serve apenas como epílogo para o próprio entimema (Rhet. II, 20). Dessa forma, embora existam as duas formas de raciocínio, apenas o entimema é próprio à retórica,

embora não seja o argumento exclusivo. Cabe notar que a tradição posterior interpretou a divisão tripartite dos tipos de retórica de modo diferente. Dioniso de Halicarnasso, em seu texto sobre Lísias, relata a divisão como éthos, páthos e pragma, que, no caso, pode ser traduzida como assunto ou causa.

O que então nos interessa na leitura da Retórica? Nos interessa qualificar a leitura de Aristóteles. Qualificar aqui não significa dizer se ela é boa ou ruim, se tem erros ou não, mas qualificá-la como acontecimento, um acontecimento discursivo, uma tentativa de alteração nas regras do jogo historiográfico. Para isso, precisamos ter ido não só a Aristóteles, mas desdobrar as situações que julgamos relevante para esclarecer o significado do texto em determinadas situações concretas.

Entre as situações concretas, há o caso da condenação de seu amigo Adriano Sofri, o qual foi preso com Ovidio Bompreschi e Giorgio Pietrostefani sob acusação de terem os três participado no assassinato do superintendente de polícia Luigi Calabresi. A denúncia foi feita mais de quinze anos depois do crime por Leonardo Marino, que afirmava ter sido um dos executores do assassinato, a mando de Sofri e Pietrostefani, à época envolvidos com o grupo de esquerda Lotta Continua. Trata-se de um assassinato de motivação política, pois Calabresi foi o responsável pela prisão de uma anarquista que caiu (é mais provável que tenha sido jogado) da janela do escritório do próprio Calabresi, anarquista este acusado injustamente de um atentado (que mais tarde provou-se ter sido realizado por um grupo de extrema-direita)⁴⁶. Ginzburg crê e defende a inocência de seu amigo, e para isso escreveu um livro, *The judge and the historian*, para expor a

⁴⁶ O atentado que deu início a toda a história ocorreu em 12 de dezembro de 1969, dia em que os fazendeiros faziam depósitos na Banca Nazionale del Lavoro, na Banca Commerciale e na Banca dell'Agricoltura. Quatro bombas estouraram e dezessete pessoas morreram. Governo e imprensa atribuíram imediatamente a culpa aos anarquistas. Pino Pinelli, anarquista e empregado do sistema ferroviário, foi preso três dias depois e morre em decorrência de uma queda ocorrida da janela do escritório do superintendente de polícia Luigi Calabresi; a polícia dá inúmeras versões, entre as quais ele teria se matado por se ver implicado pelas provas de que teria sido o responsável pelo atentado. O jornal do grupo de esquerda Lotta Continua afirma que Pinelli foi assassinado pelo Estado italiano. Em 17 de maio de 1972, Calabresi é assassinado em frente a sua residência em Milão; o grupo Lotta Continua é apontado pelo governo como responsável pelo assassinato (GINZBURG, 1999: 206-11).

argumentação da defesa e da promotoria, assim como o julgamento. O historiador italiano procurava demonstrar que as provas e hipóteses listadas contra Sofri têm seu único ponto de apoio no testemunho – incerto e por diversas vezes alterado – de Leonardo Marino; este é, por sua vez, um dos acusados do crime e beneficiário de um programa de “delação premiada”.

Teria sido Ginzburg movido pelo caso Sofri ao escrever *Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez?* Cremos que sim, uma vez que há menção à relação entre juízes e historiadores no final do capítulo. Além disso, relação entre prova evidenciária e prova lógica está presente na argumentação de Ginzburg em ambas as circunstâncias, tanto na relação entre prova retórica (derivada, como vimos, da prova judiciária de Aristóteles) e prova historiográfica do texto de Relações de Força quanto na avaliação do caso Sofri, sobretudo porque a prova lógica é também utilizada em processos contra a máfia italiana:

Is it legitimate, then, to substitute – for objective corroboration of an individual's behavior – undocumented information, which is merely compatible with the facts that have actually been ascertained? We must distinguish between political legitimacy and logical legitimacy. Let us begin with political legitimacy. According to Nando Dalla Chiesa (whom we have just seem interviewing Assistant District Attorney Spataro), those who denounce the abuse of 'logical proof' are underestimating the gravity of the situation created by growing weight – political weight, as well – of organized crime in Italy. In trials of the Mafia and the Camorra, reliance upon 'logical proof' becomes necessary in dealing with individuals who destroy, conceal, or alter evidence. This reasoning troubles me, even though I have no doubt about the decisive importance of the struggle against organized crime. In any case, this is an approach that can hardly be used in a radically different sort of trial, such as the trial of the alleged killers of Calabresi. Here, we see the simultaneous triumph of 'logical proof' and the destruction of physical evidence (the victim's clothing, the car used by the killers, the fatal bullet) – a destruction that can be scarcely attributed to the defendants (GINZBURG, 1999: 109).

As provas físicas do assassinato se perderam com o tempo: o carro, a bala que matou Calabresi, o Fiat azul utilizado no crime. A condenação, segundo Ginzburg, baseia-

se em certa reconstrução contextual hipotética, admissível para o caso do historiador, mas não para a justiça:

The paths of judge and historian, which run side by side for a certain distance, eventually and inevitably diverge. If one attempts to reduce the role of the historian to that of a judge, one simplifies and impoverishes historiographical knowledge; but if one attempts to reduce the role of the judge to that of a historian, one contaminates – and irreparably so – the administration of justice. Certainly, Lombardi is right (against Spantaro) to formulate 'logical proof in terms of compatibility, rather than in terms of necessary derivation from a context; however, [both] are wrong when they claim to demonstrate – on the basis of contextual circumstances, and in the absence of any external confirmation – that certain individual actions actually took place. This means slipping tacitly (and illicitly) from the plane of mere possibility to the level of asserting a fact; from the conditional to the indicative. This is a logical error, paradoxically based on an abuse of so-called 'logical proof' (which it would be more reasonable to call 'contextual proof'). In comparison with the errors of historians, however, the errors of judges have more immediate and more serious consequences. They can lead to conviction of innocent people. (GINZBURG, 1999-1991: p.119)

Nos parece curioso que Ginzburg, apesar de identificar o procedimento como inadequado, não objete que o crime é avaliado com pesos e medidas de outra época, equivalendo o crime político aos crimes da máfia. Mas o ponto principal que gostaríamos de ressaltar é que no texto de 1991 já aparecem algumas preocupações que serão reafirmadas nos textos de *Relações de Força*: o papel da evidência e sua possibilidade de alteração, o que distorceria o estabelecimento dos fatos, presente tanto na argumentação sobre o caso de Sofri quanto na argumentação sobre a negação do Holocausto. Desse modo, as razões da relação confusa entre prova técnica e não técnica na sua leitura do filósofo grego, a fundamentação do vocabulário da prova em Tucídides e em um saber indiciário, assim como a exclusão de outros modos de prova que não a entimemática, nos parecem agora mais claras e concretas.

Há, por isso, pontos de curto-circuito na interpretação de Ginzburg, pontos os

quais podemos apenas apontar. O primeiro – e um dos mais importantes – é notar certa projeção entre um debate da Antigüidade e um debate hodierno. Ginzburg insinua, ao longo do texto, a associação dos predecessores de Aristóteles qualificados por este como praticantes de uma retórica da eficácia ao ceticismo pós-moderno que faria o mesmo. Ora, afirmar que “o fim da retórica é a eficácia”, na tradição sofística, é certamente aproximar-se de Górgias de Leontini. O orador siciliano, em um trecho de sua *Defesa de Helena*, afirma que “O discurso é um tirano poderoso que, com um corpo microscópico e invisível, executa ações divinas”⁴⁷. O discurso, poderoso condutor das almas, tirano, compele por sua própria força ao convencimento, sem que haja justiça ou injustiça na causa. O problema da referencialidade também pode ser lido em outro trecho de Górgias, desta vez no *Tratado sobre o não-ente ou sobre a natureza*: “Do mesmo modo que o visível não se pode tornar audível e vice-versa, assim o existente, porque tem fundamento exterior, não se pode tornar a nossa palavra [MXG 84]” (idem, p. 117). Ginzburg fala claramente que “uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual” (GINZBURG, 2002: 48), muito semelhante à argumentação de Górgias, que no afresco pintado por Ginzburg sai com as feições de Hayden White.

Comentamos a montagem do esquema retórico de Aristóteles, mas não nos alongamos na questão do uso que faz Ginzburg de Tucídides. O historiador ateniense acaba por receber grande atenção no seu argumento, que a princípio teria como foco Aristóteles. Ginzburg reconhece colocar Tucídides em vestes de detetive inglês do século XIX, associando aí o historiador ateniense ao seu paradigma indiciário (idem, p. 60). Curiosamente, Tucídides está ausente do artigo *Sinais*, mesmo este falando dos mesmos sinais (semeion e tekmeria) citados agora em *Sobre Aristóteles e a história, mais uma*

⁴⁷ Sofistas: testemunhos e fragmentos. Tradução Ana Alexandre Alves de Sousa e Maria José Vaz Pinto. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. p. 129.

vez. Uma das perguntas principais do texto que analisamos e que ficarão sem resposta é se Aristóteles de fato leu ou se beneficiou da leitura de Tucídides. A doxografia sobre o sofista Hípias afirma claramente sua atividade antiquária, de resto presente em citações dos diálogos de Platão. A atividade antiquária de Aristóteles também é atestada pelas fontes antigas. Kerferd afirma que Tucídides se beneficiou grandemente da cronologia olímpica de Hípias para compor sua *Guerra dos Peloponésios e Atenienses* (KERFERD, 2003: 84). Porém, cabe saber se a procura do passado distante e obscuro era considerada por Tucídides como história, e a resposta a essa pergunta nos parece negativa. O objeto da história de Tucídides é a guerra, um quase presente, e não a procura de fatos obscuros no passado, como afirma o historiador italiano⁴⁸. O primeiro livro da obra do historiador ateniense possui uma enunciação de princípios sobre o estabelecimento dos fatos que raramente vêm à tona durante o restante da obra, pouco mais de uma dezena de acontecimentos (MURARI PIRES, 1999: 278). Ginzburg, por sua vez, atribui essa disparidade a projetos literários distintos (GINZBURG, 2002: 60). Aristóteles, por fim, fazia seu inventário de datas e leis tendo em vista a composição da *Política*, como mostra sua *Constituição dos Atenienses* e o próprio trecho da *Retórica* em que Aristóteles afirma que a pesquisa sobre as constituições é mais útil à política que à retórica, embora o orador faça bem em se informar (1360a)⁴⁹.

⁴⁸ Afirma Francisco Murari Pires: “Assim, a proposição da História, enquanto saber clarividente de certezas, privilegia a temporalidade presente como objeto de sua narrativa, justamente porque esta temporalidade não só atende aos reclamos do princípio axiológico da grandeza distintiva, como sobretudo, ao viabilizar a condição da presença cognitiva que observa os acontecimentos em sua manifestação mesma, enseja-lhe estatuto de objetividade.” (MURARI PIRES, 1999: 232).

⁴⁹ “É útil para a legislação não só saber, pela observação do passado, qual é a forma de governo conveniente, mas também conhecer a dos outros países e que formas de governo se lhes ajustam. É, por conseguinte, claro que os relatos de viagem pelo mundo são úteis para a legislação, pois neles se podem aprender as leis dos povos, como o são para as deliberações políticas as investigações daqueles que escrevem sobre as ações humanas. Mas tudo isso pertence ao domínio da política e não da retórica” (Rhet. 1360a).

CAPÍTULO 3

O capítulo anterior explorou um dos textos do conjunto de conferências de Jerusalém, focando os condicionamentos diversos da leitura de Aristóteles. Passaremos a focalizar a *Introdução*, na verdade um capítulo em forma de introdução, que atualiza a posição de Ginzburg no debate. O historiador italiano aponta agora sua análise para o que ele chama de ceticismo pós-moderno, e de suas raízes antigas e modernas. A primeira seria um opúsculo de Nietzsche, a segunda seria a dispersão de teorias céticas veiculadas por autores classificados por ele como pós-modernos ou próximos disso. Nosso percurso pelo inicia-se no próprio texto de Ginzburg, como fizemos até agora, prosseguindo na tentativa de delinear através da própria narrativa os caminhos analíticos escolhidos, partindo dos elementos recolhidos em seu ensaio para a construção do contexto.

Ginzburg, como dissemos, acredita que o que ele chama de “ceticismo pós-moderno”, a oposição entre retórica e prova, possui duas raízes, uma distante e outra próxima: a primeira seria Nietzsche, a segunda as obras de Paul de Man e Jacques Derrida. Há nesse texto um expediente comum nos ensaios do historiador italiano, mas visto com certa reserva entre as práticas contemporâneas: o argumento biográfico, o qual vincula as condições de escrita de determinada obra ou texto às condições de vida. Estão centrados em quatro nomes os argumentos biográficos: Friedrich Nietzsche e Paul de Man, dos que recebem maior espaço, e Sarah Kofman e Jacques Derrida, dos que recebem menos. De pronto, descartamos Kofman, pois a sua inclusão não possui força argumentativa, servindo como mero apoio exemplar à vinculação biográfica feita com mais atenção no caso de Paul de Man. O nexos organizador da *Introdução* não é, como se poderia esperar, as correlações biográficas, mas sim um opúsculo inacabado de

Nietzsche - *Sobre a verdade e mentira em sentido extramoral* (Über Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinne). A composição do opúsculo organiza a narrativa biográfica e intelectual de Nietzsche, por um lado, e sua recuperação a partir das décadas de 60 e 70 dá sentido aos demais esboços biográficos modernos, por outro.

Como dissemos, há a vinculação entre biografia e intelecto. Nosso esforço aqui será o de mostrar no texto em que medida há solicitações externas a ele que se consolidam em estratégias dentro do dele. A partir daí, o desdobraremos com a intenção de prover um contorno das discussões gerais que podem ter orientado a discussão empreendida pelo historiador italiano para, enfim, avaliar esta modalidade de recuperação da retórica em uma perspectiva mais ampla.

Logo no início, Ginzburg deixa claro que sua argumentação deve ser seguida em dois níveis, ainda que os argumentos seguintes obscureçam um pouco a sua intenção. Afirma ele que

As teses cépticas baseadas na redução da historiografia à sua dimensão narrativa ou retórica circulam já há alguns decênios, ainda que as suas raízes sejam, como se verá mais antigas. Como de costume, os teóricos da historiografia que as propõem pouco se preocupam com o trabalho concreto dos historiadores. Mas estes, também, depois de fazerem uma homenagem convencional à tendência lingüística ou retórica em voga, se mostram bem pouco inclinados a refletir sobre as implicações teóricas de sua profissão. (p. 14)

Descreve-se no trecho uma situação artificial, onde historiadores submetem-se às formulações teóricas externas à sua prática. O trecho procura tornar evidente que as teses *circulam*. Os historiadores, por sua vez, fazem uma *homenagem convencional* a uma *tendência*. O jogo de forças acadêmico gerou, segundo o trecho, uma situação em que há uma enunciação teórica por parte dos historiadores completamente desprendida da prática, que continua inalterada. Por convencionalidade, entendemos resistência

velada, aparente submissão para satisfazer uma exigência entendida como exterior à disciplina. O primeiro nível de leitura é, portanto, o das convenções acadêmicas que expressam as estratégias. O segundo nível é o das mobilizações documentais que compõem essas estratégias e se encontram conformadas nos textos, estes entendidos como elementos heterogêneos de análise histórica tradicional e argumentos desprovidos de aplicação prática. Esse segundo nível parece ser o sentido da afirmação "expressar o ponto de vista de quem trabalha com os documentos", poucas linhas abaixo do trecho que citamos, isto é, a partir dos textos, as relações de força.

O esboço biográfico e intelectual de Nietzsche mobiliza muitos nomes: Gerber, Goethe, Leopardi, Wilamowitz, Overbeck, Lutero, Santo Agostinho e, por fim, São João. Diante de tantas referências, não nos resta deixar de seguir o argumento senão naquilo que consideramos o principal: em primeiro lugar, que tipo de estratégia há em *Sobre a verdade e mentira*; e em segundo, que tipo de trama intelectual foi tecida no opúsculo. Sobre a primeira questão, há apenas uma possibilidade esboçada: "Talvez Acerca da verdade e mentira tenha nascido também do impulso de responder às objeções de Wilamowitz, projetando-as num horizonte filosófico." (idem, p. 28). Esse também inclui a circunstância (biográfica e intelectual) na qual o opúsculo foi composto, do qual ressaltamos o contato com a obra de Gustav Gerber "Die Sprache als Kunst" e seu histórico intelectual e biográfico - de família protestante.

O segundo esboço a que Ginzburg concede atenção é à trajetória do crítico literário belga Paul de Man. A circunstância colocada em cena pelo historiador italiano é a da tentativa de construção de uma persona com trajetória sempre fiel à esquerda política. Após sua morte, descobriu-se que ele havia escrito artigos anti-semitas para um jornal colaboracionista durante a Segunda Guerra. Embora ciente do cuidado que sua hipótese deve inspirar, Ginzburg afirma: "Existe uma relação íntima, [...], entre a máscara usada

por De Man, durante quarenta anos, e seu trabalho de crítico." (idem, p.33). De Man é um dos responsáveis pela difusão da teoria da desconstrução nos EUA, e um dos intérpretes de *Sobre a verdade e mentira*. O fato de esconder seu passado verdadeiro a fim de obter as benesses de um outro passado fantasioso colabora, segundo Ginzburg, para a elaboração de uma interpretação não-referencial da retórica a partir de Nietzsche. Portanto, a afetividade é uma das explicações oferecidas, que integram a versão de Nietzsche em forma de um nexo de sentido. Esta é ao mesmo tempo uma estratégia intelectual e afetiva: "É verdade: a exploração da autonomia do significante nasce também de solicitações internas, endógenas" (idem, p. 35), longe, portanto, da neutralidade acadêmica.

Resta explicar a inclusão de Kofman e Derrida. No caso da primeira, seu suicídio é tomado como sintoma da revanche afetiva, da tentativa de esquecimento implicada na tese da autonomia do referente (que para Ginzburg coincide com a interpretação não-referencial da retórica). Kofman suicidou-se após revelar as dificuldades encontradas na sua infância durante a Guerra. Segundo a versão exposta, pressionada pelo passado e tendo defendido a tese da autonomia do significante, uma situação incompatível entre subjetividade afetiva e objetividade acadêmica a levou ao suicídio: "a revanche foi homicida", diz Ginzburg. A isso, soma-se o fato de ela pertencer ao círculo interno dos intérpretes de Nietzsche, cuja figura central era Jacques Derrida⁵⁰. Sobre este último, o argumento biográfico é o que está mais obscuro e entranhado no texto, colocado de forma sutil em uma informação calculadamente omitida.

O último argumento diz respeito à conferência realizada na universidade John Hopkins em Baltimore em 1966. Nela ocorreu a comunicação de Jacques Derrida

⁵⁰ O argumento biográfico traz consigo um perigo. Ao associar afetividade e interpretação de Nietzsche, Ginzburg pode fazer lembrar – de forma intencional ou não – a argumentação de George Bataille e René Girard sobre a influência da filosofia de Nietzsche em sua saúde psíquica. Georges Bataille & Annette Michelson, *Nietzsche's Madness*, October, Vol. 36, Georges Bataille: Writings on Laughter, Sacrifice, Nietzsche, Un-Knowing. (Spring, 1986), pp. 42-45. René Girard, *Superman in the Underground: Strategies of Madness — Nietzsche, Wagner, and Dostoevsky*, MLN, Vol. 91, No. 6, Comparative Literature. (December, 1976), pp. 1161-1185.

Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas. A respeito dessa conferência, há a seguinte avaliação:

A verdade era liquidada em favor da interpretação ativa, isto é: despojada de constrangimentos e de limites; o Ocidente era incriminado por ser logocêntrico e contemporaneamente absolvido em nome da inocência do devir proclamada por Nietzsche. Eis aí algo que podia fascinar os herdeiros dos colonizadores e os herdeiros dos colonizados (GINZBURG, 2002: 36).

Ora, a menção dos colonizadores e colonizados se dá justamente porque Derrida é de origem argelina, o que vincularia sua teoria a sua ascensão no cenário intelectual francês, isto é, na metrópole, durante ou pouco tempo depois da Guerra de Independência Argelina, em 1962. Derrida seria justamente o herdeiro do colonizado que ascende no cenário intelectual francês e estadunidense através de uma teoria da “autonomia do significante” que escamoteia a situação histórica em que a própria teoria foi formulada.

Mas qual seria o motivo do ataque de Ginzburg ao círculo de Derrida? Embora seja hoje senso comum associar o nome do filósofo francês ao pós-modernismo, no contexto de formulação das interpretações de Nietzsche, o termo sequer era operante. Apenas a partir do êxito do livro de François Lyotard, *A Condição Pós-moderna* de 1979, que se passou a associar às correntes originadas do estruturalismo como a expressão de uma nova divisão cronológica. Curiosamente, o êxito da filosofia de Derrida, assim como do termo cunhado por Lyotard, só ocorreu com força nos EUA. E é justamente por causa dos efeitos suscitados pelo sucesso de Derrida nos EUA que nós devemos supor o motivo do ataque de Ginzburg a Derrida.

Não pudemos ignorar que até agora tentamos demonstrar o que Ginzburg *disse*. Não existe veemência sem destinatário, porém. É nele que surge nosso desconforto. Há

uma incômoda pessoa verbal, terceira pessoa do plural – os historiadores – um indeterminante. O vago destinatário, presume-se, é o próprio leitor historiador, o mesmo colocado sob a rubrica indeterminante. As marcas enunciativas mostram não um texto de composição monológica, em que todos os elos bastam-se no interior do próprio texto, mas sim de uma cadeia de elos que apontam para fora na própria escritura. Uma análise estrita do texto mostra-se-ia, por isso, incompleta.

Para compor a descrição do contexto, não temos a segurança de um conjunto já delimitado, mas apenas uma nebulosa de opiniões que pode ou não ser o alvo do historiador italiano. Partiremos da nossa leitura de que a desconstrução foi uma teoria estratégica para a consecução de objetivos profissionais e escamoteamento afetivo de um pequeno grupo que se reúne em torno de Jacques Derrida. É interessante notar que a resposta de Ginzburg ao problema se deu mais de vinte anos após a publicação dos textos dos autores com os quais ele polemiza, e parte já havia morrido há algum tempo⁵¹. Outra pista está na situação inicial caracterizada pelo historiador italiano – historiadores e suas homenagens convencionais à tendência lingüística ou retórica. Essa tendência teria como característica principal a tese de que há “a autonomia do significante” (GINZBURG, 2002: 35). Evidentemente, o objetivo é polemizar não com os mortos, mas com os que seguem essas tendências que podem ser reunidas sob esses nomes. O fato de Ginzburg não discutir diretamente com Derrida – dos três citados o único ainda vivo⁵² na data de composição e publicação de *História, Retórica, Prova* – indica que não é tanto a formulação da teoria, mas sua dispersão. A isso, devemos somar os comentários sobre os trabalhos de gênero e os problemas de convivência entre as culturas apontados ao longo do texto como justificativas sociais para preferir uma interpretação da retórica à outra.

⁵¹ Sarah Kofman suicidou-se em 1994, Paul de Man morreu em 1983.

⁵² Jacques Derrida morreu em outubro de 2004.

Os nomes fornecidos, além dos afiliados à corrente de Derrida, são os de Hayden White e Roland Barthes. Ao associar os três, há uma incongruência: por que discutir de forma agressiva contra o grupo de Derrida se as tendências circulam sob os nomes de White e Barthes? Embora possamos relacionar Barthes a White, este último não simpatiza com as idéias de Derrida. Seria de pouca valia tentar colocar os autores em acordo, pois entendemos que o objetivo polêmico de Ginzburg se dá contra uma determinada *dispersão* da *doxa* pós-moderna. À nossa nebulosa agregam-se inúmeros outros nomes – estruturalismo, pós-modernismo, pós-estruturalismo, virada lingüística. O comum a esses nomes é que são nomes de recepção, são formas segundo as quais certas tendências foram identificadas no mundo anglo-saxão (exceto o termo estruturalismo que foi criado na própria França no calor do movimento), que as assimilou de forma peculiar (PERRONE-MOYSÉS, 2003: 217). Com isso, foram feitas associações de autores que dificilmente teriam sido criadas em seus contextos originais de publicação na França e com as quais os autores certamente não concordariam. Não que não existam correspondências entre os autores classificados sob estas rubricas, todavia é necessário observar que parte da denominação se dá na recepção e dispersão. Não negamos que as noções a que correspondem cada nome de conceito não sejam relevantes. Não seria pertinente, contudo, perseguir os conceitos dessa forma, pois isso nos levaria certamente para fora do campo em que as próprias palavras foram utilizadas, em direção a questões filosóficas ou de teoria da história mais profundas que o desejado e certamente para fora do assunto.

A saída que imaginamos para o impasse é dupla: por um lado, avaliar a presença desses nomes como referências teóricas que atuam como lugares-comuns argumentativos para caracterizar uma nova organização disciplinar; por outro, a investigação dos argumentos. Longe de separar um procedimento do outro, entendemos

que um procedimento leva ao outro.

A abrangência cronológica é de cerca de quarenta anos (2010), contados até o presente; cerca de vinte e cinco anos contados até a composição provável da *Introdução de Relações de Força* (1997), e pouco mais de dez se considerarmos *Provas e Possibilidades* (1984) como a primeira manifestação de Ginzburg sobre o assunto, conforme a afirmação do historiador italiano na *Introdução de O fio e os traços*. Nosso primeiro marco é a publicação de *Meta-história* de Hayden White, em 1973. Este livro é um dos primeiros senão o primeiro a acusar na historiografia, nos EUA, a chegada das teses estruturalistas, além da importância que obteve no posteriormente. Às ressonâncias causadas pela obra de Hayden White atribui-se uma “crise” ou, como preferimos, um questionamento amplo das premissas, das práticas e do resultado da escrita historiográfica. O período de florescimento dessa “crise” se deu quase na mesma época em que Ginzburg começou a lecionar na Universidade da Califórnia, em 1988. As discussões, porém, ocorriam em escala local, em periódicos de outras áreas ou de subdisciplinas. Surgiram de forma belicosa nos periódicos de maior expressão, causando as acaloradas discussões que duraram cerca de cinco anos, entre 1987 e 1991, com outro período de polêmicas entre 1999 e 2000. A característica principal de ambas as polêmicas, além delas ocorrerem principalmente em periódicos, é a adesão a filosofias chamadas no mundo anglo-saxão de “continentais”, resultado da abertura do sistema universitário estadunidense aos professores estrangeiros a partir da Segunda Guerra. E foi justamente entre os estadunidenses que houve maior adesão ao desconstrucionismo.

Uma recollecção ampla da adoção ou confronto com as concepções chamadas “pós-estruturalistas” ou “pós-modernas” exige um trabalho de maior amplitude, dedicado ao tema. Dois especialistas brasileiros publicaram recentemente trabalhos acerca dos problemas suscitados pela historiografia dita pós-moderna, com ampla bibliografia. O livro

Quem tem medo de teoria?, de José Vasconcelos, em seu capítulo inicial, possui um levantamento bibliográfico sobre a crise na historiografia americana. Ele aponta como manifestação principal os debates da *American History Review*. Remetemos ao seu livro para uma análise mais pormenorizada do assunto. Já Carlos Berberti Jr., em tese defendida em 2005, lista os debates na revista *History and Theory* para a compreensão do que ele chama de “paradigma pós-moderno”. Tomaremos, dessa forma, como sintoma desse tipo de questionamento as polêmicas em dois periódicos: *History and Theory* e *American Historical Review*⁵³; assim como as obras de Vasconcelos e Berberti como parâmetros. Esses periódicos nos parecem suficientemente representativos, uma vez que mobilizam a maior parte dos historiadores estadunidenses que participaram dos debates acerca do assunto à época, além de serem indicados como os mais pertinentes pela bibliografia.

Embora a abrangência dos autores seja diferente – mas com muitos pontos em contato – e ambos com perspectivas distintas, listamos aqui os diagnósticos gerais dados pelos dois historiadores brasileiros sobre o tema. Berberti Jr, tendo como base o historiador alemão Jorn Rüsen, classifica as manifestações do paradigma pós-moderno levando em conta seu aspecto “metateórico”, o que resulta uma perspectiva mais formal:

1) o da crise do papel e do alcance da ciência histórica, particularmente no que se refere a sua capacidade de “conhecer” o passado; 2) o da crise de paradigmas caracterizada pelos posicionamentos a favor ou contra a capacidade da ciência histórica em encontrar significado no passado; 3) o do papel social do historiador como “produtor de conhecimento” e do estatuto do história como fonte de orientação da vida prática (...).” (BERBERTI JR, 2005: 15).

⁵³ Os EUA possuem uma dinâmica interna de produção intelectual, ainda mais no caso da historiografia, profundamente ligada às questões políticas. Não podemos deixar de mencionar as mudanças ocorridas ao longo das décadas de 60 e 70. O livro de Peter Novick: *That Noble Dream* conta do ponto de vista da objetividade como norma reguladora de práticas discursivas desde a década de 30 até a de 80, sem deixar de mencionar como a objetividade historiográfica repercutia em outras áreas, como a do jornalismo, ao mesmo tempo em que negocia com determinadas políticas culturais oficiais como a do maccarthismo na década de 50, por um lado, e das lutas sociais das décadas de 60 e 70 por outro.

Já o diagnóstico de José Vasconcelos parte da análise dos artigos de AHR e não se coloca em uma perspectiva mais generalizante, uma vez que não estende suas conclusões a toda a disciplina:

(1) a narrativa como entrecruzamento das disciplinas de História, Literatura e Filosofia, (2) a relação texto/contexto e, intimamente relacionada a esta, (3) o problema da referência histórica, seu alcance, seus limites e sua relevância para o trabalho do historiador. (VASCONCELOS, 2005: 74)

Tendo em vista que ambos os diagnósticos lidam com aspectos que podem ser atribuídos a temas tratados pela extensa bibliografia sobre o assunto, evitaremos julgar qual o diagnóstico é o mais correto ou adequado. Mesmo tratando de perspectivas distintas, podemos afirmar que são diagnósticos complementares.

Outro relato circunstanciado da produção acadêmica na área de história pode ser encontrado no livro de Peter Novick, publicado em 1988, no qual, como vimos, ocorreram tanto as discussões na AHR, quanto a chegada de Ginzburg à UCLA. *That Noble Dream*, nome do livro de Novick, narra como a concepção de objetividade normatizou as práticas historiográficas americanas a partir da profissionalização do historiador nos EUA, com a fundação da *American Historical Association* em 1884, da adesão à academia e ao ensino elementar. Os últimos capítulos estão ligados à ruína da concepção de objetividade, com a conseqüente fragmentação da profissão e das perspectivas historiográficas – de gênero, raça, classe, religião, por exemplo. Novick não se limita a analisar a concepção, mas mostra como a prática da escrita objetiva estava ligada às políticas culturais existentes. Assim, ao caracterizar a fragmentação, Novick nota também a ampliação do número de PhD's, para mais de 1,2 mil por ano (NOVICK, 1988: 574), a diminuição da demanda pedagógica pela disciplina e a conseqüente crise – nesse caso a designação é

adequada – na profissão, que inclui a deflação salarial – processos que remontam à década de 70. Além disso, Novick discorre sobre a incapacidade da AHA de, através de seus encontros anuais, reunir e centralizar a discussão sobre a disciplina (idem, ibidem), resultado da ampliação além de seus limites da comunidade de historiadores que deixou de ser, de fato, uma comunidade; processo que ocorreu, segundo ele, em várias disciplinas, como Antropologia e Psicologia. Em seus inúmeros *ghettos*, contudo, os trabalhos prosperam e os trabalhos inovadores aparecem nos jornais especializados (p. 580). É o caso da revista *History and Theory*, fundada em 1960 e dedicada apenas a assuntos relacionados à teoria da história e filosofia da história (idem, p. 593). Boa parte das reações enérgicas e das tentativas de inovação devem ser matizadas pela situação disciplinar em seu aspecto que chamaríamos com maior adequação de político-econômico. Nesse sentido, devemos alertar que as discussões teóricas podem também ser encaradas como epifenômenos de processos mais amplos, como o trabalho de Novick mostra bem.

Diante da fragmentação extrema, nossa amostragem abarca, portanto, um periódico de caráter abrangente e outro especializado. A diferença entre os debates mostra uma distância cronológica grande entre os nossos marcos de pesquisa, e é consequência da situação relatada por Novick: o desenvolvimento em pequenos grupos sem que haja uma articulação central. Hayden White e Dominick LaCapra podem ser destacados como pesquisadores influenciados pelas correntes estruturalistas francesas, mas que desenvolviam seus trabalhos à margem do círculo profissional dos historiadores. Assim, *Meta-história* e *Trópicos do Discurso*, de 1973 e 1978 respectivamente, são nossos marcos iniciais para os EUA. Os trabalhos de Dominick LaCapra já demonstram em 1978 e 1979 adesão às idéias de White. O livro de LaCapra, que reúne os artigos publicados sobre História Intelectual – *Rethinking Intellectual History*, de 1984 – obtém

boas resenhas e reconhecimento entre os historiadores do intelecto. Enquanto isso, Hayden White não parou de publicar, com uma média de um artigo por ano desde 1978 até 1988, mas boa parte em revistas de crítica literária como a revista *Diacritics* e *Critical Inquiry*. Infelizmente, não nos é permitido mensurar a dispersão, por falta de acesso às revistas locais nesse fragmentado ambiente estadunidense. Sabemos, contudo, que a repercussão se dá nas revistas de Crítica Literária e História Intelectual. Fora a revista *History and Theory*, White pouco publica em revistas ligadas aos departamentos de história, e podemos dizer o mesmo a respeito de LaCapra.

Apenas em 1987 o que vinha se desenvolvendo de uma forma localizada chega a repercutir na AHR periódico de expressão nacional. Vasconcelos afirma que a percepção de uma crise institucional e epistemológica já podia ser percebida ao longo da década de 80 através dos discursos presidenciais da AHA. Ainda assim, havia poucos artigos sobre teoria na AHR. Na edição da *American Historical Review* de 1987, um artigo de John Toews⁵⁴ faz um grande apanhado das tendências mais recentes entre os historiadores “do intelecto”. Entre eles, a mais pronunciada era a da chamada *virada lingüística*. Ao artigo de Toews sucedeu-se, em 1989, na mesma seção – Fórum – vários artigos dedicados ao tema, entre os quais alguns que demonstram certa preocupação com as consequências da chegada das teorias pós-estruturalistas à historiografia. A seção dedicada ao tema – fato incomum mas não de todo raro na revista, uma vez que ela se intitula apenas *Fórum* e possui artigos de temas diversificados – é a publicação das conferências proferidas na reunião da Associação Histórica Americana (American Historical Association - AHA) de 1988⁵⁵. A importância dessa sessão dedicada ao tema é maior que se pode parecer à primeira vista. Em 1986, no encontro anual da *American History Association*, das 123

⁵⁴ Professor da disciplina História Intelectual e Cultural Européia na Universidade de Washington, Toews obteve seu PhD pela universidade de Harvard em 1973.

⁵⁵ “The following essays were delivered on December 27, 1988, at the opening session of the Annual Meeting of the American Historical Association, Cincinnati, Ohio. The session was organized by the members of the Program Committee with the aim of examining some of the current intellectual cleavages in the American historical profession.” (American Historical Review, Vol. 94, No. 3 (Jun. 1989), pp. 654)

sessões, nenhuma foi dedicada a assuntos epistemológicos (NOVICK, 1988: 593). É significativo notar que a presidência em 1987 foi ocupada por Natalie Zemon Davis, historiadora que poderia ser classificada como “das mentalidades ou do intelecto” por seu livro *O Retorno de Martin Guerre*⁵⁶; e em 1989 o vice-presidente era Richard Vann⁵⁷, conhecido por seus trabalhos em teoria. Dentre as conferências, podemos citar as de Gertrude Himmelfarb⁵⁸, Joyce Appleby⁵⁹ e David Hollinger⁶⁰, além de uma do próprio Toews. O tom geral é de preocupação, do qual destoa o artigo de David Harlan, que mostrou franca adesão às teses desconstrucionistas, tendo como alvo os “contextualistas” de Cambridge, tendência representada por Quentin Skinner e John Pocock. O teor do artigo motivou as respostas de Hollinger e Appleby no número seguinte da revista, ainda no mesmo volume. Essa primeira leva tem em mente a história intelectual, em primeiro lugar, e não a historiografia como um todo; além disso, tratam mais de Derrida e Barthes que de Hayden White, este cuja importância se mostra maior nos autores que contribuem para *History and Theory*.

O principal ponto de preocupação tanto de Toews quanto de Himmelfarb são as proposições desconstrucionistas, ou entendidas como tais, e a principal decorrência desta, a impossibilidade da referência lingüística. Desse modo, afirma Toews:

Most seem ready to concede that language can no longer be construed as a simply medium, relatively or potentially transparent, for the representation or expression of a reality outside of itself and

⁵⁶ Professora em Princeton, obteve seu doutorado pela universidade de Michigan em 1959. *O retorno de Martin Guerre* recebeu um posfácio de Ginzburg em sua edição italiana em 1984.

http://en.wikipedia.org/wiki/Natalie_Zemon_Davis

⁵⁷ Professor da mesma geração de White – recebeu seu PhD em 1959 – e emérito na universidade Wesleyan, universidade que é responsável pela publicação da revista *History and Theory*.

⁵⁸ Também conhecida como Bea Kristol, é conhecida como uma historiadora e crítica conservadora. Recebeu seu doutorado na Universidade de Chicago também na década de 50. Ela é especialista em história da Inglaterra em época vitoriana. Lecionou na City University of New York.

<http://www.ashbrook.org/events/lecture/1996/himmelfarb.html>

⁵⁹ Colega de Ginzburg na UCLA, especialista em história intelectual francesa e estadunidense; como Ginzburg, professora emérita. Obteve seu Ph.D. em 1966.

⁶⁰ Professor na Universidade da Califórnia– Berkeley. Obteve seu Ph.D. em 1970 na mesma universidade.

<http://history.berkeley.edu/faculty/Hollinger/>

are willing to entertain seriously some form of semiological theory in which language is conceived of as a self-contained system of “signs” whose meanings are determined by their relation to some “transcendental” or extralinguistic object or subject. (TOEWS, 1987: 882).

É curiosa a expressão “most”, uma elipse que indica o consenso dos historiadores, mesmo procedimento de que Ginzburg se serve, aliás. Além disso, as condições de apreensão do fato histórico através do texto tornam-se problemáticas do ponto de vista dessa leitura feita dos trabalhos de Jacques Derrida. Os autores, longe de se posicionarem a favor, mostram-se em geral receosos à chegada dessas teorias à historiografia. Gertrude Himmelfarb associa claramente essas inovações epistemológicas a Derrida:

The deconstructionist also liberates the text from the tyranny of what is called “context” - the context of events, ideas, conventions, which informed the text not only for the author but for contemporary readers. “Nothing outside the text”, Jacques Derrida has proclaimed. And the text itself is said to be “indeterminate” because language does not reflect or correspond to reality; there is no correspondence between language and fact, between words and things. Indeed, there are no facts apart from language – which is why “facts”, in a deconstructionist discourse, normally appear in quotation marks. Moreover, language itself is “duplicitous”, “cryptic”; it has to be “decoded” before it can convey any meaning. And since there is no single correct code, no reading of the text, no interpretation has anymore authority than any other. Thus interpretation is as “indeterminate” as the text itself. (HIMMELFARB, 1989: 665).

“Deconstructionist” novamente supõe o historiador escondido através da denominação, nova elipse. Essa referência ao anônimo historiador desconstrucionista só se torna clara no artigo de David Harlan⁶¹. Este faz, por sua vez, uma espécie de genealogia do pós-estruturalismo. O eixo de sua análise é o retorno da literatura à história, retorno o qual tem início com o *Cours de Linguistique Générale* de Ferdinand de

⁶¹ Professor na Estate California University.

Saussure:

The return of literature was prepared, in the first instance, by Ferdinand de Saussure, with insistence that language constitutes and articulates evidence rather than reflecting or expressing it. After Saussure, meaning became a function of the linguistic system, with its fixed rules and paired oppositions, rather than something waiting to be discovered in nature or the past. [...] For Jacques Derrida, Roland Barthes, and others, this presumed unity [S1/S2] is a fiction: signifiers are not bonded to signifieds; they merely point to others signifiers. Instead of a structured system generating fixed meanings, we were left with an endless chain of signifiers in which meaning is always deferred and finally absent. There is no external point of reference, no ultimate word, no "transcendental signified" that will ground meaning, guaranteeing once for all. There is only the incessant and unremitting play of signifiers – signifiers freed from the tyranny of the signified, signifiers no longer chained to the structuralist grid of rules and oppositions. (HARLAN, 1989: 582).

A posição de Harlan, por sua vez, segue a do artigo da crítica literária Linda Orr, em artigo de 1986, publicado em *New Literary History*⁶². Sumarizando as posições até aqui recolhidas, não importa o modo como as inovações são recebidas, seja com receio ou entusiasmo, as interpretações coincidem em seus pontos principais. O primeiro e mais importante é a incapacidade de apreensão através do texto de algo que lhe seja externo. Dessa forma, as interpretações baseadas nas determinações externas ao texto, o contexto histórico, são descartadas da prática interpretativa. A isso, soma-se a afirmação sobre a livre cadeia de significantes, a qual tem por consequência aproximar, se não (con-)fundir, história com literatura, uma vez que o fato histórico relatado não remete a um evento, mas apenas a outros textos.

Comum a essas leituras é que elas são estritamente metodológicas. Elas procuram as consequências metodológicas dos princípios, a forma como estes afetam sua prática historiográfica. As leituras aparecem, portanto, um tanto descarnadas, ou, melhor dizendo, invertebradas, pois estão isoladas da argumentação que as sustentam. Evidentemente,

⁶² ORR, Linda, "The revenge of literature: a history of history". *New Literary History*. n. 18. p. 1-22. Autumn 1986.

isso não quer dizer que sejam más leituras, ou inadequadas, mas sim que é uma maneira de proceder corriqueira na literatura acadêmica anglo-saxã – ao menos no que diz respeito ao campo das Ciências Humanas. À exceção de Harlan, que propõe uma genealogia do pós-estruturalismo um tanto idiossincrática, as leituras isolam os novos princípios hermenêuticos e as posições deles decorrentes. Conquanto nossa intenção principal é caracterizar uma situação epistemológica, evitaremos avaliar a adequação da leitura feita do livro (*Gramatologia*, sobretudo) de Derrida⁶³. Outro fator importante a ser levado em conta é que parte dos artigos que apareceram na AHR são de historiadores consagrados e muito experientes. Esse é o caso de Himmelfarb, Vann e Appleby. Assim como Natalie Zemon Davis, estes historiadores pertencem à mesma geração de Hayden White, com a mesma faixa de idade e obtiveram seu Ph.Ds no final da década de 50 e começo de 60 (exceto o caso de Appleby, que trabalhou na imprensa antes de retornar à academia). Harlan e Hollinger, por sua vez, são de gerações posteriores, já mais próximas das mudanças epistemológicas e de política cultural estadunidenses ocorridas durante as décadas de 60 e 70. Hollinger está bem posicionado na profissão, pois é professor em Berkeley; Harlan, por sua vez, é professor em uma universidade periférica. Vasconcelos vai além, e ainda que não desenvolva a tese, afirma que o debate em torno do artigo de Harlan “naturalmente, envolveu questões pessoais e institucionais” da própria situação acadêmica americana, do que resulta que “Harlan também tinha em vista os adeptos desse modelo do outro lado do Atlântico, David Hollinger em especial” em uma espécie de “disputa por prestígio institucional”(VASCONCELOS, 2005: 73). Por fim, diante das descrições das teses desconstrucionistas dadas por esses historiadores, cremos poder associar a essa conjuntura disciplinar a dispersão da tese da “autonomia do significante”

⁶³ O artigo de Perez Zagorin “History, referent, and narrative: reflections on postmodernism now.” aponta os erros de atribuição das teses da “autonomia do significante” como se estas tivessem sido claramente formuladas por Saussure e a conseqüente confusão que os termos “virada lingüística”, “pós-modernismo”, “pós-estruturalismo” causaram (ZAGORIN, 1999: 8).

que Ginzburg afirma ser característica desse “ceticismo pós-moderno”.

Já na revista *History and Theory*, o debate sucedeu-se em duas etapas, com quase uma década de diferença entre elas. O primeiro tem como protagonistas Frank Ankersmit e Perez Zagorin, enquanto o segundo conta com Zagorin e Keith Jenkins⁶⁴. A polêmica de 1989 gira em torno do artigo de Frank Ankersmit, *History and Postmodernism*. Artigo longo e abrangente, trata de questões como a possibilidade lógica da argumentação historiográfica, o essencialismo lingüístico, a descoberta da natureza estética da historiografia e de argumentos especificamente pós-modernos, como a inevitabilidade do pós-modernismo, a dissolução das grandes narrativas históricas e o contraste entre interpretações modernas e pós-modernas. Esses dois últimos argumentos são retirados de *A Condição Pós-moderna*, de Jean-François Lyotard, livro corrente e inspirador das teorias pós-modernas. Esse tipo de argumento, veremos no caso de Jenkins, tornou-se um lugar comum da militância pós-moderna na historiografia. Dentre os argumentos de Ankersmit, o que mais chama a atenção é sobre a natureza narrativa historiográfica, para ele fundamentalmente estética:

This aestheticism is also in harmony with recently acquired insights into the nature of historiography – that is, the recognition of the stylistic dimension of historical writing. [To the modernists] What is important is the content; the way, the style in which it is expressed, is irrelevant. [...] And where style and content might be distinguished from one another, we can even attribute to style over content; for because of the incommensurability of historical views – that is to say, the fact that nature of historical differences of opinion cannot be satisfactorily defined in terms of research subjects – there remains nothing for us but to concentrate on the style embodied in every historical view or way of looking at the past, if we are to guarantee the meaningful progress of historical debate. Style, not content, is the issue of such debates. Content is a derivative of style” (ANKERSMIT, 1989: 144).

⁶⁴ Professor Emérito de Teoria da História na Universidade de Chichester, no Reino Unido. Formado pela universidade de Nottingham <http://www.chiuni.ac.uk/history/KeithJenkins.cfm>

Embora seja difícil encontrar o que não seja pós-moderno segundo o critério do artigo de Ankersmit⁶⁵, tal é a sua abrangência, a argumentação sobre a natureza estética rejeita completamente qualquer controle metodológico na prática historiográfica, estando em questão apenas seu resultado. Como veremos adiante, a idéia de Ankersmit do estilo como o modo mais adequado para se julgar uma obra historiográfica, assim como a incomensurabilidade das narrativas, remontam a Hayden White⁶⁶.

Keith Jenkins é apontado pelos resenhistas de seus livros como o participante menos qualificado. De fato, a agressividade com que defende suas posições é incomum nos debates acadêmicos e, não raro, é identificada a uma demonstração de força bruta, o que causa franca rejeição nos seus pares. Sua linha de defesa do pós-modernismo na historiografia difere da de Ankersmit em alguns pontos: o primeiro deles é a adoção das idéias de Richard Rorty, ladeadas às de White (Ankersmit, embora faça frequentemente referência a Rorty, não o coloca em evidência na mesma proporção que faz Jenkins). O segundo é a crítica ao que ele chama de história com *H* maiúsculo e história com *h* minúsculo, ou *proper history* (JENKINS, 1997: 06). Na coletânea de trechos de textos sobre historiografia pós-moderna – o *reader*, uma espécie de manual – Jenkins contrapõe, na Introdução, a atitude moderna à pós-moderna sobre o passado:

For although I don't think we can choose to live in postmodernity or not, we can (and many of us still do) exercise a bit of picking and choosing between residues of old "certainist" modernisms (objectivity, disinterestedness, the facts, unbiasedness, Truth...) and rhetorical postists formulations (readings, positionings, reality effects, truth effects...) rather going for one to the other. Consequently, I think it is here, between old "certainist" and new rhetorical discourses, that the current "battles" over "what is history" and how historical knowledge is methodologically "made up" and to what end, live (JENKINS, 1997: 5).

⁶⁵ Ankersmit inclui entre as tendências pós-modernas uma obra de Ginzburg inexistente, *Microstorie*, e isso foi notado e comentado ironicamente pelo historiador italiano em "Micro-história: uma ou duas coisas que eu sei a respeito." In: *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia das Letras. 2007. pp. 275.

⁶⁶ Zagorin observa que a argumentação pós-moderna de Ankersmit deriva de seu comprometimento anterior às idéias narrativistas de White (ZAGORIN, 1990: 264).

Mesmo na versão de fortes matizes proporcionada por Jenkins, caracteriza-se a relação entre, de um lado, o *fato histórico* desvalorizado, e, de outro, *efeitos de realidade* e *efeitos de verdade*. Ao velho discurso da certeza, contrapõe-se a retórica como nova forma de argumentação, característica do tempo presente (1997).

Há, portanto, uma diferença significativa entre os debates entre os participantes das duas revistas. A primeira dá conta do problema da referencialidade a partir de autores como Derrida e Barthes, e tratam sobretudo das objeções oriundas da lingüística e filosofia à historiografia. A segunda, como se nota pelos artigos de Ankersmit e Jenkins, preocupa-se mais com a narrativa historiográfica e a adequação da produção historiográfica ao mundo hodierno, incluindo aí a crítica à ciência, embora incorporem a discussão precedente sobre a natureza (lingüística) do fato histórico.

O historiador brasileiro Carlos Oiti Berbert Jr., em tese recentemente defendida, analisou as posições dos historiadores que defendem o chamado “paradigma pós-moderno”; entre eles, Ankersmit e Jenkins. Segundo ele, a que está central é a da narratividade, pois a crise se dá justamente na diferença entre significante, significado e referente. Assim, “a reflexão sobre o papel da narratividade torna-se o centro de uma disputa que, tendo como eixo principal uma crise de orientação, uma vez que não há mais consenso sobre o lugar do significado na teoria da história.” (BERBERTI JR, 2005: 17). Nesse sentido, os artigos de Barthes sobre o discurso da história (O Discurso da História, O efeito do real e Introdução à análise da narrativa) são seminais para interpretações como a de Jenkins e Ankersmit, assim como foi para os trabalhos de White⁶⁷.

É nessa confusa redefinição dos padrões de verificabilidade que se coloca a

⁶⁷ Em Meta-história, White parece conhecer apenas o Barthes das Mitológicas (ver anexo). Nesse artigo de Barthes, contudo, há incrível semelhança entre a tese de White e a de Barthes: “Quando as unidades referenciais [...] predominam [...] a História é levada para uma forma metafórica e se avizinha do lírico e do simbólico: é o caso de Michelet. Quando, [...], são as unidades funcionais as predominantes, a História toma uma forma metonímica, aparenta-se à epopéia[...]” (BARTHES, 2004: 184-185).

recuperação da retórica. As condições dessa recuperação, pela abrangência das numerosas publicações a respeito, não poderão ser recuperadas de forma abrangente. Não devemos esquecer, contudo, que Jenkins já caracteriza todos os procedimentos “pós-modernos” de retóricos: “readings, positionings, reality effects, truth effects...” (JENKINS, 1997: 06). A abrangência do *retórico* de Jenkins cobre inúmeros conceitos. De especial interesse são os *efeitos de verdade e realidade*, formulados por Barthes, conforme apontado por Berberti Jr. Como vimos, Ankersmit indicava já no começo da década para essa direção – estética – na historiografia, onde o estilo é o conteúdo representado. Tanto no caso de Jenkins quanto no caso de Ankersmit, há íntima ligação entre essa concepção retórica ou estética da historiografia à obra de Hayden White.

Infelizmente, não é possível saber até em que medida podemos associar com precisão, de forma individual, as polêmicas causadas por essas inovações teóricas ao trabalho de Ginzburg, uma vez que não há nenhuma menção explícita por parte deste. Até agora, procuramos ampliar de forma um tanto conjectural as dobras que o texto de Ginzburg deixou implícitas. Procuramos encontrar até aqui o significado das expressões “homenagem convencional” e “tendência lingüística ou retórica” e a tese da “autonomia do significante”. Resta ainda explanar o uso da palavra retórica associada a esse contexto.

Em “The Rhetoric of Interpretation”, de 1988, White afirmava, no começo do artigo, antes de analisar vários trechos de Sodoma e Gomorra de Proust:

It is this process of pre-figuring a referent, to constitute it as a possible object of cognition, that distinguishes interpretation from both description and explanation alike. And this is why rhetoric, considered less as a theory of persuasive speech than as the theory of the tropological bases of speech, discourse and textuality provides one promising way of comprehending what goes on in interpretative discourse in general (WHITE, 1988:254).

Hayden White dá uma versão moderna da retórica, onde as bases tropológicas

(isto é, bases conformadas em figuras de linguagem – chamadas na retórica e na poética clássicas de tropos e figuras) são os instrumentos mais adequados para a compreensão de textos interpretativos. Embora ele prefira não delimitar de forma rígida a interpretação, ele afirma que esta é um estágio anterior do discurso, contraposto à explicação e à descrição – mais desenvolvidas. A interpretação, por ser uma espécie de “preliminary stage of grasping an object by consciousness” (idem, ibidem), é mais trópica do que lógica (idem, 255). O mais importante é que nós temos aqui a diferenciação entre as retóricas: menos uma arte da persuasão e mais uma teoria da linguagem.

Em *Trópicos do Discurso* há estrutura semelhante. A partir do discurso é que os objetos são discernidos para enfim receberem configuração trópica. Não nos deteremos muito na noção de discurso, contudo, porque ela nos levaria a outras direções.

É aqui que o próprio discurso deve estabelecer a adequação da linguagem utilizada na análise do campo dos objetos que o parecem ocupar. E o discurso efetua esta adequação por meio de um movimento pré-figurativo mais trópico do que lógico. (WHITE, 2001: 14).

O discurso ainda ocupa ou é ele próprio um espaço entre a demonstração lógica e a pura ficção. A esse intervalo, White chama de “forma de composição verbal” (WHITE, 2001: 15). Ainda na Introdução de *Trópicos*, discurso é o espaço intermediário entre a ciência e a arte; o artigo de 1988 mantém a estrutura com outros nomes: explicação toma o lugar de ciência, descrição toma o lugar de arte. Obviamente, não sugerimos que os elementos sejam equivalentes, mas que em ambos o discurso histórico está em um intervalo entre atividades melhor definidas e que por isso, seja como interpretação, seja como discurso, a história é um incômodo meio-termo. Há ainda uma definição, onde o discurso é definido como gênero, possivelmente literário:

O discurso é o gênero em que predomina o esforço para adquirir-se este direito de expressão, com crença total na probabilidade de que as coisas possam ser expressas de outro modo. E o emprego dos tropos é, pois, a alma do discurso, o mecanismo sem o qual o discurso não pode fazer o seu trabalho ou alcançar seu objetivo (WHITE, 2001: 15).

Recuando ainda um pouco mais nas premissas de White, o espaço intermediário ocupado pela historiografia entre essas duas maneiras diferentes de relacionar palavras e coisas – explicação e descrição, ciência e arte – resulta do problema enunciado já em 1966 – *O fardo da história*. Mais importante, porém, é a forma que esta dúvida tomou em *Meta-história* e o modo como ele a resolveu. Em *meta-história*, logo nas primeiras páginas, White recusa a análise de conceitos e métodos – o nível teórico – como a forma mais adequada para avaliar a obra historiográfica. A recusa de que falamos aparece no prefácio de *Meta-história*, onde o historiador estadunidense elege os instrumentos da crítica literária como os mais adequados para a consecução de tal análise (WHITE, 1973: XII). A composição da obra histórica para White passa por uma concepção da obra enquanto totalidade na medida em que é gerida. O processo de concepção dessa idéia geral, que ele chama de “presiding image”, é de natureza lingüística:

But, in every case, dialectical tension evolves within the context of a coherent vision or presiding image of the form of the whole historical field. This gives to the individual thinker's conception of that field the aspect of a consistent totality. The problem here is to' determinate the grounds of this coherence and consistency. In my view, these grounds are poetic, and specifically linguistic, in nature." (idem, p. 30).

Essa recusa significa que o nível metodológico, expresso por conceitos declarados pelo autor na superfície do texto, não é suficiente ou mesmo válido para a compreensão do texto como um documento da consciência historiográfica e como peça importante para

a compreensão do ofício do historiador, sua prática, senão como testemunha estilística do próprio historiador em sua época. O que White faz, de fato, é deslocar o nível de determinação causal (do qual o texto é uma testemunha e resultado) de um nível declarado (isto é, o dos procedimentos declarados pelo autor para chegar a determinado objetivo ou para dar a conhecer determinada realidade histórica) para um não declarado. O historiador estadunidense, no fundo, afirma que a metalinguagem mais apropriada para a historiografia é a poética, não a epistemologia (DOMANSKA, 1994: 96), e sintomaticamente, a introdução de Meta-história chama-se *A Poética da história*. Essa perspectiva colocada em jogo por ele implica em uma outra hierarquia de prioridades: em primeiro lugar a escrita, uma vez que o principal nível de determinação causal é a linguagem, e em segundo lugar os métodos de pesquisa como sintomas da primeira. Não é à toa que, para Hans Kellner, a linguagem para White é uma espécie de “bedrock of order” (KELLNER, 1980: 11). Trata-se, no fundo, de uma inversão na hierarquia tradicional, entre método e estilo. Esta inversão, por sua vez, tem uma implicação importante: a caracterização da explicação como “efeito explicativo” (WHITE, 1973: 29). White vai ainda mais longe. As formas de explicação e a implicação ideológica, geralmente listados na parte teórica-metodológica, são consideradas como parte do estilo do historiador. Nesse sentido, a palavra estilo assume caráter ambíguo, uma vez que é tanto o instrumento pelo qual se analisa quanto elemento resultante da prefiguração do campo histórico combinado com as estratégias explicativas.

Retomando o argumento, é no espaço intermediário que há um discurso que White chama, por vezes, de poética, por vezes de retórica. Esse discurso é tropológico, que ele toma por desvio natural da linguagem em relação às coisas. O problema da natureza da linguagem está no centro das atenções entre as décadas de 70 e 80 e derivam, em grande parte, da repercussão do estruturalismo. Sob a denominação “tendência

lingüística ou retórica” há uma enorme e complexa articulação disciplinar. Não podemos deixar de notar a afinidade entre a recuperação da retórica e o estruturalismo e suas tendências posteriores.

Na França, o estruturalismo também suscitou uma aproximação entre historiografia e literatura, mais particularmente o romance. Paul Veyne desenvolveu, em *Como se escreve a história* de 1971, uma idéia que certamente podia ser considerada extravagante se comparada à tradição historiográfica francesa: “A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso” (VEYNE, 1982: 18). A essa afirmação, somam-se outras sobre a natureza do conhecimento historiográfico: “A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; [...]” (idem), assim como uma definição de evento: “Um evento destaca-se sobre um fundo de uniformidade; é uma diferença, algo que não podemos conhecer a priori [...]” (idem, p. 19). A posição de Veyne parece um tanto paradoxal quando vista pela primeira vez. Por um lado, afirma a sólida base de documentos e acontecimentos apreendidos através destes, que forma a fundação do conhecimento histórico. Porém, em movimento complementar, afirma a natureza necessariamente narrativa e ficcional deste conhecimento dos eventos: “A história é anedótica. Ela interessa porque narra, assim como o romance.” (idem, p. 23). A diferença principal entre história e romance reside em um ponto apenas, o de que a narrativa sobre acontecimentos verdadeiros: “Mas o historiador, esse, não é nem um colecionador, nem um esteta; a beleza não lhe interessa, a raridade, tampouco. Só a verdade.” (idem, p. 23). Veyne não deixa de mostrar as implicações de sua posição: “A história nunca ultrapassa esse nível de explicação muito simples; ela continua, fundamentalmente, uma narração, e o que se denomina explicação não é mais que a maneira da narração se organizar em uma trama compreensível.” (idem, p. 81). A

explicação histórica se dá sempre no sentido fraco da palavra, na medida em que não é capaz de explicar segundo princípios e teorias. A esse tipo de explicação, ele chama de sublunar, ou compreensão, que é a explicação através da narrativa.

Já em 1974 Michel de Certeau percebeu a extensão que poderiam assumir as idéias defendidas por Veyne. Ao listar certo desenvolvimento da epistemologia historiográfica a partir de Raymond Aron, de Certeau encadeia Veyne logo após a obra de Foucault, com o seguinte comentário:

Da mesma forma, quando Paul Veyne termina de destruir na história o que a passagem de R. Aron ainda lhe havia deixado de ciência causal, quando, nele a fragmentação dos sistemas interpretativos em uma poeira de percepções e de decisões pessoais não deixa de subsistir, como fato de coerência, senão as regras de um gênero literário, e como fato de referência, senão o prazer do historiador [...] (CERTEAU, 2006: 68).

Avaliação semelhante fez Roger Chartier. Segundo o historiador francês, ao resumir uma das posições que se chega a partir da constatação da identidade estrutural entre história e narrativa é que:

Ela pode significar, antes de mais, que a encenação em forma de intriga é em si mesma compreensão – e, portanto, que existem tantas compreensões possíveis como intrigas construídas e que a inteligibilidade histórica só se avalia em função da plausibilidade oferecida pelo relato (CHARTIER, 1990: 82).

A diferença entre o lançamento do livro de Veyne e White é de apenas dois anos. Em ambos, a relação entre fato histórico e narrativa historiográfica é problematizada e a solução de ambos é uma aproximação entre história e literatura. Tanto no caso de Veyne quanto no de Hayden White, a aproximação com o estruturalismo francês permitiu a formulação de conceitos históricos a partir das premissas do estruturalismo que, em

última instância, deriva de uma reflexão sobre a linguagem. Porém, no caso de White, há uma interpretação da retórica ligada à natureza da linguagem, de base tropológica. Retornaremos em seguida à *Introdução* de *Relações de Força* para ver em que consiste essa interpretação figurativa da natureza da linguagem.

A partir desta seção, nos encaminharemos cada vez mais para os modos como foram recuperados os conceitos da retórica e da poética da Antigüidade. Nesse sentido, é preciso dizer que não definiremos retórica, mas procuraremos acompanhar como cada autor utilizou a palavra. Não se trata apenas de Ginzburg e os pós-modernos; ou de Ginzburg e Aristóteles, mas também de como estes entram em contato e tornam operativas essas memorizações dos conceitos da retórica e também da poética da Antigüidade nos debates epistemológicos. Qualquer tentativa de definição nossa do conceito de retórica e poética nesse estágio da pesquisa implicaria em perder a diversidade de sentidos que a palavra assume na pena de cada autor.

A partir deste ponto, retomaremos o texto de Ginzburg de onde paramos. na mesma *Introdução* de *Relações de Força*. Nela, Ginzburg dá destaque para um opúsculo de Nietzsche como a raiz de uma interpretação anti-referencial da retórica. Podemos dizer que esse opúsculo é o eixo que organiza os nexos temporais e interpretativos do historiador italiano. Ele ainda nos fará retornar a Derrida, que por sua vez nos levará a Aristóteles. O foco de Ginzburg sobre o opúsculo é o de mostrar a denúncia da pretensão de verdade contida na linguagem como uma interpretação de Nietzsche:

Mas a pretensão do homem de conhecer a verdade, além de efêmera, é também ilusória. Ela tem as suas raízes na regularidade da linguagem (...). Toda palavra generaliza arbitrariamente uma experiência sensorial absolutamente específica; todo conceito encerra uma metáfora esquecida, mergulhada no inconsciente. (GINZBURG, 2002: 24).

O comentário de Ginzburg vai em direção à crítica usual do trecho, feita pelos especialistas na interpretação do filósofo alemão. Entre estes, é corrente a comparação entre a teoria da linguagem criada por Gerber em *Die Sprache als Kunst* e suas citações, por vezes ponto a ponto, por vezes resumida, feitas por Nietzsche. Para Gerber, a transformação dos estímulos sensíveis para o sujeito que se dá a conhecer estas sensações ocorre através de sucessivos processos metafóricos, onde a expressão lingüística seria apenas mais uma etapa metafórica e não um correspondente. Nietzsche resume a posição de Gerber em *Sobre a verdade e a mentira* da seguinte forma: “O que é uma palavra? A reprodução de um estímulo nervoso em sons. Mas deduzir do estímulo nervoso uma causa fora de nós já é o resultado de uma aplicação falsa e injustificada do princípio de razão” (NIETZSCHE, 2007: 30).

Sobre a verdade e a mentira pertence a um conjunto de textos retóricos de Nietzsche. Todos eles datam do longo intervalo entre *O Nascimento da Tragédia*, de 1872, e *Humano Demasiado Humano*, de 1878. Outros temas relacionados aparecem em textos da mesma época e são, em sua maior parte, textos curtos e por vezes inacabados: *O pathos da verdade*, publicado em *Cinco prefácios para cinco livros não escritos*; o próprio *Sobre a verdade e mentira em sentido extra-moral*, ditado em 1873 e mantido sem publicação até sua morte; entre os textos retóricos, destacamos as notas para o *Curso de Retórica (Darstellung der Rhetorik)*, um curso ministrado por ele na universidade da Basileia em 1872. Como dissemos, Gerber é a principal referência para os trabalhos retóricos de Nietzsche, e para Gerber a transformação dos estímulos sensíveis para o sujeito que se dá a conhecer estas sensações ocorre através de sucessivos processos metafóricos, onde a expressão lingüística seria apenas mais uma etapa metafórica e não um correspondente⁶⁸.

⁶⁸ Utilizamos como referência crítica para os trabalhos de Nietzsche desse período a Introdução crítica à compilação espanhola dos textos retóricos de Nietzsche, feita por Luis Enrique Gurevós. São compilados e traduzidos nessa edição: “Descrição da retórica antiga”, de 1872; “Compêndio da história da eloqüência”; “História da eloqüência

A denúncia da natureza da linguagem que há em *Sobre a verdade e a mentira* reaparece no *Curso de Retórica*, curiosamente fundamentado sobre uma determinada interpretação da Retórica de Aristóteles. Na primeira seção do texto, Nietzsche faz um inventário das fontes antigas e suas definições de retórica. Ao mencionar a Retórica de Aristóteles, afirma que esta é “exclusivamente filosófica”, passando então à paráfrase e ao comentário da definição aristotélica de retórica: “ῥητορικὴ δύναμις περὶ ἕκαστον τοῦ θεωρησῆσαι τὸ ἐνδεχόμενον πιθανόν “todo verossímil e persuasivo possíveis” (Aristot. Rhet. I 2).” (NIETZSCHE, 1999: 32). Curiosamente, a definição em grego citada não compreende o verossímil, mas apenas o persuasivo. Em seguida, passa para o comentário de δύναμις, onde nota que a retórica não é uma τέχνη nem uma ἐπιστήμη, mas sim “uma δύναμις que poderia se tornar τέχνη”. A gradação entre τέχνη e δύναμις faz crer que Nietzsche deu a interpretação usual ao termo – capacidade, faculdade⁶⁹. O termo δύναμις recebe outra tradução no § 3. Nesse trecho, Nietzsche associa a natureza da retórica à natureza da linguagem, retomando a obra de Gerber e associando-a à definição de Aristóteles:

A força de descobrir e fazer valer o que em cada coisa é eficiente e impressiona, que Aristóteles chama Retórica, é também a essência da linguagem: esta repousa tão pouco no verdadeiro, na essência das coisas quanto a retórica; ela não quer instruir mas sim, transmitir ao outro uma excitação e uma impressão subjetivas (idem, p. 37)

Neste trecho, δύναμις torna-se força – ou potência⁷⁰ – em alemão *Kraft*. Essa

grega”, 1872-73; “Notas sobre retórica”, 1872-73; “Introdução à Retórica de Aristóteles”, de 1874-75. Cabe notar que a edição brasileira traduz o primeiro texto como *Curso de Retórica*. As fontes modernas apontadas pelo tradutor espanhol são de duas naturezas: a primeira é mais próxima à filologia clássica alemã, como Volkmann, Spengel e Blass; a segunda é sobretudo Gerber e a lingüística e filosofia da linguagem romântica alemã que Nietzsche tomou conhecimento a partir deste (GUERVÓS, 2000: 16 e ss.). Um segundo texto importante para a compreensão dos textos compreendidos por esse período da produção de Nietzsche é o de Jean Lacou-Labarthe, *La détournement*, onde este explica como de forma abrupta a centralidade da música como fundamentação de sua visão estética do mundo foi substituída por uma visão retórica (LACOU-LABARTHE, 1971: 74).

⁶⁹ Há, contudo, certa ambigüidade, uma vez que Aristóteles chama a retórica por vezes de arte, por vezes de capacidade. Sobre esta indefinição, ver COPE, 1867: 33.

⁷⁰ Δύναμις, normalmente traduzida como potência é um dos conceitos chaves da física aristotélica, presente

tradução ressalta certo caráter violento, de memorização sofisticada, da retórica, reforçada pela afirmação de que o objetivo da retórica seria transmitir impressões. A referência a Aristóteles é precedida por uma definição de retórica bem próxima daquela presente em *Sobre a verdade e mentira*:

Mas não é difícil provar que aquilo que se chama “retórico” como um meio de arte consciente, já estava atuando, na linguagem e em seu vir a ser [Werden], como meio de arte, uma arte inconsciente e que, sob a clara luz do entendimento, a *Retórica é o aperfeiçoamento de artifícios que repousam na linguagem*. Não há nenhuma “naturalidade” não retórica da linguagem à qual se pudesse apelar: a própria linguagem é o resultado das meras artes retóricas (NIETZSCHE, 1999: 36).

A fortuna póstuma, motivo pelo qual Ginzburg coloca o texto em destaque, tem episódio capital na tradução e comentários publicados na revista *Poétique*, em 1971. O número inteiro foi dedicado à relação entre Nietzsche e a retórica, com especial atenção a *Sobre a verdade e a mentira*. Além de uma tradução do opúsculo para o francês, a edição continha artigos de Sarah Kofman, Phillipe Lacou-Labarthe e Jacques Derrida. Os dois primeiros compuseram seu artigos com fins analíticos, a primeira da metáfora em Nietzsche, o segundo sobre a essa fase retórica de Nietzsche, pouco conhecida até então.

O artigo de Jacques Derrida segue de perto a tese de Nietzsche, mas para seus próprios fins. Infelizmente, o artigo é muito longo e possui argumentação muito intrincada para que seja exposto aqui; mesmo se nos limitássemos apenas à argumentação sobre Aristóteles presente no texto, já seria uma tarefa exaustiva, pois as cerca de vinte páginas que dedica a Aristóteles já demandam uma análise própria, que ultrapassa nossas ambições com este texto. Da tese principal, e resumizando um tanto bruscamente, o artigo se esforça por demonstrar que os conceitos filosóficos são metáforas desgastadas.

sobretudo nos livros reunidos na *Metafísica*.

Estas metáforas são aquelas cujo uso tornou comum, uma figura que se desgastou a ponto de não ser percebida. A filosofia completou o apagamento da face, como em uma moeda (há aqui um jogo de palavras: as palavras são tomadas por moedas as quais a face apagou-se, o que implica o substantivo face e o verbo *effacer*) e deu uso absoluto às palavras sem face, sem a ligação com o sensível que as gerou. Ainda segundo ele, o conceito filosófico recebe uma sobrevida em uma metáfora morta, de modo que o estudo da metáfora na filosofia implica em um paradoxo de auto-implicação do conceito de metáfora, uma vez que o próprio conceito é uma metáfora de si próprio. Derrida, como Nietzsche, procura as condições de formulação do conceito, as relações de força e as hierarquias de valores, e seu esquecimento subsequente, que Derrida transforma em apagamento⁷¹. No trocadilho do conceito metafísico com o da moeda gasta, a atribuição de valor metafísico à palavra é uma espécie de usura.

A argumentação de Derrida sobre Aristóteles começa com o livro XX (1456b 19) da Poética, em que Aristóteles lista os elementos da léxis, associados a outros conceitos aristotélicos: “A tese filosófica pertence a um sistema de interpretação que conjuga *metaphora*, *mimesis*, *logos*, *physis*, *phonè*, *semainein*, *onoma*.⁷² Para restituir o movimento a esta cadeia, é necessário estar atento ao *lugar* dos desenvolvimentos sobre a metáfora, tanto na Poética como no livro III da Retórica.” (DERRIDA, 1991: 272, grifos do autor). O Aristóteles de Derrida em *La mythologie blanche* se mostra para o leitor quando o filósofo francês demonstra que a ordem ontológica das predicções categóricas dependia, em última instância, da teoria da metáfora. Cabe notar que Derrida fala de uma tese filosófica sobre a metáfora, recorrendo aí a Aristóteles, pois deste seria a formulação mais efetiva. Por isso, terá que demonstrar a auto-implicação da tese aristotélica,

⁷¹ O que não significa que Derrida concorde com Nietzsche em todos os aspectos. Derrida critica ao filósofo alemão a vontade de substituir uma interpretação apagada por outra mais real.

⁷² Da mesma forma em que optamos por manter os caracteres gregos quando reproduzimos seu uso no texto de Nietzsche, manteremos a grafia que encontramos no artigo de Derrida, apenas para mostrar que o sentido da palavra diz respeito ao uso que faz o filósofo francês.

conforme defendida no artigo. Para obter tal objetivo, a *Poética* e a *Retórica* de Aristóteles, de livros marginais para a interpretação do sistema filosófico do estagirita, passam ao centro:

Tudo o que, na teoria da metáfora, se ordena por este sistema de distinções, ou, pelo menos, pelo seu princípio, parece pertencer à grande cadeia imóvel da ontologia aristotélica, com a sua teoria da analogia do ser, a sua epistemologia, mais precisamente com a organização fundamental da sua poética e da sua retórica. (DERRIDA, 1991: 276).

Derrida recorta na superfície dos textos aristotélicos sua versão do filósofo estagirita. Ainda que não faça a referência, Derrida recorre à lista de Diógenes Laércio e a conhecida suposição acerca do tratado sobre a *léxis*

Ora, o discurso sobre a metáfora pertence a um tratado *peri lexêos*. Existe a *lexis* e nela a metáfora na medida em que o pensamento não é manifesto por si próprio, na medida em que o sentido do que é dito ou pensado não é o próprio fenômeno. A *diánoia* enquanto tal não possui relação com a metáfora. Há metáfora apenas na medida em que alguém é suposto manifestar por uma enunciação tal pensamento que em si permanece inaparente, escondido, latente. O pensamento cai sobre a metáfora, ou a metáfora sobre chega ao pensamento no momento em que o sentido tenta sair de si para dizer, enunciar, transportar-se à luz da língua. E, todavia, - e é esse o nosso problema - a teoria da metáfora permanece uma teoria do sentido e postula uma certa naturalidade originária desta figura. Como isso é possível? (DERRIDA, 1991: 273).

O trecho acima citado parece ainda remeter ao livro VI da *Poética*, onde Aristóteles lista os seis elementos da tragédia (1450a 38 – 1450b 20), entre eles a *diánoia* e a *léxis*, pois, logo no parágrafo seguinte, remete a *diánoia* à retórica, como faz o texto aristotélico. A exposição da teoria da metáfora é em seguida relacionada à oposição entre sentido próprio e sentido figurado a partir da possibilidade de sentido do nome – *onoma*.

Nenhum traço interno distingue o átomo de som animal e letra. É apenas a partir da composição fônica significativa, a partir do sentido e da referência, que se deveria, portanto, distinguir a voz humana da voz animal. *O sentido e a referência, isto é, a possibilidade de significar por um nome.* O próprio dos nomes é significar qualquer coisa (Ta de onomata semainei ti. Retórica III, c. X, trad. fr. Garnier, p. 349), um ente independente, idêntico a si, e visado como tal. É neste ponto que a teoria do nome, tal como é implicada pelo conceito de metáfora, se articula com a ontologia. Independentemente, o limite, clássico e dogmaticamente afirmado, entre o animal privado de logos e o homem como zôon logon ekon, o que aparece aqui é uma indissociabilidade de sistema entre o valor da metáfora e a cadeia metafísica que mantém reunidos os valores do discurso, de voz, de nome, de significação, de sentido, de representação imitativa, de semelhança; ou, para reduzir o que estas traduções importam ou deportam, os valores de logos, phonè, semantikè, semainein, onoma, mimesis, homoiosis. A definição da metáfora está no seu lugar na Poética que se abre como um tratado da mimesis (DERRIDA, 1991: 277).

Derrida, que começou a argumentação *recortando* o livro XX do restante da Poética (referindo-o a um tratado perdido, sobre a *lexis*), *reintegra* o trecho para relacioná-lo à mimesis. É interessante notar, além disso, que Derrida evita a discussão sobre a trama ou enredo ao falar da mimesis, preferindo aí retomar diretamente a *lexis*. A partir daí, relaciona *lexis-mimesis* à *physis*:

No início da Poética, a mimesis é postulada de algum modo como uma possibilidade da própria *physis*. [...] A mimesis é, portanto, neste sentido, um movimento “natural” Esta naturalidade é reduzida e confiada à fala do homem.” (idem, p. 277-278).

Evitaremos a discussão sobre a metáfora do sol, o heliotropo. Porém, é conveniente sublinhar a redução da *mimesis* à fala, e, portanto, da estreita vinculação entre *mimesis*, *lexis*, *metaphora*. Vinculação que não ocorre sem efeito, pois enrijece a noção de metáfora, vinculando-a a um nome próprio:

A metáfora consiste numa substituição de nomes próprios tendo um sentido e um referente fixos [...]. O nome próprio é aqui o primeiro motor não metafórico da metáfora, o pai de todas as figuras (p. 284).

Derrida localiza então um exemplo em que “Não está aí pelo menos presente qualquer nome próprio, aparentemente como tal” (idem, p. 284). Não havendo próprio para o nome, a metáfora se multiplicaria de forma desorganizada, que se pode chamar de “errância semântica”:

Mas este processo, Aristóteles não o diz, pode-se prosseguir e complicar até ao infinito. Não sendo qualquer referência propriamente nomeada numa tal metáfora, a tal figura é arrebatada na aventura de uma longa frase implícita, de uma narração secreta que nada nem ninguém assegura que reconduzirá ao nome próprio. A metaforização da metáfora, a sua determinabilidade sem fundo, parece inscrita na estrutura da metáfora, mas como a sua negatividade. (idem, p. 284)

Ora, a errância semântica, que o filósofo francês supõe escondida em Aristóteles, é capaz de arruinar qualquer relação entre próprio e figurado, implicando aí a relação apenas entre figurados. Eis, na opinião de Derrida, a ruína do sistema filosófico de Aristóteles. Acompanhando a tese principal do artigo, temos a teoria metafórica da metáfora, que se auto-implica e se auto-destrói, uma vez que a teoria da metáfora em vez do controle do sentido transportado, cria seu descontrole. Ainda segundo Derrida, a teoria metafísica do nome próprio seria então uma violência, um ato de controle: “Todo o onomatismo que comanda a teoria da metáfora, toda doutrina aristotélica dos nomes simples (Poética 1457a) constituiu-se para assegurar as enseadas da verdade e da propriedade.” (idem, p. 285).

Acerca da versão do filósofo estagirita, que nos seja permitido um breve comentário. O filósofo francês problematiza a relação entre próprio e figurado não só em

Aristóteles mas como no artigo todo. Há duas formas em que normalmente se seleciona no artigo essa expressão, das quais uma foi citada a versão transliterada: “Ta de onomata semainei ti. Retórica III, c. X” (idem, p. 277). Cumpre mencionar que essa expressão de propriedade – “próprio dos nomes é significar algo”, é a tradução sugerida – se dá numa perífrase; a relação de propriedade expressa pelo tradutor não está presente na frase em grego, de modo que ela poderia ser vertida omitindo-a. Sublinhamos essa opção do tradutor por causa do uso enfático que essa palavra assume na seleção de Derrida. Cabe notar que nesse trecho da *Retórica* Aristóteles trata do uso de expressões elegantes (ou urbanas, em contraposição ao rústico) e das que gozam de melhor reputação. Trata-se, portanto, de como a palavra é reconhecida, como ela circula, e não da definição da relação inequívoca entre termo e referente. Outra forma de propriedade, no sentido desejado e utilizado (desta vez apenas traduzido) por Derrida, aparece na *Poética*. A palavra que Aristóteles se serve para expressar a relação entre próprio e figurado é *κύριος* (*kýrios*). O tradutor e comentador americano da *Poética* Stephen Halliwell traduz o termo por “termo padrão” (standard term), em vez de termo próprio (Halliwell, loeb, p. 103 1457b, 1). O adjetivo *κύριος* traduz uma relação de poder entre palavra e coisa, mas não de naturalidade; a palavra é empregada sempre nesses contextos legais ou consuetudinários em que se expressa uma relação de autoridade. O uso das palavras no discurso retórico está sempre ligado à avaliação dos juízes, seja no caso de uma oratória deliberativa, epidítica ou judiciária. A relação de propriedade seria, portanto, não uma relação natural no caso da *Poética* e da *Retórica*, mas do uso mais adequado diante dos padrões de avaliação dos ouvintes. Não há, portanto, relação de propriedade no sentido que uma palavra significa necessariamente uma coisa, mas de propriedade no sentido de dar a um nome o significado reconhecido por uma comunidade de ouvintes. A avaliação de Derrida seria mais justa caso ele apontasse a relação que há, segundo Aristóteles,

entre percepção e conceito, a qual seria igual em todos os seres humanos.

Outro ponto que se liga a esse é a tentativa de Derrida de creditar a Aristóteles uma relação de naturalidade entre o som das palavras e seu significado, associando a relação entre o movimento da metáfora, a ausência da palavra própria (som e referente) e a presença da palavra figurada (também som e referente), compondo um sentido em que não há referência alguma. Embora o filósofo francês esteja certo ao afirmar que “apenas a partir da composição fônica significativa, a partir do sentido e da referência” que se pode diferenciar a voz humana da animal, exagera ao creditar um significante a uma referência “um ente independente, idêntico a si, e visado como tal” (DERRIDA, 1991: 277). Evidencia-se aí o atalho tomado por ele, pois o texto mais adequado para discutir tal relação dentre as obras do *corpus* aristotélico não é este trecho da *Poética*, mas sim o trecho inicial do *De Interpretatione*. O recorte de Derrida mostra a ligação dessa teoria dos nomes de Aristóteles na *Poética*, sem, contudo, referir o trecho do *De Interpretatione* sobre o mesmo tema. Ora, nesse tratado, Aristóteles retoma esses mesmos pontos referentes à constituição do nome e do verbo, prosseguindo à sentença e à proposição, em vez de se voltar à descrição da metáfora (*De Interpretatione*, I-II). Sobre o nome, afirma-se no tratado que este é construído por convenção: συνθήκη, oriundo da partícula συν e do verbo τίθημι (LIDDEL; SCOTT, 1846: 1438), colocar junto, os quais adquirem quando empregados conjuntamente o sentido de contrato, convenção, muito próximo, portanto, da relação que há entre a palavra própria – κύριος – da que foi transposta pela metáfora. A relação entre referente e palavra se dá sempre através da mediação do homem, pois seus estados de alma diante das coisas são invariáveis, mas as palavras que as destinam podem sempre variar. Desse modo, um nome não pode ser nunca verdadeiro ou falso, a não ser que integre uma proposição. Além disso, temos indicações na *Ética a Nicômaco*, além do próprio *De Interpretatione*, que o uso da linguagem se dá

em níveis. Há o nível da opinião, dos paradoxos, empregados pelos sofistas; o nível da verossimilhança, da retórica e acima desta da poética; e por último o nível das proposições, da fala veraz, da filosofia. Ora, a palavra não tem autonomia de sentido, mas está submetida à hierarquia poética criada pelo próprio Aristóteles, que coloca em primeiro lugar a trama, em seguida o caráter, o pensamento, a linguagem e a cenografia. Longe de significar o próprio, a palavra poética encadeada na trama poética significa sempre o verossímil. Derrida, por sua vez, ao propor sua tese, inverte a ordem colocando a linguagem em primeiro lugar. Cabe notar que tanto a retórica quanto a Poética são compostas de pedaços de outras atividades humanas, no caso da retórica a política para as discussões públicas, a dialética para a composição dos raciocínios probativos, a ética para a descrição dos estados de alma, a poética para a escolha das figuras, por exemplo; na poética, a retórica para a composição daquilo que aparece como “pensamento”, a léxis tem certo estatuto ambíguo, ao mesmo tempo dentro e fora da arte poética, a música. O caso da léxis é um pouco mais complexo, na medida em que em certa passagem da Poética, afirma o filósofo grego que as modalidades de uso da linguagem não pertenciam à poética, e o recorte brusco do tratado para a introdução da léxis sugerem que ela pertença de fato a outro domínio do conhecimento. Na *Retórica*, contudo, em diversos momentos Aristóteles recomenda ao orador tomar cuidado com as metáforas, para que o discurso não soe por demais poético, como fazia Górgias, o que torna a enunciação frívola. O sentido de poético, nessa advertência, é o sentido comum da palavra – versificado – e não o sentido mimético empregado na Poética⁷³ (Rhet. 1406a, e 1404b, por exemplo).

Através desses comentários, não desejamos refutar ou invalidar, mas mostrar os

⁷³ Aristóteles emprega o adjetivo “poético” de duas maneiras: como sinônimo para o que é conhecido vulgarmente como semelhante à poesia, isto é, metrificado; em segundo lugar há o seu uso filosófico, decorrente da sua posição defendida na Poética. Na *Poética* em 1456b 14-16, afirma que a métrica faz parte de outra arte que não a poética, ou seja, que pertence ao primeiro modo de dizer e não ao segundo.

pontos de resistência à interpretação, assim como sugerir que uma discussão posterior é necessária caso se queira manter o argumento como uma leitura dos textos de Aristóteles. Analisando dessa forma o texto, cremos poder delinear melhor o recorte e a apropriação dos textos do *corpus* aristotélico e melhor avaliar o artigo de Derrida como documento de uma interpretação, esta condicionada pela associação da teoria do signo lingüístico à teoria da metáfora, ainda que o autor faça a associação para questionar sua validade. Cabe notar que a errância semântica não é o objetivo final de Derrida, mas apenas uma etapa da construção de sua argumentação, que finda nas duas destruições da metáfora (e às quais não descreveremos pois nos leva mais adiante que já fomos no assunto).

A leitura que fez Derrida de Aristóteles nos parece muito semelhante à descrição do desconstrucionismo que dá Harlan, sobre a cadeia de referências de significante a significante, de figura em figura, conforme nós já citamos e tomamos a liberdade de repetir:

Instead of a structured system generating fixed meanings, we were left with an endless chain of signifiers in which meaning is always deferred and finally absent. There is no external point of reference, no ultimate word, no "transcendental signified" that will ground meaning, guaranteeing it once and for all. There is only the incessant and unremitting play of signifiers - signifiers freed from the tyranny of the signified, signifiers no longer chained to the structuralist grid of rules and oppositions (HARLAN, 1989: 582).

Diante dessa dispersão da *doxa* desconstrucionista não é difícil crer que a problematização da metáfora tenha sido oportuna. O que o texto elíptico de Ginzburg não nos relata é como se desenvolveu a tendência de relacionar a metáfora ao signo lingüístico e por isso o problema da interpretação não-referencial, a qual Ginzburg credits a Nietzsche, ainda persiste, embora ele fale de ceticismo ou teoria da autonomia do significante.

Por mais que tenhamos tentado explicitar o emprego de termos, o uso dos argumentos, contextos possíveis, assim como os destinatários, acabamos caindo – não sem surpresa – na elipse tantas vezes aqui sublinhada. Algumas perguntas permanecem sem resposta: por que Ginzburg não tratou do *Curso de Retórica*, preferindo mostrar apenas *Sobre a verdade e a mentira em sentido extra-moral*? A raiz nietzscheana dessa interpretação sobre a metáfora é condição suficiente para sua demonstração, não sendo sua recuperação igualmente importante? Sabendo dessa recuperação moderna, por que argumentar tomando por base apenas os relatos biográficos do círculo de Derrida? Perguntas as quais apenas outro leitor, com outros filtros de leitura, possa responder, senão o próprio Ginzburg.

CONCLUSÃO

Reservamos para o final o balanço de nossa pesquisa, como é conveniente. Trata-se, de fato, de uma exigência de fechamento, uma exigência narrativa. Acompanhamos aqui Michel de Certeau: “A primeira imposição do discurso consiste em prescrever como início aquilo que na realidade é um ponto de chegada, ou mesmo o ponto de fuga da pesquisa” (DE CERTEAU, 2006: 194). Com essa afirmação, De Certeau fala da “indefinição” dos processos de pesquisa e da “servidão” desta em relação à pesquisa. Aponta, com justiça, a lógica própria da narrativa historiográfica, que diz respeito aos seus lugares de produção. A conclusão, nesse sentido, não sinaliza apenas o fim da pesquisa, mas o fim da narrativa. Dessa exigência de fechamento trazemos poucas conclusões, pois não cremos que esta pesquisa tenha, de fato, um fechamento.

Em primeiro lugar, retomaremos o capítulo precedente. Nele, nos questionamos de onde veio a argumentação sobre a metáfora na Introdução de *Relações de Força*, e nossa hipótese se dá na defesa da centralidade de um artigo de Derrida sobre a metáfora. O artigo, por sua vez, defende (in)certa assimilação ao signo lingüístico da teoria da metáfora. Comum a essa interpretação é a assunção de que, seja sozinha, seja com as demais figuras de linguagem, a metáfora é a totalidade da retórica ou sua parte essencial. Segundo Gerrard Genette, a redução da retórica às figuras de linguagem é uma interpretação recente, que remonta aos tratados de estilo e retórica do século XVIII, destinados ao ensino público. A retórica, nesse caso, já havia se tornado uma arte essencialmente escrita. Não custa lembrar, as figuras de linguagem pertenciam às virtudes da elocução – ou *léxis* – junto com a clareza, a correção de linguagem, procedimentos que davam ao orador a distinção de seu discurso, e estava associada aos gêneros de elocução, o alto, médio e o baixo. Situa-se nessa linha de restrição, como a chama Genette, da retórica a associação do signo lingüístico às figuras de linguagem em especial a metáfora. Um primeiro exemplo temos em Roman Jakobson, que em seu artigo *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*, de 1954, afirma que os níveis superiores da linguagem, acima do signo lingüístico, oscilam entre dois polos, os de substituição e concatenação, aos quais ele identifica aos tropos da metáfora e da metonímia.

Já na década de 1960, Roland Barthes herda a preocupação de Jakobson com

essa lingüística segunda, que diz respeito aos níveis superiores à palavra e ao signo lingüístico. Para Barthes, essa lingüística segunda se constituiria como uma *retórica*, uma mudança de denominação, uma vez que o termo *poética*, utilizado até então, tendia a denotar a linguagem poética em detrimento à prosa. Barthes, que publica *A análise retórica* em 1966, ministrou no ano anterior um seminário sobre a retórica antiga, cujo sumário foi publicado em 1970. Ainda em 1966, a publicação de *Introdução à análise estrutural da narrativa* traz o desenvolvimento dos estudos do crítico francês e sua descrença em relação à possibilidade dos fatos narrados significarem nada mais que uma função narrativa. Uma das experiências de Barthes com essa lingüística segunda é a sua análise da narrativa histórica, conforme é possível encontrar em *O Discurso da história* e *O efeito do real*⁷⁴, ambos de 1967 e muito citados a partir da década de 1970 nos EUA como uma referência para o pensamento pós-moderno ou desconstrucionista. Há, portanto, íntima relação entre os estudos de retórica e o ceticismo em relação à narrativa histórica. O uso da palavra poética seria na verdade o estudo da qualidade artística da mensagem verbal, conceito que faz referência ao trabalho de Jakobson e demais formalistas russos. Estes últimos se referiam a essa especificidade artística da mensagem verbal como *Literaturnost*, ou *literaturidade*.

Em 1968, Todorov formulava bem qual seria o objeto da crítica literária estruturalista a qual ele chamava de poética:

Ce n'est pas l'œuvre littéraire elle-même qui est l'objet de la poétique: ce que celle-ci interroge, ce sont les propriétés de ce discours particulier qu'est le discours littéraire. Toute œuvre n'est alors considérée que comme la manifestation de une structure abstraite et général, dont elle n'est qu'une des réalisations possibles. C'est en cela que cette science se préoccupe non plus de la littérature réelle, mais de la littérature possible, en d'autres mots: de cette propriété abstraite qui fait de la singularité du fait littéraire, la *litteraturité*. Le but de cette étude n'est plus d'articuler une paraphrase, un résumé raisonné de l'œuvre concrète, mais de proposer une théorie de la structure et du fonctionnement du discours littéraire, une théorie qui présente un tableau des possibles littéraires, tel quel les œuvres littéraires existantes apparaissent comme des cas particuliers réalisés (TODOROV, 1973: 19-20).

⁷⁴ Escreveu Barthes em *O efeito do real*: “Semioticamente, o “pormenor concreto” é constituído pela colusão direta de um referente e de um significante: o significado fica expulso do signo e, com ele, evidentemente, a possibilidade de desenvolver uma *forma do significado*, isto é, na realidade, a própria estrutura narrativa (...). É a isso que se poderia chamar *ilusão referencial*” (BARTHES, 2004: 189 itálicos no original).

Pode-se objetar que Todorov tem por objetivo o discurso literário, mas a crítica estruturalista, ao reconhecer a especificidade da narrativa na linguagem, não reconhece a diferença entre literatura ou ficção e história tradicionalmente estabelecida na veracidade ou não dos fatos narrados. Essa é a conclusão a que chegou Barthes, de que do ponto de vista da narrativa, o discurso histórico utiliza mais efeitos de realidade que fatos propriamente (uma vez que os fatos não podem ser integrados na narrativa). A crítica literária estruturalista, assim como suas noções de retórica e poética, defendem um uso intransitivo da linguagem, em que a flexão da linguagem sobre si é mais importante que sua capacidade comunicativa. Essa é a avaliação do filósofo francês Jacques Rancière. Para ele, a crítica literária estruturalista está marcada pelo pensamento moderno, a de desvencilhar da representação a arte literária; movimento análogo ao que houve em outras artes:

D'autres ont voulu prendre en compte l'historicité du concept de littérature. Mais ils l'ont généralement fait dans le cadre du paradigme moderniste. Celui-ci détermine la modernité artistique comme la rupture de chaque art avec la servitude de la représentation, qui en faisait le moyen d'expression d'un référent extérieur, et sa concentration sur la matérialité propre. On a donc posé la modernité littéraire comme la mise en oeuvre d'un usage intransitif du langage opposé à son usage communicatif. (RANCIÈRE, 2007: 12)

Para ele, a especificidade da literatura não está na própria linguagem, mas na partilha do sensível que houve no final do século XVIII que permitiu que a literatura se construísse como campo autônomo. Essa construção, por sua vez, está ligada ao naufrágio da retórica:

La absoluité du style, c'était d'abord la ruine de toutes les hiérarchies qui avaient gouverné l'invention des sujets, la composition des actions et la convenance des expressions. Dans les déclarations mêmes de l'art pour l'art, il fallait lire la formule d'un égalitarisme radical. Cette formule ne reversait pas seulement les règles des arts poétiques mais toute un ordre du monde, tout un système de rapports entre des manières d'être, des manières de faire et des manières de dire. L'absolutisation du style était la formule littéraire du principe démocratique d'égalité (idem, p. 19).

A retórica deixou de ser uma das condições de inteligibilidade dos sujeitos no mundo letrado quando a divisão hierárquica da sociedade que a suportava ruiu. A

principal força dessa que havia até o século XVIII era a caracterização apropriada dos sujeitos segundo o estilo oratório: os estilos alto, médio e baixo. Rancière argumenta então que escritores como Flaubert eram democráticos na medida em que caracterizavam com a mesma linguagem sujeitos de níveis hierárquicos diversos, fato apontado como desabonador por seus críticos contemporâneos (idem, p. 16).

A partir do final do XVIII e do XIX, vemos a retórica ser substituída pela literatura. Rancière trata a emergência do conceito de literatura como a própria escrita em evidência. Já David Wellbery lista inúmeras *condições de impossibilidade* da retórica surgidas ao longo do século XIX, que são seguidas de outras condições que permitiram o ressurgimento de parte dela nas últimas décadas. Entre as condições negativas está a valorização da subjetividade contra o estabelecimento da norma (os manuais de retórica e poética, desde a Antigüidade, são sempre prescritivos); do nacionalismo, com a valorização das línguas e literaturas⁷⁵ nacionais em detrimento à vocação internacionalista (que tem o latim como referência) da retórica clássica; a ascensão do discurso científico como dominante, pois este desde seus primórdios combate a retórica como discurso falacioso contrapondo a ela o tratamento objetivo dos fatos e da linguagem; a substituição do modelo oratório pelo escrito, assim como a alfabetização da Europa. A alteração de algumas dessas condições possibilitaram o retorno parcial da retórica: o desmoronamento do ideal de objetividade e de subjetividade fundadora; a formação da sociedade de massas e com suas formas orais de comunicação, como a televisão; as formas orais ainda substituíram parte do papel da imprensa escrita; a nova internacionalização da cultura e a formação de jargões, socioletos e idoletos próprios nas diferentes regiões da sociedade (WELLBERY, 1998: 30). Dessa forma, nossa época não seria uma época em que a retórica se oferece como um saber organizado, mas como um saber que está entranhado nas diversas disciplinas e não assume forma estável. Nas palavras de Wellbery, o modernismo seria “uma época não de retórica, mas de retoricidade” (WELLBERY, 1998: 31).

Jacques Derrida publica seu principal livro *Da gramatologia* no mesmo ano em que Barthes falava da segunda lingüística, a do discurso, em 1967. Igualmente preocupado com essa lingüística, embora nunca recorra a essa denominação, Derrida empreende a crítica do primado do nome, atribuindo-o à metafísica (ou, recuperando Heidegger, a onto-

⁷⁵ Em livro organizado por Marc Fumarolli, Antoine Compaignon narra a trajetória da retórica da metade para o final do século XIX na França e nos EUA. Segundo ele, as cadeiras de retórica são substituídas por cadeiras de literatura nacional em períodos praticamente simultâneos nos dois países (nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX). Os manuais de retórica, sobretudo os ingleses e americanos, tornam-se manuais de Belas Letras, Estilo ou, de forma mais geral, escrita. (FUMAROLI, 1999: 1215-1282).

teleologia) vigente desde Platão. É nessa perspectiva que ele tenta substituir a relação arbitrária do signo pelo traço imotivado, radicalizando Saussure, concebendo-o como forma de escritura na qual toda forma de comunicação humana se inscreve, invertendo as relações entre fala e escrita. *A mitologia branca*, de 1971, é o prosseguimento dessa linha de reflexão de Derrida, e este passa a defender o primado da sintaxe para a definição do sentido no lugar do nome, invertendo aí outro par de oposições que ele atribui à metafísica. Nesse sentido, a auto-destruição da metáfora, ou da metáfora como ruína do conceito filosófico e do conceito filosófico de metáfora, impossibilita a atribuição de sentido metafísico a palavras comuns, procedimento filosófico por excelência. Assim, a análise dos conceitos por eles próprios perde seu sentido, remetendo sempre a uma sintaxe, o que acaba por erodir a divisão entre filosofia e literatura ou crítica literária⁷⁶, pois tudo se concentraria na interpretação de base sintática e não mais onomástica⁷⁷.

A transposição da filosofia de Derrida para os EUA causou um efeito que só podemos avaliar como análogo à refração. Como aponta José Vasconcelos, a filosofia de Derrida, em solo estadunidense, aclimatou-se nos departamentos de crítica literária e não filosofia. O então chamado desconstrucionismo foi o sucedâneo das já envelhecidas técnicas de leitura do *New Criticism*, e por isso acabou por se tornar mais formal, mais metodológica, mais aplicável. Não por acaso, os adeptos dessa leitura desconstrucionista – baseados em sua maioria em Yale e participantes da Yale French Studies – são chamados de formalistas de Yale, entre os quais está Paul de Man. Essa versão aclimatada da filosofia de Derrida, junto com outras correntes igualmente derivadas do estruturalismo e pós-estruturalismo francês, chegaram à historiografia causando grande

⁷⁶ Escreve Jean-Luc Almaric sobre a tese de *A mitologia branca*: "À ses yeux, en effet, une métaphore usée n'est qu'une métaphore lexicalisée qui vient s'ajoinde à la signification littérale parce qu'elle ajustement perdu sa 'fécondité' métaphorique" (ALMARIC, 2007: 25). Adiante na sua análise, ele cita a consequência da tese sobre a metáfora: "Non seulement elle [a morte da metáfora impensada*] ruine l'opposition entre concept et métaphore, entre sens propre et sens figuré, mais, en outre, elle bruisse la distinction entre philosophie et littérature ainsi que le partage rassurant entre écriture philosophique et écriture poétique" (idem, p. 50).

⁷⁷ Há aqui uma longa e profunda discussão que só pode aqui ser mencionada sem muitos detalhes. Paul Ricoeur, ao tentar refutar a tese de *A mitologia branca* em *A metáfora viva*, aponta na interpretação de Derrida um resquício escolástico que se deve a Heidegger, a saber, de interpretar a relação da substância com as demais categorias como uma espécie de analogia semelhante à analogia metafórica presente na Poética. Ricoeur, interessado, ao contrário de Derrida, em estabelecer a autonomia do discurso filosófico em relação ao poético, afirma que essa relação de derivação não pode ser chamada de analogia (RICOEUR, 2000: 452). Esse desvio escolástico se deve provavelmente à interpretação feita por Heidegger da metafísica aristotélica. Enrico Berti afirma que, apesar de ter rompido com o catolicismo, Heidegger manteve a interpretação escolástica da relação entre substância e categorias como uma forma de analogia. Berti afirma que Heidegger privilegiou alguns aspectos das formas em que o ser pode ser dito por Aristóteles (o ser por acidente, o ser por si, o ser como verdade e o ser segundo a potência e ato), a saber, o ser como verdade e o ser segundo potência e ato. A conclusão de Berti é que a interpretação de Heidegger faz o leitor crer que Aristóteles defende uma concepção unitária da substância, que daria base a todos os outros sentidos, quando na verdade tal concepção não existe na ontologia aristotélica (BERTI, 1997: 84-5). Um estudo aprofundado é necessário para verificar tal ligação, mas caso ela se confirme, a ligação entre as filosofias de Heidegger e Derrida explicaria a interpretação da Poética presente em *A mitologia branca*.

alarde entre os praticantes mais antigos da profissão.

Ginzburg instalou-se nos EUA no ápice da discussão geral sobre o tema. Não tardou a assimilar à discussão sobre pós-estruturalismo e pós-modernismo a um outro movimento, externo à academia, o do revisionismo do Holocausto. Não foi o único, deve-se dizer, mas no que diz respeito ao seu próprio trabalho, viu-se que ele seguia de perto as advertências formuladas por Arnaldo Momigliano no começo da década de 1980. Mais do que isso, passou a adotar a tese sobre o antiquarismo de Momigliano, associando-a a seus trabalhos. Marcante para a carreira de Ginzburg também é a mudança no modo como ele passou a veicular seu trabalho. Em vez de livros monográficos, ensaios. As conferências de Jerusalém são um dos primeiros trabalhos dessa linha, embora *Olhos de Madeira* tenha sido publicado um ano antes (1998 e 1999).

Agora, no final do trabalho, deixamos uma das perguntas que o leitor tenha se feito durante todo o trabalho. Mas qual seria então a proposta de Ginzburg para a historiografia? Não há formulações sistematizadas, mas muito mais conselhos esparsos aqui, lá e acolá. Em primeiro lugar, vamos à leitura de documentos. Como pôde ser visto no capítulo 2, a leitura de documentos é vista por Ginzburg como uma atividade próxima à antiquária, e por isso há a adoção da tese de Momigliano. Mas há outra versão, mais ligada aos seus trabalhos de história da arte. Em um artigo de poucas páginas publicado na revista *The Art Bulletin*, Ginzburg reclama da tendência de alguns críticos de arte de combinarem positivismo com ceticismo, o que os leva a rejeitar a *connoisseurship*:

These remarks betray an interesting confusion. On the one hand, Michel rightly stresses that we do not have direct access to David (or to any historical phenomenon). On the other, he is not able to see that even our certainty that David existed relies on a series of interpretive, constructive acts. Only a naive positivist can believe that archival series, including eighteenth-century birth records, are self-evident: for instance, the occurrence of two individuals with the same name (an admittedly trivial case) suggests the opposite. A series of similar, albeit more complex interpretive acts permits us access to David the painter: "the real David," according to Michel's bizarre definition. Our interpretation, which is, of course, historically bound, is limited by the evidence we (re)construct; eventually it may be disproved. Only a naive skeptic can dismiss the possibility of historical knowledge by bluntly saying that David is "a painter of today." This mixture of positivism and skepticism provides the background for Michel's rejection of "the old connoisseurship whose naive empiricism has, in the last hundred years, had some incredibly damaging effects." He rejoices in noticing that "the Anglo-Saxon countries," which had been the birthplace of connoisseurship, are

now experiencing "a full metamorphosis, ranging from neostructuralism to postmodernism." (GINZBURG, 1995: 534)

Ginzburg discorda do crítico de arte francês a respeito da validade da tese acerca da existência de David, tese que apareceu no trabalho de Jenkins no campo da historiografia. Mas o mais importante é sem dúvida a forma como se pretende alcançar o “verdadeiro David”: através de “more complex interpretive acts”. Essa expressão significa no artigo a defesa do bom connoisseur, uma figura multidisciplinar que aborda os documentos, pois os documentos são eles próprios resultados de atividades e contextos múltiplos. Seria para ele uma forma mais silenciosa e eficaz de aplicar os preceitos teóricos, uma interdisciplinaridade interna (idem, p. 536). O contraponto teórico à precisão da leitura dos documentos e aos procedimentos complexos (interdisciplinares) de leitura é a possibilidade de que exista uma prova contrária: “eventually it [interpretation] may be disproved”. Ora, o termo *prova* não diz respeito apenas aos processos de leitura de documentos, mas à argumentação e à persuasão. Ginzburg evita afirmar que a prova histórica deve persuadir, mas o elemento está implicado na comparação morfológica. Esse tipo de comparação – como a feita em *Indagações sobre Piero*, sobretudo no que diz respeito à identificação do Cardeal Bessarion – combina procedimentos como a leitura antiquária, filologia e iconologia, mas ainda assim exige persuasão. Não devemos esquecer que se algo é provável é porque ele também é incerto. A probabilidade é o mote do texto que mais se aproxima de um manifesto, *Provas e possibilidades*, escrito como posfácio para *O retorno de Martin Guerre*. As lacunas documentais do caso de Martin Guerre levaram a autora, Natalie Zemon Davis, a tentar preencher as lacunas, mas sempre cuidadosamente, com inúmeras medidas de cautela, apontando mais probabilidades que certezas. Como vimos no caso Sofri, o historiador mais que o juiz pode se utilizar desse procedimento. Teria sido a ênfase na leitura de documentos, Ginzburg encarnando aí o bom connoisseur, ou o novo antiquário, que o teria feito ligar Aristóteles ao antiquarismo de modo tão decisivo? Não se trata de uma ligação disparatada, mas em que medida ela está presente na retórica? Nesse sentido, a interpretação de Ginzburg parece ser mais uma solicitação externa. Talvez atraído pela possibilidade de explorar o passado através do estabelecimento dos fatos, assim como na aproximação entre o juiz e o historiador, Ginzburg tenha sido levado a aproximar Tucídides de Aristóteles. Preocupado que estava com o primeiro livro da *Retórica*, Ginzburg não percebeu a influência subterrânea da *Poética* de Aristóteles. Ao compor a

Introdução de *Relações de Força*, percorrendo o caminho até Nietzsche, tornando evidente seu apelo à metáfora, Ginzburg não retrocedeu até a primeira teorização da metáfora, feita por Aristóteles tanto na *Poética* quanto na *Retórica*. Não percebeu também a súbita atenção que recebeu a metáfora no século XX, soterrada como estava nas ruínas da retórica; tendo recebido então vestes de signo lingüístico e à ela atribuído o verdadeiro modo de funcionamento dos conceitos filosóficos – como vimos em *A mitologia branca* de Jacques Derrida.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Referência

LIDDEL, Henry Gorge; SCOTT, Robert. A Greek-English Lexicon. New York: Harper & Brothers. 1846. 7ª edição.

Livros

ADORNO, Theodor [1963]. *Notas de literatura I*. Tradução: Jorge de Almeida. São Paulo: 34. 2003.

ALMARIC, Jean-Luc [2007]. *L'enjeu de la métaphore*. Paris: PUF.

AGAMBEN, G. O que resta de Auschwitz. Tradução: S. Assmann. São Paulo: Boitempo. 2008.

Aristóteles (sec. IV. aC). *Rhétorique*. Tradução: Méderic Dufour. Paris: Les Belles Lettres, 1932.

_____. *The "art" of Rhetoric*. Tradução John Henry Freese. Londres: Harvard. 2000. Loeb Classical Library.

_____. Retórica. Tradução: Manuel Alexandre Jr. Lisboa: Imprensa Nacional. 2006.

_____. *Tópicos, Dos argumentos sofísticos*. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. A. Pickard. São Paulo: Abril Cultural, 1978, Os Pensadores: Aristóteles, vol. I.

_____. *Poetics*. Edição e comentários de W. D. Lucas. Londres: Oxford UP. 1968.

_____. *Poetics*. Edição tradução e comentários de Stephen Halliwell. Chicago: Chicago UP. 1998.

_____. Órganon. Tradução Edson Bini. Bauru: Edipro. 2005.

Aristóteles (séc. IV aC) e COPE, Eward Meredith. *The Rhetoric of Aristotle with a commentary of the late Eward Cope*. Cambridge: Cambridge University Press, 1877, 3

volumes.

Aristóteles, Longino, Demétrio. *Poetics, On the Sublime, On Style*. Tradução Stephen Halliwell, W. H. Fyfe e Doreen Innes. Londres: Harvard. 1995. Loeb Classical Library.

BAKHTIN, Mikhail [1965]. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de. François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec. 2007.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense. 2008.

BARNES, Jonathan (ed.) [1995]. *Cambridge companion to Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press.

BARTHES, Roland [1975]. *Escritores, intelectuais, professores e outros ensaios*. Tradução: Graciete Teixeira, Arnaldina Sousa, Filomena Paupério, Manuela Barbosa, Aurélia Couto e Fátima Candelas. Lisboa: Editorial Presença. Biblioteca de Ciências Humanas.

_____. [1984] *O Rumor da Língua*. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

_____. [1985] *L'aventure Semiologique*. Paris: Seuil.

BERBERT JR, Carlos Oiti. *A História, a Retórica e a Crise dos Paradigmas*. Brasília: UNB. 2005. Tese de doutorado.

BERTI, Enrico [1992]. *Aristóteles no século XX*. Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola. 1997.

BURUCÚA, José [2003]. *Historia, arte, cultura: de Aby Warburg a Carlo Ginzburg*. Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica de Argentina.

CERTEAU, Michel de [1974]. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense. 2006.

CHARTIER, Roger [1994]. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Tradução Patrícia Chitoni Ramos. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2002.

CICERO, Marco Túlio (sec. I aC). *Brutus; Orator*, with an english translation by H.M. Hubbel e G. Hendrickson, Cambridge-London, Harvard University Press-William Heinemann, 1988.

_____. *De l'Orateur*, texte établi et traduit par Edmond Courbaud, Paris: Les Belles Lettres, 1967.

_____. Brutus

COSTA LIMA, Luiz. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Cia das Letras. 2006.

_____. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Record. 2000.

DERRIDA, Jacques [1967]. *Da Gramatologia*. Tradução: Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva. 2006.

_____. [1972]. *Margens da Filosofia*. Tradução: Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papirus. 1991.

DOSSE, François [1991]. *História do estruturalismo*. Tradução: Álvaro Cabral. Bauru: Edusc. 2007. 3vols.

COSTA LIMA, Luiz. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Cia das Letras. 2006.

_____. *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Record. 2000.

DUMÉZIL, G [1970]. *Do mito ao romance*. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas e indícios*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2006.

Estrabão (séc. I d.C.). Geografia. Madrid: Gredos. 2002.

FINLEY, Moses. [1985] *Uso e Abuso da História*. Tradução: Marilene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

FRIEDLANDER, Saul. [1992] *Probing the limits of Representation: nazism and the final solution*. Cambridge: Harvard University Press.

FRYE, Northrop. *Anatomy of Criticism*. Princeton: Princeton University Press. 1957.

FUMAROLI, Marc. [1999] *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne: 1450-1950* / sous la direction de Marc Fumaroli. Paris : Presses universitaires de France.

_____. [1996] *L' âge de l'éloquence: rhétorique et "res literaria" de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Paris : Albin Michel.

GENETTE, Gerrard [1966]. *Figuras*. Tradução: Ivonne Floripes. São Paulo: Perspectiva. 1972.

_____. [1969]. *Figures II*. Paris: Seuil.

GINZBURG, Carlo [1966]. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos Agrários nos séculos XVI e XVII*. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras. 1988.

_____. [1976]. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia das Letras. 1987.

_____. [1979] *Mitos, emblemas, sinais*. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Cia das Letras. 1989.

_____. [1989] *História Noturna: decifrando o sabá*. Tradução: Nilson Moulin. São Paulo: Cia das Letras. 1991.

_____. [1991] *The Judge and the Historian: marginal notes on a late-twentieth century miscarriage of justice*. Tradução Anthony Shugaar. London : Verso. 1999.

_____. [2006] *Il giudice e lo storico: considerazione in margine al processo Sofri*. Milão: Feltrinelli.

_____. [1998] *Olhos de Madeira*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Cia das Letras. 2001 .

_____. [2000] *Relações de Força*. Tradução de Jônatas Batista. São Paulo: Cia das Letras. 2002 .

_____. [2000] *Nenhuma Ilha é uma Ilha*. Tradução: Samuel Titan Jr. São Paulo: Cia das Letras. 2004 .

_____. [2006] *O Fio e os Traços*. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Cia das Letras. 2007 .

GOETHE, Johann W. *Italian Journey*. Trad. W. H. Auden e Elizabeth Mayer. Londres: Penguin. 1992.

HARTOG, François (org.) [1999]. *A história de Homero e Santo Agostinho*. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG. 2001.

_____. *Vidal-Naquet, historien en personne*. Paris: La découverte. 2007.

HEIDEGGER, M. *Sobre a essência e a realidade da força*. Tradução: E. Giachini. Petrópolis: Vozes. 1990.

- JAEGGER, Werner [1923]. *Aristóteles: bases para la historia de su desarrollo intelectual*. Tradução: José Gaos. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica. 2ª edição.
- JENKINS, Keith [1991]. *A História repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo: Contexto. 2001.
- _____. [1997]. *The Postmodern History Reader*. New York: Routledge.
- KENNEDY, George. [1980] *Classical rhetoric and its Christian and secular tradition from ancient to modern times*. Chapel Hill : University of North Carolina Press.
- _____. [1994] *A new history of classical rhetoric*. Princeton, N.J. : Princeton University Press,.
- KERFERD, G. B. [1981] *O movimento sofista*. Tradução Margarida Oliva. São Paulo: Loyola. 2003
- LACAPRA, Dominick [1983]. *Rethinking Intellectual History*. Ithaca: Cornell University Press.
- LAUSBERG, Heinrich. *Manual de retórica literaria; : fundamentos de una ciencia de la literatura*. Rad. José Perez Riesco. Madrid : Gredos, [c1966-68]
- LEFORT, Claude [1978]. *As formas da história: ensaios de antropologia política*. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Brasiliense. 1979.
- LÉVI-STRAUSS, Claude [1962]. *O Pensamento Selvagem*. Tradução: Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus. 1989.
- _____. [1964]. *O cru e o cozido: Mitológicas 1*. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo, Cosac Naify. 2004.
- LIMA, Paulo Butti. [1996] *L'inchiesta e la prova: immagine storiografica, pratica giuridica e retórica nella Grécia clássica*. Turim: Einaudi.
- LIPSTADT, D. *Denying the Holocaust : the growing assault on truth and memory*. London: Penguin. 1993.
- MALERBA, Jurandir (org.). [2006] *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto.
- MAN, Paul de. *Alegorias da leitura: linguagem figurativa em Rousseau, Nietzsche, Rilke e Proust*. Tradução: Lenita Esteves. Imago. 1996.
- MILLER, Peter (org.) [2007]. *Momigliano and antiquarism: foundations of modern*

cultural sciences. Toronto: Toronto University Press.

MOMIGLIANO, Arnaldo. [1962] *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução: Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: Edusc. 2004.

_____. *Ensayos de historiografia antigua e moderna*. DF- México: Fondo de cultura econômica. 1993.

_____. [1981] *Settimo contributo allá storia degli studi classici e del mondo ântico*. Roma: Edizioni di storia e letteratura.

_____. [1987] *Ottavo contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma: Edizioni di storia e letteratura.

MURARI PIRES, Francisco [1999]. *Mythistória*. São Paulo: Humanitas.

_____. [2007]. *Memórias Tucidideanas: no tempo dos Humanistas*. São Paulo: Edusp.

NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre retórica*. Introdução, tradução e notas de Luis E. de Santiago Guervós. Madrid: Trotta 2000.

_____. [1872-3]. *Sobre a verdade e a mentira em sentido extra-moral*. Tradução: Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra. 2007.

_____. *Curso de Retórica*. Cadernos de Tradução (São Paulo), n.4, Departamento de Filosofia, FFLCH-USP, 1999.

NOVICK, Peter [1988]. *That noble dream: the "objectivity question" and the American Historical Profession*. Cambridge: Cambridge University Press.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história*. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PERRONE-MOYSÉS, Leila (org.). *Do positivismo à desconstrução*. São Paulo: Edusp. 2003.

PEREIRA, Oswaldo Porchat [2001]. *Ciência e dialética em Aristóteles*. São Paulo: Unesp.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. Tradução: Fabio Fernandes; organização: Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp. 2003.

PROPP, Vladimir. [1928] *Morfologia do conto maravilhoso*. Tradução: Jarna Paravich Sarhan. Rio de Janeiro: Forense. 2006.

QUINTILIANO, M. Fabio (30-100 d.C.) *Intitutio Oratoria*. Tradução H. E. Butler. Harvard: Harvard University Press. Loeb Classica Library. 1986.

RANCIÈRE, Jacques. [2008] *Politique de la litterature*. Paris: Galilée.

RICOEUR, Paul. [1975] *A metáfora viva*. Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola. 2000.

ROMILLY, Jacqueline [1956]. *História e razão em Tucídides*. Tradução: Tomás Rosa Bueno. Brasília: Edusc. 1998.

RORTY, Amelie Oskenberg (ed.) [1996]. *Essays on Aristotle's rhetoric*. Princeton: Princeton University Press.

_____ (ed.) [1996]. *Essays on Aristotle's Poetics*. Princeton: Princeton University Press. 1992.

ROSS, William David [1923]. *Aristotle*. Londres: Routledge. 1996.

RÜSEN, Jorn. [1983] *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB. 2001

_____. [1986] *Reconstrução do passado*. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Tradução: Asta Rose-Alcaide. Brasília: UNB. 2007.

_____. [1987] *História viva*. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução: Estevão Rezende Martins. Brasília: UNB. 2007.

SCHIAPPA, Edward. [1999] *The beginnings of rhetorical theory in classical Greece*. New Haven : Yale University Press.

SKINNER, Quentin [1978]. *Fundamentos do pensamento político moderno*. Tradução: Renato Janine Ribeiro e Maria Inês da Rocha. São Paulo: Cia das Letras. 1996.

_____ [1997]. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Unesp. 1999.

TODOROV, Tzevan [1971]. *Poétique*. Paris: Seuil. Coleção Qu'est-ce-que le structuralisme?

VASCONCELOS, José Antônio [2005]. *Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: AnnaBlume.

VEYNE, Paul. [1971] *Como se escreve a história* e Foucault revoluciona a historiografia.

Tradução: Brasília: Edunb. 1982.

_____. [1976] *O Inventário das Diferenças*. São Paulo: Brasiliense. 1983 .

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória*. Campinas: Papirus. 1990. p. 35.

WELLBERY, David. *Neo-retórica e desconstrução*. Tradução: Angela Melim, Johannes Kretschmer, Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Eduerj. 1998.

WHITE, Hayden [1973]. *Metahistory: the historcal imagination of nineteenth century Europe*. Batimore: John Hopkins University Press. Edição brasileira: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução: José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp. 1992.

_____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo. 2001.

_____. *The content of the form*. Baltimore: John Hopkins University Press. 1992.

Artigos

ANKERSMIT, Frank. Historiography and Postmodernism. *History and Theory*, 28, May, 1989, pp. 137-153.

_____. Reply to Professor Zagorin. *History and Theory*, 29, October, 1990, pp. 275-296.

APPLEBY, Joyce. *One Good Turn Deserves Another: Moving beyond the Linguistic: A Response to David Harlan*, in: *American Historical Review* (AHR) 94, 1989, p. 1326

BLACK, Robert. Review: The Uses and Abuses of Iconology: Piero della Francesca and Carlo Ginzburg. *Oxford Art Journal*, Vol. 9, No. 2 (1986), pp. 67-71.

DERRIDA, J. Le retrait de la métaphore. In: DERRIDA, J. *Psyché: Inventions de l'autre*. Paris: Galilée, 1987.

DOMANSKA, Ewa; WHITE, Hayden; KELLNER, Hans. *Interview: Hayden White: The Image of Self-Presentation*. *Diacritics*, Vol. 24, No. 1. (Spring, 1994), pp. 91-100.

GINZBURG, Carlo; ABREU, Alzira Alves; GOMES, Ângela de Castro; OLIVEIRA, Lucia Lippi. História e cultura: entrevista com Carlo Ginzburg. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p. 254-263.

GINZBURG, Carlo. Apontar e citar. **RH – Revista de história**. N.º 2/3. Unicamp, 1991. p. 91-106.

_____. Anthropology and History in the 1980s. **Journal of Interdisciplinary History**, Vol. 12, No. 2. The New History: the 1980s and beyond (II). (Autumn, 1981), pp. 277-278.

GRAFTON, Anthony. Momigliano at the Warburg: the origins of a style.(Biography). American Scholar. September 2004. Phi Beta Kappa Society. Volume: 73 Issue: 4 . pp. 129-32.

HARLAN, David. *Reply to David Hollinger*. American Historical Review (AHR) 94, 1989, p. 622.

_____. *Intellectual History and the Return of Literature*. American Historical Review (AHR) 94, 1989, p. 581.

HIMMELFARB, Gertrude. *Some Reflections on the New History*. American Historical Review (AHR) 94, 1989, p. 661.

KOFMANN, Sarah. Nietzsche et la métaphore. Poétique: revue de théorie et d'analyse littéraires. Paris: Seuil. N. 5, 1971, pp. 77-98.

KOSELLECK, Reinhart. Linguistic Change and the History of Events. **Journal of Modern History**, Vol. 61, No. 4, (Dec., 1989), pp. 649-666.

JED, Stephanie. Proof and transnational rhetorics: Openenig up the conversation. **History and theory**, Vol. 40, No. 3. (Oct., 2001), pp. 372-384.

JENKINS, Keith. *A Postmodern Reply to Perez Zagorin*. History and Theory, 39, May 2000, pp. 181-200.

KELLNER, Hans. A bedrock of order: Hayden White's linguistic humanism. *History and Theory*, Vol.19, No.4, Beiheft 19: Metahistory: Six Critiques. (Dec., 1980) , pp. 1-29.

LACQUE-LABARTHE, Philippe. La détour. Poétique: revue de théorie et d'analyse littéraires. Paris: Seuil. N. 5, 1971, pp. 53-76.

LORAUX, Nicole . O elogio do anacronismo. NOVAIS, Adauto (org.). [1993] Tempo e história. São Paulo: Cia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura.

LORAUX, Nicole e VIDAL-NAQUET, Pierre. La formation. de l'Athènes *bourgeoise*: essai d'historiographie 1750-1850. VIDAL-NAQUET, Pierre. La démocratie grèque vue

d'ailleurs. Paris: Gallimard. 1990.

OGAWA, Carlos Eduardo de Almeida. Obra histórica e tropologia em Hayden White. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

Plutarco (séc. I-II d.C.). Vies. Paris: Les Belles Lettres. 1975.

REID, Donald. The historian and the judge. **Radical history review**. Issue 80 (Spring 2001), pp. 135-148.

SCHUTTE, Anne Jacobson. Review: Carlo Ginzburg. **The Journal of Modern History**. Vol. 48, No. 2. (Jun – 1976), pp – 296-315.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in history of ideas. *History and Theory* 8 (1969): 3-53.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **RH – Revista de história**. N.º 2/3. Unicamp, 1991. p. 13-37.

STRUEVER, Nancy. Topics in history. **History and Theory**, Vol. 19, No. 4 (Dec. 1980), pp. 66-79.

TIGERSTEDT, E. Observations on the reception of Aristotelian Poetics in the Latin West. **Studies in Renaissance**, vol. 15 (1968), pp. 7-24.

TOEWS, John. *Perspectives on "The Old History and the New": A Comment*, in: American Historical Review (AHR) 94, 1989, p. 693

TUCKER, Irene. Review: Forming the Holocaust. **Poetics Today**, Vol. 17, No. 2, (Summer 1996), pp-241-252.

VALLE, E. della - Annotazioni sul Concetto di Storia e sul Concetto di Poesia. **PP**, 77 (1961)

VANN, Richard. The reception of Hayden White. *History and Theory*, Volume 37, Number 2, May 1998 , pp. 143-161.

WALKER, A.D. - Enargeia and the Spectator in Greek Historiography. **Transactions of the American Philological Association** (1974-), Vol. 123, 1993 (1993), pp. 353-377

WELLEK, René. Literary Criticism. **The Dictionary of the History of Ideas: Studies of Selected Pivotal Ideas**, edited by Philip P. Wiener. Disponível em:

<http://etext.virginia.edu/cgi-local/DHI/dhi.cgi?id=dv1-71>. Acessado em: Sexta-feira, 27 de junho de 2008. Edição original: WIENER, Philip (ed.). *The Dictionary of the History of Ideas: Studies of Selected Pivotal Ideas*. New York: Charles Scribner's Sons, 1973-74.

WHITE, Hayden. The public relevance of historical studies: a reply to Dirk Moses. **History and theory** 44 (Oct., 2005), pp. 333-338.

_____. A questão da narrativa na teoria contemporânea da História. **RH – Revista de história**. N.º 2/3. Unicamp, 1991. p. 13-37.

ZAGORIN, Perez. Historiography and Postmodernism: Reconsiderations. *History and Theory*, 29, October, 1990, pp. 263-274.

_____. *History, the Referent, and Narrative: Reflections on Postmodernism* Now *History and Theory*, 38, February, 1999, pp. 1-24.

_____. *Rejoinder to a Postmodernist*. *History and Theory*, 39, May 2000, pp. 201-209.

Websites

FAURISSON, R. *Écrits Révisionistes*, 1999. p. 175. Disponível em:

<http://www.vho.org/aaargh/fran/archFaur/archFaur.html>. Acessado em 15 de outubro de 2009, 17:33.

HAYDEN WHITE'S BLOG. <http://haydenwhite.blogspot.com/2009/02/wrath-of-conrad-h-roth.html> acessado em 9 de setembro de 2009, às 11:00.

NEW YORK TIMES. An American Relief Worker Is Abducted in the Gaza Strip. Disponível em:

“<http://www.nytimes.com/1989/06/23/world/an-american-relief-worker-is-abducted-in-the-gaza-strip.html?scp=1&sq=>”. Acessado em 23 de junho de 2009, 12:45.

UNIVERSIDADE DE ASHBROOK. Apresentação de Gertrude Himmelfarb no site do Ashbrook Center for Public Affairs, da Universidade de Ashbrook:

<http://www.ashbrook.org/events/lecture/1996/himmelfarb.html>. Acessado pela última vez em 1 de fevereiro de 2009, 20:38.

UNIVERSIDADE DE BERKELEY. Página de David Hollinger no site da universidade de

Berkeley: <http://history.berkeley.edu/faculty/Hollinger/>. Acessado pela última vez em 1 de fevereiro de 2009, 20:36.

UNIVERSIDADE DE CHICHESTER. Página de Keith Jenkins na Universidade de Chichester: <http://www.chiuni.ac.uk/history/KeithJenkins.cfm>. Acessado pela última vez em 1 de fevereiro de 2009, 03:47.

WIKIPEDIA. Página de Natalie Zemon Davis na enciclopédia virtual Wikipedia: http://en.wikipedia.org/wiki/Natalie_Zemon_Davis. Acessado pela última vez em 1 de fevereiro de 2009, 20:37.